



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM PODER LEGISLATIVO

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel

Dados governamentais abertos:
um diagnóstico da demanda na Câmara dos Deputados

Brasília
2016

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel

Dados governamentais abertos:
um diagnóstico da demanda na Câmara dos Deputados

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados/Cefor.

Orientador: Cristiano Ferri Soares de Faria

Área de Concentração: Poder Legislativo

Linha de Pesquisa: Política Institucional

Brasília
2016

Autorização

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: _____

Data: ___/___/___

Cruvinel, Gustavo Warzocha Fernandes. **Dados governamentais abertos:** um diagnóstico da demanda na Câmara dos Deputados / Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel; orientador Cristiano Ferri Soares de Faria. -- Brasília, 2016.

159 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional) -- Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2016.

1. transparência. 2. dados abertos. 3. legislativo. 4. parlamento aberto. 5. e-gov. I. Faria, Cristiano Ferri Soares de, orient. II. Título.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Poder Legislativo

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Dados Governamentais Abertos: um diagnóstico da demanda na Câmara dos Deputados

Autor (a): Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel

Área de concentração: Poder Legislativo

Linha de pesquisa: Política Institucional do Poder Legislativo

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-graduação do Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Treinamento da Câmara dos Deputados como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre** em Poder Legislativo.

Dissertação aprovada em: 13 de junho de 2016.

Dr. Cristiano Ferri Soares de Faria
Presidente (Cefor/Câmara dos Deputados)

Dr. André Rehbein Sathler Guimarães
Membro (Cefor / Câmara dos Deputados)

Dr. João Luiz Pereira Marciano
Membro (Cefor / Câmara dos Deputados)

Dr. Carlos Marcos Batista
Membro (Universidade de Brasília / UnB)

Dedico esse trabalho aos meus pais por sempre terem me ensinado a importância da educação.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Cristiano Ferri Soares de Faria, por ter me guiado ao longo de todo o trabalho.

Agradeço a toda a equipe do Centro de Formação Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados pelo comprometimento com o curso de mestrado. Em especial, aos professores André Sathler e Giovana Perlin por todas as dicas durante a disciplina de seminário de TCC, aos professores Cristiane Brum Bernardes e João Luiz Pereira Marciano pela valiosa orientação em relação ao questionário da pesquisa e ao professor Antônio Barros pelas diversas indicações de leitura.

Agradeço aos colegas, gestores de tecnologia da informação no Estado de Goiás, Daniel Santana e Eduardo Noronha pelas contribuições ao longo de todo o trabalho, especialmente em relação à revisão de literatura e comentários sobre o trabalho.

Por fim, agradeço aos amigos Cristiane da Silva Santos Villela, Carlos Henrique Gouveia Araujo, Márcio Freire Teixeira, Marcus Vinícius Chevitarese Alves, Francisco Edmundo de Andrade, Geraldo Augusto e Mariana Abreu pelo apoio durante a pesquisa, conversas, dicas, validação e análise do questionário etc.

“Poder-se-ia trabalhar coletivamente sob o controle de pesquisadores pertencentes a outras disciplinas, em uma discussão interdisciplinar orientada para a ação.”

Pierre Bourdieu

Resumo

O objetivo desta dissertação é fazer um diagnóstico da demanda por dados abertos da Câmara dos Deputados e verificar como ela contribui para a transparência da Casa. Para atingir esse objetivo, aplicamos um questionário *online* que obteve a participação de 92 respondentes. As respostas indicaram que os dados abertos são utilizados pelos segmentos Governo, Sociedade, Academia e Mercado. O uso dos dados vai além do desenvolvimento de aplicações digitais, sendo úteis também para pesquisas acadêmicas e reportagens. Verificamos que os produtos gerados com os dados abertos contribuem para melhoria da transparência da Câmara e muitas vezes estão alinhados com as diretrizes estratégicas da Casa na direção de favorecer o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados.

Palavras-chave: Transparência. Dados abertos. Legislativo. Parlamento Aberto. E-gov.

Abstract

The aim of this work is to make a diagnosis of the demand for open data of the Chamber of Deputies and see how it contributes to the transparency of the House. In order to achieve this goal we applied an online questionnaire that obtained the participation of 92 respondents. The responses indicated that open data is used by government sectors, society, academia and market. The use of the data goes beyond the development of digital applications: they are also useful for academic and research reports. We found that the products generated with open data contribute to improving the transparency of the House and are often aligned with its strategic guidelines, promoting the understanding of society on the role of the legislature, the functioning of the institution and the activities of Members.

Keywords: Transparency. Open data. Legislative. Open Parliament. E-gov.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Inter-relações entre desenvolvimentos político, das relações sociais e transparência....	21
Figura 2. Possíveis benefícios da utilização de dados abertos	26
Figura 3. Contextualização do uso de DGA na Câmara dos Deputados.....	30
Figura 4. Relação entre os procedimentos metodológicos.....	34
Figura 5. Origens de acesso à seção de DGA da Câmara dos Deputados	40
Figura 6. Acompanhamento da página da pesquisa.....	46
Figura 7. Benefícios identificados com a disponibilização dos dados abertos	49
Figura 8. Interatividade entre as diversas iniciativas.....	57
Figura 9. Distribuição das respostas por localidade	63
Figura 10. Distribuição das respostas por escolaridade	65
Figura 11. Exemplo simplificado do funcionamento do algoritmo SimpleKMeans.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Benefícios esperados da utilização de dados abertos	28
Tabela 2. Dez cidades que mais acessaram no período de 01/01/2015 a 30/08/2015	41
Tabela 3. Origens de acesso retiradas do Google Analytics no período de 01/01/2015 a 30/08/2015	42
Tabela 4. Visualizações de páginas de serviços no período de 01/01/2015 a 30/08/2015	43
Tabela 5. Usuários da comunidade no github	44
Tabela 6. Pesquisa online e referências	45
Tabela 7. Uso diversificado dos dados abertos.....	47
Tabela 8. Uso por Governo, Sociedade, Academia e Mercado	47
Tabela 9. Aproximação da Câmara dos Deputados com segmentos Academia e Sociedade ..	47-48
Tabela 10. Melhoria da transparência na Câmara dos Deputados	48
Tabela 11. Disseminação de informações	49
Tabela 12. Resultados relacionados com acompanhamento legislativo.....	50
Tabela 13. Diminuição da burocracia do acesso a informações.....	50
Tabela 14. Cruzamento de dados com bases de dados de outros órgãos de governo.....	51
Tabela 15. Resultados relacionados com accountability eleitoral.....	51
Tabela 16. Sobre financiamento de campanha	52
Tabela 17. Sobre a influência de empresas nas decisões parlamentares durante o mandato	52
Tabela 18. Exemplos de uso dos dados abertos.....	52-53
Tabela 19. Funcionamento das coalizões	53-54
Tabela 20. Interesse nas coalizões.....	54
Tabela 21. Interesse de todos os segmentos pelas coalizões	54
Tabela 22. Análise de gênero com dados abertos	55
Tabela 23. Interesse em análise de gênero	55
Tabela 24. Processo de escolha do Presidente da Câmara dos Deputados	56
Tabela 25. Segmentos com interesse em maior transparência na escolha do Presidente	56
Tabela 26. Influência sobre as decisões parlamentares	58
Tabela 27. Interação com parlamentares	58
Tabela 28. Interação com servidores da Câmara.....	58
Tabela 29. Interatividade com as redes sociais digitais.....	59

Tabela 30. Interatividade com o Portal E-democracia.....	59
Tabela 31. Interatividade com a Rede Legislativa de Comunicação	59
Tabela 32. Interatividade com outros canais da Câmara.....	60
Tabela 33. Interatividade entre as iniciativas.....	60
Tabela 34. Colaboração para realização dos trabalhos.....	61
Tabela 35. Colaboração para definição dos serviços.....	61
Tabela 36. Colaboração entre pesquisadores, ativistas e jornalistas.....	61
Tabela 37. Alinhamento com as diretrizes estratégicas.....	62
Tabela 38. Distribuição por estados	63
Tabela 39. Faixa etária.....	64
Tabela 40. Gênero	64
Tabela 41. Escolaridade.....	64
Tabela 42. Área de atuação profissional.....	65
Tabela 43. Local de trabalho.....	66
Tabela 44. Grupos de interesse com todos os participantes	69
Tabela 45. Grupos de interesse com participantes interessados na rede	69
Tabela 46. Legenda de interesses	69
Tabela 47. Descrição dos trabalhos.....	70-71
Tabela 48. Qualidade dos dados abertos	71
Tabela 49. Facilidade de uso dos dados abertos.....	72
Tabela 50. Abrangência dos dados disponibilizados	72
Tabela 51. Sugestões de melhorias	72-73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DGA	Dados governamentais abertos
TICs	Tecnologias da informação e comunicação
INDA	Infraestrutura Nacional de Dados Abertos
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
SIT-Câmara	Serviço de Integração Tecnológica da Câmara dos Deputados

Sumário

INTRODUÇÃO	16
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	18
1.1 Sobre a transparência.....	18
1.2 Internet e transparência.....	22
1.3 Dados governamentais abertos	26
1.4 Da institucionalização do acesso a informações governamentais	31
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	33
3 TRANSPARÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	36
3.1 Histórico da transparência 2.0	36
3.2 Abrangência dos dados disponibilizados.....	37
3.3 O projeto Dados Abertos 2.0 da Câmara.....	38
4 ESTUDO DO ACESSO À SEÇÃO DE DADOS ABERTOS	40
4.1 Coleta pelo Google Analytics.....	40
4.2 Usuários da comunidade da seção de DGA.....	44
4.3 Coleta por pesquisas <i>online</i> e referências.....	44
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
5.1 Análise panorâmica	46
5.2 Da entrega de serviços e <i>accountability</i>	49
5.3 Dos demais interesses.....	53
5.4 Da interatividade.....	56
5.5 Da colaboração	60
5.6 Do alinhamento com as diretrizes estratégicas.....	62
5.7 Do perfil dos respondentes	62
5.8 Da rede de colaboração.....	66
5.9 Da descrição dos trabalhos	70
5.10 Das sugestões apresentadas	71
CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICES.....	85

APÊNDICE A – Revisão de literatura	85
APÊNDICE B – Identificação de usuários da seção de DGA da Câmara dos Deputados.....	91
APÊNDICE C – Formulação do questionário e respostas obtidas.....	120
APÊNDICE D – Divulgação do projeto de pesquisa e <i>crowdsourcing</i>	151
APÊNDICE E – Sistema de Integração Tecnológica (SIT-Câmara)	161

INTRODUÇÃO

A falta de sintonia com os anseios da sociedade, a opacidade no processo de tomada de decisão e a crescente desconfiança dos cidadãos em relação às instituições democráticas são alguns dos fatores que desencadearam concepções diversas da necessidade de reformas institucionais que resgatem a legitimidade democrática. Por isso, diversas perspectivas têm discutido o conceito de transparência como uma das alternativas para a democratização do Estado. A transparência relaciona-se com a capacidade da esfera da cidadania e demais órgãos da sociedade de acompanhar os atos realizados pelos agentes do Estado no exercício de suas funções (MARQUES, 2014, p. 2).

Uma das primeiras discussões sobre transparência tem origem no século XIX com o inglês Jeremy Bentham (1748-1832), mas somente após a segunda metade do século XX o tema ganhou a agenda dos governos no sentido de criar mecanismos para contribuir com a consolidação da democracia (MARQUES, 2014). Segundo Freire (2014), existe uma tendência mundial em tratar a transparência como um elemento importante no processo de consolidação da democracia.

A transparência sofreu transformações ao longo do século XX, primeiro com a comunicação de massa – especialmente mídia impressa, rádio, televisão – que alterou a publicidade direcionando a reflexão para o conceito de dois lados, a saber, visibilidade e discutibilidade (GOMES, 2008) e, mais recentemente, com o advento da Internet e as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) que permitem uma comunicação dialógica entre as pessoas sem a necessidade da utilização dos canais criados pelas instituições da sociedade para comunicação socializante (CASTELLS, 2005, p. 24).

Atualmente, uma quantidade cada vez maior de países está utilizando as TICs para implementar mecanismos dedicados a fortalecer a transparência e tornar o Estado mais afeito à avaliação do público (BERTOT, 2010). Neste trabalho, realizaremos um estudo sobre as práticas de transparência, com uso de Internet e TICs, no âmbito do legislativo brasileiro.

Apesar de grande parte dos estudos associarem transparência com o controle de corrupção, neste trabalho estudaremos transparência associada ao trabalho legislativo, dando ênfase a reuniões abertas, decisões abertas e informações abertas, verificando como esses fatores influenciam na fundamentação e legitimação das regras democráticas.

Para isso, faremos um estudo de caso da Câmara dos Deputados focando em sua função legislativa e mostrando como a abertura governamental e parlamentar tem sido pensada como um caminho para tornar as instituições representativas mais reativas, permitir maior participação cidadã e, no fim, uma sociedade mais democrática (Transparência Parlamentar, 2016).

A Câmara dos Deputados possui, desde 1996, um Portal de Internet¹ que fornece informações para a sociedade sobre os trabalhos realizados na casa. A seção de “Transparência” do Portal provê serviços como “Acompanhe seu Deputado”, prestação de contas sobre cotas parlamentares, contratos de compra, editais de licitação, obras em andamento e dados governamentais abertos (PORTAL, 2015).

Este trabalho tem como objeto de estudo a seção de Dados Abertos do Portal da Câmara dos Deputados². Mas qual o objetivo desses dados? Segundo informações disponibilizadas no próprio portal:

O projeto Dados Abertos tem como objetivo disponibilizar dados brutos em formato aberto para utilização em aplicações digitais. Isto significa que cidadãos e entidades da sociedade civil poderão acessar os dados públicos da Câmara e, com eles, desenvolver ferramentas inteligentes que permitam desde a percepção mais efetiva da atuação parlamentar e os gastos detalhados da Casa, até o resultado das votações do dia, de forma simples e automática pela Internet. (CÂMARA, 2015).

O conceito de dados governamentais abertos (DGA) está intimamente relacionado com transparência. A aplicação desse conceito permite aos cidadãos desenvolver ferramentas inteligentes, através do acesso a dados públicos em formato processável por máquinas.

O objetivo geral deste trabalho é fazer um diagnóstico da demanda da seção de dados abertos da Câmara dos Deputados. Os objetivos específicos são analisar o conteúdo disponibilizado, identificar quem usa e para que usa, captar os anseios expressos no uso e verificar se a seção favorece o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados (Estratégia, 2012).

¹ O Portal de Internet é apenas um dos elementos da estratégia de comunicação e transparência da Câmara dos Deputados. Além dessa ferramenta, a casa ainda conta com TV, Rádio, Jornal, Agência de Notícias, Portal E-democracia, Canal Youtube, Aplicativo INFOLEG, Programa de Visitação, Carta-Resposta, Disque Câmara (0800), Rede Legislativa de Comunicação e Plenarinho. Vale ressaltar também que a política de transparência é apenas uma das dimensões de democracia trabalhadas pela casa. Entre outras dimensões, podemos citar a educação política e a cidadania ativa.

² Para uma análise completa de todas as ferramentas e conteúdos disponíveis no Portal, ver Marques (2008), Braga (2007) e Stabile (2012).

Na próxima seção apresentaremos os pressupostos teóricos utilizados neste trabalho.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O referencial teórico tem o objetivo de apresentar o tema transparência e mostrar como ele foi sendo incorporado às instituições do Estado. Além disso, apresentaremos a definição de dados governamentais abertos e as aplicações desse conceito para o aprimoramento da transparência.

1.1 Sobre a transparência

Na forma estatal anterior a democracia o segredo era a regra e o soberano não devia satisfação a parlamentos, juízes e súditos. Com a instituição das democracias o segredo foi atenuado por noções como a transparência (ROMANO, 2016).

As reflexões sobre transparência em regimes democráticos não são recentes (MEIJER, 2009). O filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832) foi um dos precursores da defesa da aplicação do princípio da publicidade³ aos atos governamentais, especialmente no âmbito do legislativo. Segundo ele, a lei da publicidade é a lei mais adequada para assegurar a confiança pública (BENTHAM, 2011). Ainda no século XIX, o inglês dividiu a discussão desse tema em seis partes: razões em favor da publicidade, exame das objeções à publicidade, os pontos que a publicidade deveria contemplar, exceções a serem feitas, os métodos de publicidade e observações sobre a prática estabelecida na Inglaterra.

Para o filósofo, as razões em favor da publicidade são: compelir os membros da assembleia a exercerem seu dever de ofício, assegurar a confiança do povo e seu consentimento para as medidas da legislatura, possibilitar aos governantes conhecer o desejo dos governados, possibilitar aos eleitores agir a partir da compreensão dos temas em pauta e prover a assembleia com os recursos de benefícios obtidos a partir da informação do público (BENTHAM, 2011).

As objeções em relação à publicidade são: o público é um juiz incompetente em relação aos procedimentos da assembleia política, a publicidade pode expor ao ódio um membro da assembleia por condutas que merecem outro tratamento, o desejo de popularidade pode sugerir proposições perigosas aos membros e, por último, em uma monarquia a publicidade dos métodos

³ Para uma discussão terminológica entre transparência e publicidade ver Marques (2014) e Gomes et al. (2015).

das assembleias políticas, ao expor os membros do parlamento à vontade do topo do estado, ou seja, do monarca, pode obstruir a liberdade de suas decisões (BENTHAM, 2011). Para cada objeção o autor coloca um contraponto em defesa da publicidade.

A publicação do que transita na assembleia deveria compreender os seguintes pontos: o caráter de cada proposição, o caráter dos discursos ou argumentos a favor e contra cada proposição, o assunto de cada proposição, o número de votos de cada lado, os nomes dos votantes e as informações, ou seja, aquilo que tem servido como o fundamento de cada decisão (BENTHAM, 2011).

As exceções à regra da publicidade são: favorecer os projetos de um inimigo, prejudicar desnecessariamente pessoas inocentes, impor uma punição excessivamente severa a um culpado (BENTHAM, 2011).

Os métodos de publicidade são a publicação autêntica da assembleia em um plano completo, o emprego de escritores taquigráficos para os discursos, a tolerância de outras publicações não-autênticas sobre o mesmo assunto e a admissão à sessão de estranhos à atividade discursiva (BENTHAM, 2011).

Além da publicidade, Bentham também foi um dos precursores do utilitarismo. Autores que seguem essa linha reconhecem a existência de um "interesse universal", o bem de toda a sociedade. Segundo Bentham, os interesses públicos ou sociais resultam no "interesse universal"; os interesses privados ou autointeresses, não. Por isso, Bentham acreditava que o legislador, para cumprir sua função de alinhar o interesse próprio ao bem público, deve ser substituído pela legislatura eleita, e que o altruísmo deve ser substituído por mecanismos institucionais, em particular pela representação (PITKIN, 2006, p. 37-38). Concordamos com Urbinate e Warren (2008, p. 401) no sentido de que a representação conecta as pessoas, fazendo-as deixar de lado benefícios imediatos para pensar projetos que garantam um futuro sustentável.

No entanto, concordamos também com Pateman (1992, p. 33) no sentido de que a teoria de governo representativa não representa toda a teoria democrática, e o conceito de participação⁴ poderia ser usado para complementar esse modelo. A participação está associada a dois princípios fundamentais da democracia, a saber, autodeterminação e igualdade política.

⁴ Não é escopo deste trabalho discutir a fundo o conceito de participação. Consideraremos a participação na sua função educativa, tanto no aspecto psicológico quanto na aquisição prática de habilidades e procedimentos democráticos. Ainda, consideramos que essa socialização ou "treinamento social" deve começar em esferas locais. (PATEMAN, 1992, p. 60-61). Por fim, restringiremos nossa análise apenas ao legislativo brasileiro.

Devido à afinidade entre esta e a soberania popular, podemos considerar que a participação possui valor para a consolidação da democracia.

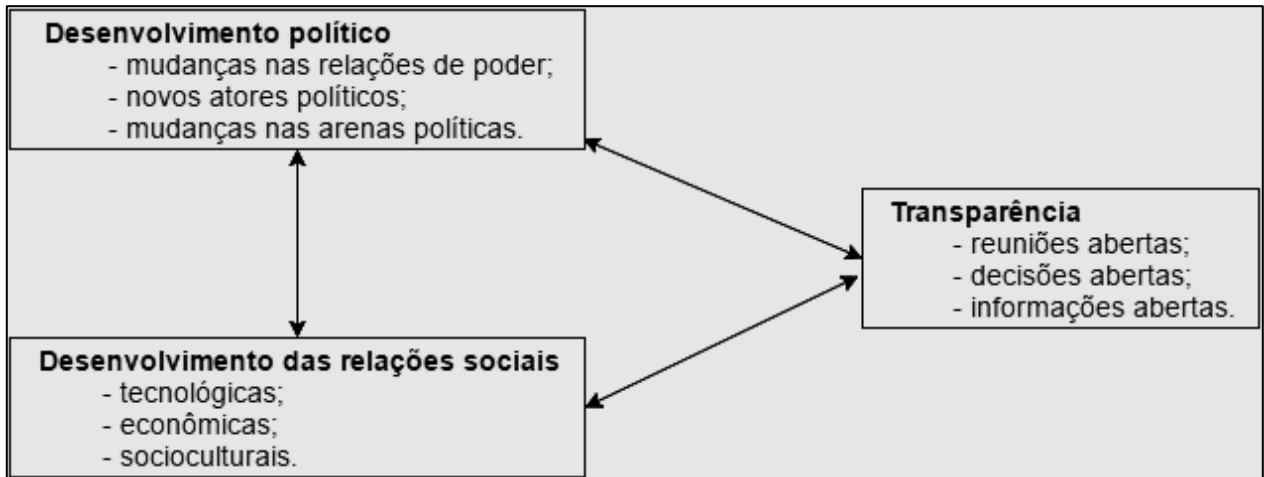
Concordamos também com a afirmação de que participação e representação perderam suas posições reciprocamente polares ao longo da segunda metade do século XX, e podem ser consideradas formas relacionadas que fazem parte da ação política nas democracias modernas (LAVALLE; ISUNZA, 2011; URBINATI, 2000). Consideramos que alguns dos requisitos necessários para que exista participação são o direito à informação e a transparência. Por esse motivo a transparência deveria ser tratada como política de Estado.

Apesar de o conceito de transparência ser antigo, somente após a segunda metade do século XX ele começou a ser discutido para criar mecanismos capazes de aprofundar a democracia. Entre os motivos para essa mudança, podemos citar as seguintes alterações políticas e das relações sociais: as conquistas por direitos e liberdades individuais, a alteração da publicidade pela comunicação de massa, a mudança no contato entre os líderes políticos e suas bases e o financiamento de projetos transnacionais que utilizam a transparência para garantir a confiança e atrair investidores (MARQUES, 2014).

O *framework* mostrado na Figura 1 mostra que o desenvolvimento político e das relações sociais influencia não somente a transparência, como também um ao outro (MEIJER, 2015). O desenvolvimento das relações sociais, especialmente dos meios de comunicação de massa, torna as reuniões políticas cada vez mais abertas e acelera o fluxo informacional. Os atores políticos precisam tomar decisões em intervalos de tempo cada vez menores e seus efeitos são percebidos por um número cada vez maior de pessoas. Esses fatores fazem com que o Estado seja obrigado a adequar suas instituições de modo a torná-las mais interativas e eficientes. Além disso, é necessário garantir que as mudanças possibilitem que os cidadãos possam fazer suas próprias avaliações com conhecimento de causa e sem a necessidade da intervenção de especialistas.

Isso nos aproxima do conceito de “esfera pública”, definido em Habermas et al. (1964), que é a esfera da vida social onde a opinião pública pode ser formada. O Estado e a “esfera pública” não se sobrepõem; ao contrário, eles se confrontam como oponentes. A informação pública permite a análise crítica e o controle democrático das atividades do Estado e força-o a prestar contas de seus atos (HABERMAS et al., 1964).

Figura 1. Inter-relações entre desenvolvimentos político, das relações sociais e transparência



Fonte: Meijer (2015, p. 191).

Nesse ponto, ressaltamos que não existe um consenso terminológico sobre o termo transparência, principalmente quando ele é comparado com categorias como a “publicidade” (MARQUES, 2014). Neste trabalho, abordaremos o conceito de transparência como o processo de tornar o Estado mais afeito à avaliação do público (BERTOT, 2010).

Podemos dizer que existe um consenso, ainda que mínimo, sobre o uso da transparência para o fortalecimento da democracia. Segundo Urbinati (2003), a transparência é fundamental para a democracia na medida em que oferece aos cidadãos oportunidades que nem a capacidade de expressar opinião livremente nem a chance de votar em eleições limpas podem conferir.

Uma das discussões nessa área acontece em torno de como ela deve ser provida, ou de como o Estado deve lidar com ela, de forma a permitir um efetivo entendimento sobre as ações praticadas por um determinado agente em um governo, instituição ou organização (GOMES et al. 2015). Essa preocupação é relevante pois, conforme argumentam Fung e Weil (2010, p. 107), em alguns casos a divulgação de informações pode gerar efeitos conservadores e reacionários prejudiciais às atividades governamentais. Isso acontece, por exemplo, quando são divulgadas denúncias de corrupção, com informações incorretas ou parcialmente corretas, sem que os acusados possam fornecer suas versões dos fatos na mesma proporção.

Apesar dos riscos associados, concordamos com Bentham (2011, p. 285) no sentido de que o caminho não é diminuir a transparência e sim realizar esforços para “purificar” a fonte das informações. Além disso, os membros da assembleia devem estar preparados para

enfrentar injustiças momentâneas e, no processo de esclarecimento da verdade, a transparência pode ser considerada uma segurança contra calúnias.

No que se refere a relação entre transparência e participação, alguns autores defendem o uso da transparência para manter os cidadãos informados e aptos a julgar as ações do governo, mas afirmam que estes não deveriam participar continuamente de todas as decisões que envolvem a *res publica* (NORRIS, 2001; MANIN et al., 2006).

Outra linha defende que, além de visão do Estado, é necessário também dar voz aos cidadãos através de debates em fóruns públicos, formais e informais, para influenciar a tomada de decisão (MEIJER et al., 2012). Segundo Dahl (1956, p. 149-151), todos os grupos ativos e legítimos deveriam ter a oportunidade de serem ouvidos em algum momento do processo de tomada de decisão.

Concordamos com Urbinati (2000) no sentido de que, nas democracias modernas, apenas os representantes têm a oportunidade de, simultaneamente, estar na assembleia, deliberar e votar. Por isso, é preciso termos uma esfera pública capaz de criar uma simultaneidade simbólica: os cidadãos se sentiriam deliberando e decidindo em conjunto com a assembleia. Um bom começo para alcançar isso seria a participação em campanhas eleitorais periódicas, a realização de conferências públicas com participação de representantes e cidadãos e a participação em governos locais.

Na próxima seção mostraremos as influências do advento da Internet na implementação das políticas de transparência.

1.2 Internet e transparência

O desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de ação e interação, que diferem sob certos aspectos dos tipos de interação que existiam anteriormente. Entre as mudanças podemos citar que a interação não é mais exclusivamente face a face e as pessoas, para interagir, não precisam mais compartilhar o mesmo local espaço-temporal (THOMPSON, 2002).

A evolução tecnológica da mídia ao longo do século XX modificou todo o ambiente político. É certo que todos os Estados sempre fizeram publicidade. Mas é um fato que a comunicação do Estado tem sido o essencial de sua ação. O surgimento do rádio e, posteriormente, da televisão modificou o contato entre líderes políticos e sua base, a relação dos cidadãos com as questões públicas e até mesmo o processo de governo (DEBRAY, 1994;

MIGUEL, 2002). Já não é mais possível governar os homens da mesma maneira porque, em relação a 1900, é diferente o modo como os homens do ano 2000 se comportam (DEBRAY, 1994).

A mídia se tornou um fator central da vida política contemporânea (MIGUEL, 2002). Isso ocorre porque os representantes políticos necessitam da mídia para se comunicar com suas bases e também porque esta tem um papel fundamental na formação da imagem dos representantes.

A lógica de funcionamento da imprensa escrita, do rádio e da televisão, o que chamaremos aqui de mídia convencional, provê um grande poder a esses meios na divulgação de informações e consequente mediação política. De um lado, os representantes políticos precisam se fazer notáveis para ganhar espaço nessas mídias. De outro, os cidadãos são receptores de informações, já filtradas e com determinado enfoque, sem muitas possibilidades de intervenção no modo de produção informativa.

O surgimento da internet e das redes sociais digitais (RSDs) provê novas possibilidades de produção informativa. Esses novos meios permitem que todos os agentes sejam produtores potenciais de informações. Além disso, permitem uma interação direta entre representantes e cidadãos sem a necessidade dos canais criados pelas instituições estatais (CASTELLS, 2005, p. 24).

Considerando que os meios de comunicação são uma esfera da representação política e que as mídias convencionais reproduzem mal a diversidade social (MIGUEL, 2002), as possibilidades trazidas pela Internet, em um primeiro momento, parecem contribuir para uma maior diversidade na difusão das visões de mundo. Além disso, potencialmente, fornecem oportunidades para uma maior participação e influência da sociedade nas decisões políticas.

Conforme Benkler (2006), com a Internet, as práticas sociais de informações e discurso permitem a um vasto número de atores se enxergarem como participantes do discurso público e atores potenciais na arena política. Isso força os líderes a adquirir habilidades de interagir mais, e mais rápido, com todos os riscos que essas novas capacidades implicam (ROSANVALLON, 2011, p. 215).

Os estudos sobre política e internet são complexos e multifacetados, mas apontam para duas direções básicas: a primeira explora os potenciais da Internet, em uma perspectiva otimista, com as possibilidades de interação, participação, transparência e maior aproximação

entre representantes e representados. Manuel Castells e Pierre Lévy são autores que seguem essa visão (SIMÕES, 2009). A segunda, por sua vez, apresenta diagnósticos pessimistas, ao concluir que as ferramentas digitais são pouco ou subutilizadas pelos atores políticos e pelos cidadãos. Nessa linha, diversos estudos, entre eles o de Norris (2003), mostram que o potencial da internet para o aumento da interatividade entre instituições políticas e cidadãos tem sido subutilizado. *Websites* de partidos e políticos ainda são utilizados na maioria das vezes para prover informações de maneira unidirecional, assim como o fazem o rádio e a televisão.

Apesar de mostrar as deficiências atuais na utilização política das TICs através de comprovações empíricas, esses estudos não negam seu potencial para o aumento da interatividade, e isso pode ser considerado um processo em evolução, assim como aconteceu com *websites* de empresas de comércio eletrônico (COLE, 2005), que atualmente são interativos e conseguem prever padrões de comportamento que auxiliam no atendimento às necessidades de seus clientes (AMAZON, 2016).

O surgimento das RSDs, como por exemplo o Twitter e o Facebook, aumentou ainda mais o potencial da internet para a interação. Da mesma forma que nos estudos sobre internet, o surgimento dessas redes reforçou o otimismo para alguns autores que seguiam essa linha, mas os estudos empíricos ressaltam as limitações atuais no uso das redes por instituições e agentes políticos e defendem que o sucesso das iniciativas depende do grau de disposição deles para utilizar as ferramentas digitais (MARQUES et al, 2014).

Devido a sua grande utilidade para disseminação de informações, as ferramentas digitais, em especial os portais de internet, têm sido amplamente utilizadas como parte das práticas de transparência das instituições políticas. A forma como são utilizadas tem sido discutida por vários autores. Conforme destacado por Meijer (2009), antagonistas da transparência argumentam que ela, provida de forma unidirecional, estruturada e descontextualizada, pode resultar na perda de confiança da sociedade. Isso ocorre nos casos em que se mostram ações dos governantes em desconformidade com os anseios da sociedade, sem prover uma visão plural de seus potenciais benefícios.

No caso dos portais, apesar de contextualizadas, as informações continuam sendo providas de forma unidirecional e estruturada. Além disso, na maioria das vezes elas são disponibilizadas em formatos estáticos e com determinado enfoque, o que limita as possibilidades de análise por parte da sociedade. Neste trabalho, chamaremos a divulgação de informações

governamentais, por qualquer meio de comunicação de massa, de transparência 1.0. Na transparência 1.0, os dados utilizados para gerar as informações divulgadas não são disponibilizados seguindo o conceito de DGA.

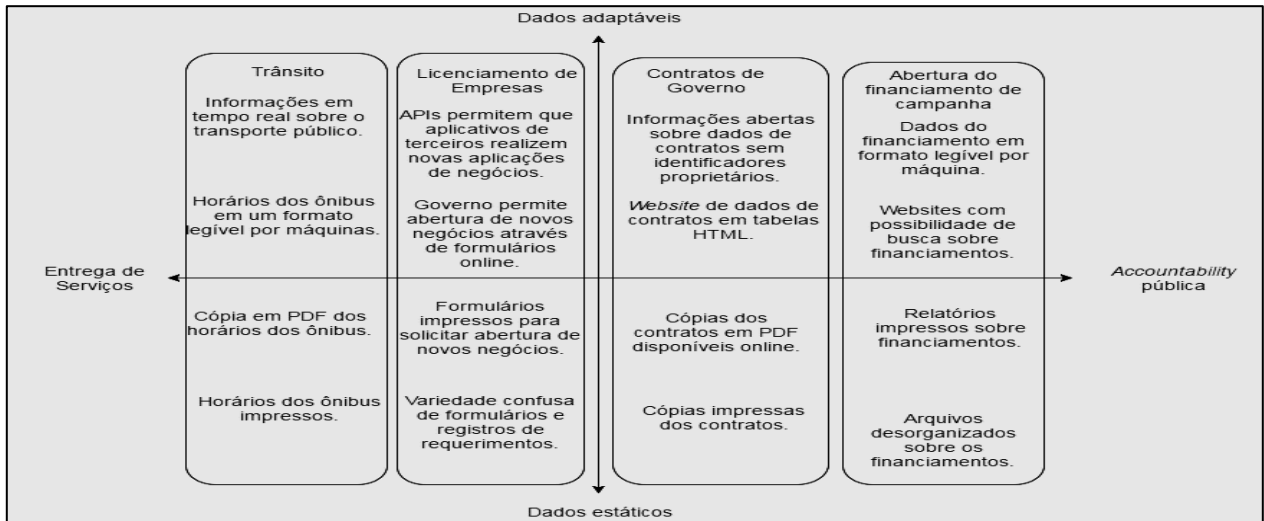
Apesar dos riscos associados, existe praticamente um consenso de que a transparência deve ser praticada e que os efeitos colaterais devem ser identificados a fim de permitir uma melhoria contínua dos mecanismos de disponibilização de informações (MEIJER, 2009). Na próxima seção detalharemos o conceito de dados governamentais abertos. Esse conceito provê melhorias nos mecanismos de disponibilização de informações, uma vez que permite ao público maior flexibilidade na análise de informações e um olhar heterônomo sobre a conduta das instituições (GOMES et al., 2015).

Conforme exemplificado na Figura 2, a disponibilização de informações pode ser analisada através de duas dimensões: o modo como os dados são disponibilizados e os benefícios que podem ser obtidos com essa disponibilização. A primeira dimensão mostra as possibilidades inseridas com a disponibilização de informações em formato de dados abertos. Podemos entender a linha vertical como a evolução da transparência 1.0 para a transparência em que os dados utilizados para gerar as informações são disponibilizados seguindo o conceito de DGA, o que chamaremos neste trabalho de transparência 2.0. A segunda dimensão mostra os possíveis efeitos dessa disponibilização em relação às dimensões de entrega de serviços pelo Estado e *accountability* pública⁵ (YU; ROBINSON, 2012).

Neste trabalho entenderemos *accountability* pública como “a capacidade dos eleitores, individuais ou grupais, de exigir que os representantes expliquem o que fazem (respondam por, sejam responsabilizados, sejam punidos ou mesmo recompensados pelo que fazem)” (ARATO, 2002). Analisaremos esse conceito apenas em sua dimensão eleitoral, concordando com a ideia de Manin (1997) de que “*accountability* é uma avaliação retrospectiva, especialmente quando os representantes eleitos não podem ser forçados a cumprir promessas e programas enquanto estiverem no cargo, mas podem ser punidos por seus atos e omissões nas eleições subsequentes” (ARATO, 2002).

⁵ Não é objetivo do presente trabalho estabelecer uma relação direta entre esses conceitos, nem discutir de forma mais aprofundada o conceito de *accountability* pública. Para uma referência sobre as várias dimensões possíveis para *accountability* ver O'Donnell (1998). Para uma noção da complexidade de se alcançar *accountability* em um governo representativo ver Manin (1997). Para entender as diversas variáveis envolvidas com a ideia de dados governamentais abertos como um caminho para *accountability* pública ver Peixoto (2013).

Figura 2. Possíveis benefícios da utilização de dados abertos



Fonte: Yu e Robinson(2012).

1.3 Dados governamentais abertos

Os dados abertos são definidos como dados e conteúdo que podem ser usados livremente, modificados e compartilhados por qualquer pessoa para qualquer finalidade (OPEN DEFINITION, 2016).

Conforme explicado em Vaz (2010), em 2007 um grupo de 30 defensores do governo aberto (GRUPO, 2016) desenvolveu oito princípios que devem ser seguidos pelos DGA. Estes princípios estabelecem que os DGA devem ser (OPEN GOV DATA, 2007):

- 1) completos: todos os dados devem estar disponíveis;
- 2) primários: dados devem ser coletados da fonte, com um mínimo de modificações;
- 3) atuais: dados devem ser disponibilizados tão rápido quanto o necessário para preservar o seu valor;
- 4) acessíveis: dados devem ser disponibilizados para a maior quantidade possível de usuários e a maior quantidade de propósitos;
- 5) processáveis por máquinas: dados devem ser razoavelmente estruturados para permitir processamento automático;
- 6) não discriminatórios: dados devem estar disponíveis para todos sem necessidade de registro;
- 7) não proprietários: dados devem estar disponíveis em um formato em que nenhuma entidade tenha controle exclusivo;

- 8) livres de licenças: dados não podem estar sujeitos a nenhum tipo de direito autoral, patentes, propriedade intelectual ou segredo industrial. Restrições razoáveis relacionadas a privacidade, segurança e privilégios de acesso são permitidas.

Além desses princípios, existem ainda sete princípios adicionais que deveriam ser considerados. São eles:

- 1) **online e livre:** a informação não é significativamente pública se não está disponível na internet, sem custo, ou pelo menos não mais do que o custo marginal de reprodução. Além disso, a informação deve ser fácil de ser encontrada;
- 2) **permanente:** os dados devem ser disponibilizados em um local estável na Internet e em formato de dados estável por tanto tempo quanto possível;
- 3) **confiável:** o conteúdo digital deve conter assinatura digital ou incluir um atestado de data de criação/publicação, autenticidade e integridade;
- 4) **presunção de abertura:** A presunção de abertura baseia-se em leis como o “*Freedom of information act*”⁶, incluindo gerenciamento de registros, e ferramentas como os catálogos de dados;
- 5) **documentação:** documentação sobre o significado dos dados deve ser provida para tornar os dados úteis;
- 6) **seguro para abrir:** os formatos não devem incluir conteúdo executável. Esses conteúdos podem conter *malwares* como vírus, *worms* etc.;
- 7) **projetado com participação do público:** os cidadãos são os que estão em melhores condições para dizer que tecnologias são mais apropriadas para criação de aplicações que serão criadas para seu próprio uso.

Evans (2013) estabelece cinco iniciativas para estimular a utilização de dados abertos: apresentar as causas (fatos geradores) dos dados apresentados, prover explicação sobre a veracidade e confiabilidade dos dados apresentados, informar quantas vezes uma determinada base de dados foi baixada, permitir enviar e visualizar produtos (análises, *sites*, aplicativos etc.) feitos a partir dos dados disponíveis.

No entanto, vários estudos sinalizam que a simples disponibilização de dados abertos seguindo os requisitos técnicos apresentados não é suficiente para promover a

⁶ FOIA (2015).

participação da sociedade e alcançar os benefícios esperados. A tabela 1 sintetiza alguns desses benefícios. No trabalho, os autores confirmam que é um mito esperar que a simples disponibilização seja suficiente para gerar os resultados listados e concluem que o sucesso das políticas de dados abertos depende da melhoria da qualidade das informações governamentais, da criação e institucionalização de uma cultura de governo aberto e de instrumentos e ferramentas que facilitem o uso e entendimento dos dados. Além disso, a disponibilização de informações deve ser pensada levando em consideração os anseios e as necessidades dos seus usuários.

Tabela 1. Benefícios esperados da utilização de dados abertos

Categoria	Benefício
Política e social	Mais transparência.
	<i>Accountability</i> democrática.
	Mais participação e empoderamento dos cidadãos.
	Mais confiança no governo.
	Engajamento público na manipulação dos dados.
	Acesso igualitário aos dados.
	Novos serviços governamentais aos cidadãos.
	Melhorias nos serviços existentes para os cidadãos.
	Melhoria da satisfação dos cidadãos.
	Melhoria das políticas públicas.
	Maior visibilidade dos dados providos.
	Estímulo ao desenvolvimento do conhecimento.
	Criação de novas ideias para o setor público.
	Inovações nos serviços sociais.
Econômica	Crescimento econômico e estímulo à competitividade.
	Estímulo à inovação.
	Contribuições para melhoria de processos, produtos e serviços.
	Desenvolvimento de novos produtos e serviços.
	Uso da sabedoria das multidões: aproveitar-se da inteligência coletiva.
	Criação de um novo setor que adicione valor à economia.
	Disponibilização de informações para investidores e empresas.

Operacional e técnica	Habilidade para reuso de dados.
	Otimização de processos administrativos.
	Melhoria das políticas públicas.
	Possibilidade de acesso a soluções de problemas externos.
	Possibilidade de comparação e melhor tomada de decisão.
	Facilidade de acesso aos dados e descoberta de informações.
	Criação de novas bases de dados e possibilidade de cruzamento de dados.
	Validações externas dos dados disponibilizados.
	Dados sustentáveis (sem perda de dados).
	Possibilidade de integrar dados públicos e privados.

Fonte: Jansen et al. (2012, p. 261).

Embora coloquem condições gerais para o sucesso das políticas de dados abertos, os autores ressaltam que cada benefício está relacionado com mitos e barreiras específicos e não pode ser analisado de maneira homogênea (JANSEN et al., 2012). Como exemplo, o trabalho de Peixoto (2013) assinala que o benefício da *accountability* somente será obtido se determinadas condições estiverem presentes. Para o autor, as condições necessárias são: a informação alcançar e fazer sentido para seu público-alvo, a existência de uma imprensa livre, liberdades civis e direitos políticos.

Em relação a imprensa livre, concordamos com as considerações de Rosanvallon (2011, p. 216-217) de que o processo de melhoria da *accountability* e progresso da democracia depende de uma reformulação da imprensa e do papel do jornalismo nas sociedades democráticas. Esforços conjuntos de ativistas, jornalistas e cientistas sociais são importantes para a formulação de melhorias nessa área e poderiam também ser utilizados para melhoria da disseminação da informação pública.

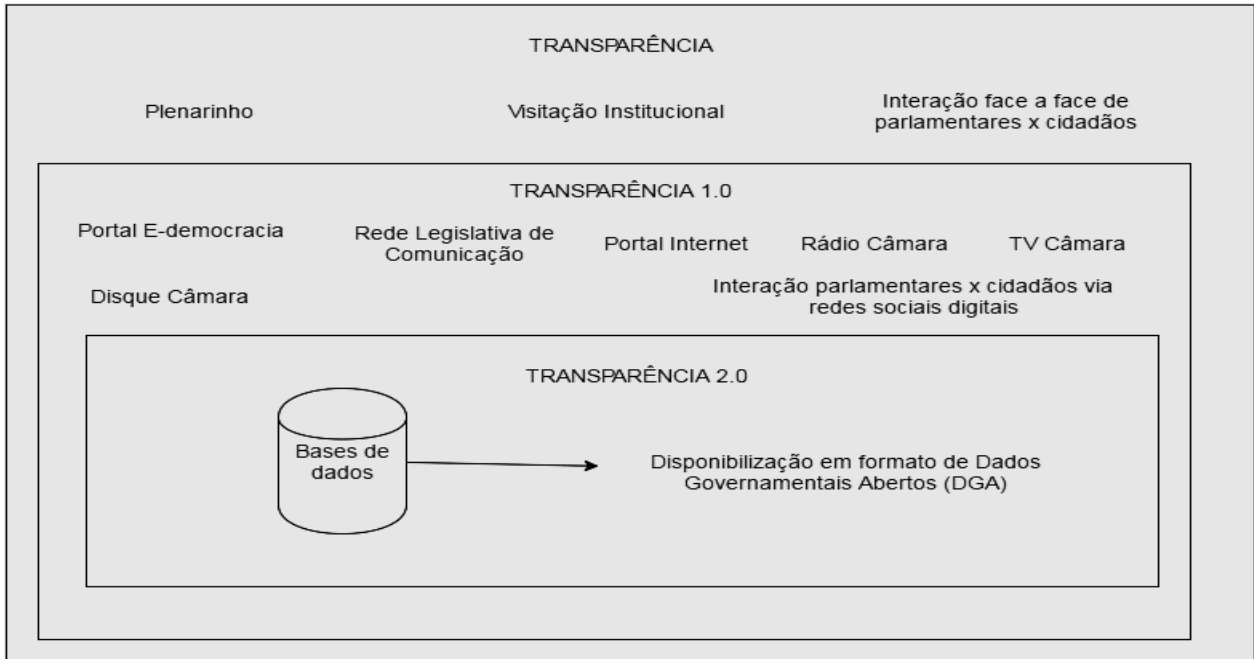
Concordamos com Lessig (2005, p. 243-245) sobre a utilidade de *blogues* para essas discussões uma vez que essas ferramentas criam a sensação de uma reunião pública virtual sem a necessidade de todas as pessoas estarem presentes simultaneamente. Além disso, os *blogues* não estão submetidos a pressões comerciais existentes em outros negócios como televisão e jornais.

Acreditamos que esforços conjuntos com origem em diversos segmentos da sociedade e utilização de ferramentas digitais sejam um bom ponto de partida para realização de melhorias sociais, no entanto, elas não são suficientes e só serão efetivas e sustentáveis se vierem acompanhadas de mudanças organizacionais e dos modelos institucionais (ARENDRT, 1998; SAMPAIO, 2005).

A Figura 3 contextualiza a aplicação do conceito de DGA no âmbito da Câmara dos Deputados e em relação aos conceitos de transparência utilizados nesta dissertação. Segundo Arendt (1998), a política se realiza na interação entre pessoas e instituições no âmbito da esfera pública e sempre tem de lidar com o esclarecimento e a dispersão de preconceitos.

Seguindo essas ideias é necessário que as instituições políticas disponibilizem formas de interação com a sociedade que permitam um maior entendimento sobre o seu funcionamento. A instituição Câmara dos Deputados disponibiliza diversos canais de interação⁷ que a tornam mais afeita ao entendimento e avaliação da sociedade e esse é o conceito de transparência (BERTOT et al., 2010) que estamos utilizando nesta dissertação.

Figura 3. Contextualização do uso de DGA na Câmara dos Deputados



Fonte: próprio autor.

⁷ Não é escopo deste trabalho discutir a fundo todas as práticas de transparência utilizadas pela Câmara. Para uma discussão aprofundada sobre o surgimento das mídias legislativas e sua implantação na Câmara dos Deputados, ver Bernardes (2010). Para uma discussão sobre o Portal E-democracia, ver Faria (2012).

As iniciativas plenarinho, visitação institucional e interação face a face de parlamentares versus cidadãos se caracterizam pela interação presencial e são consideradas práticas de transparência adotadas pela Casa.

As iniciativas de transparência 1.0 se caracterizam pela inserção de meios tecnológicos na interação com a sociedade. Percebemos que a Câmara utiliza desde contato telefônico (Disque Câmara), passando por rádio e televisão (Rede Legislativa de Comunicação, Rádio Câmara e TV Câmara) até Internet e redes sociais digitais (Portal Internet, E-democracia e Interação de parlamentares x cidadãos).

Qualquer iniciativa que disponibilize os dados gerados durante seu processo de trabalho em formato de DGA é considerada nesta dissertação como transparência 2.0.

Na próxima seção mostraremos como o acesso a informações governamentais se transformou de uma ideia normativa em uma prática natural nas instituições estatais (MEIJER, 2015). Focaremos nas ações realizadas no Brasil contextualizadas no cenário mundial.

1.4 Da institucionalização do acesso a informações governamentais

Considerando que a simples disponibilização de informações governamentais não é suficiente para obter os benefícios listados na seção anterior, verificou-se a necessidade da criação de mecanismos institucionais que garantissem aos cidadãos o direito à informação. Por esses e outros motivos, o acesso a informações governamentais tem sido institucionalizado no mundo inteiro através das leis de acesso à informação. Nos últimos anos, dezenas de países aprovaram suas leis. Em novembro de 2011, o Brasil tornou-se o 89º país a adotar uma lei de acesso à informação pública. A Lei 12.527/2011 entrou em vigor apenas em maio de 2012, uma vez que o texto previa 180 dias de implementação (ANGÉLICO, 2012).

Em conjunto com as leis de acesso à informação, surgiram várias iniciativas com a intenção de disseminar a cultura de governo aberto e facilitar o uso e entendimento dos dados pelos cidadãos. Entre as iniciativas, podemos citar a Declaração para Abertura e Transparência Parlamentar (TRANSPARÊNCIA PARLAMENTAR, 2012), os *hackathons* (HACKATHONS, 2015; HACKATHON CÂMARA, 2013) e a Parceria Governo Aberto (OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP, 2011). No âmbito brasileiro ainda foi criada a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA, 2015).

A organização para abertura parlamentar consiste num apelo de organizações de observação dos parlamentos no sentido de reforçar a abertura das instituições e participação

cidadã no trabalho parlamentar (TRANSPARÊNCIA PARLAMENTAR, 2012). A declaração contou com a colaboração dos grupos brasileiros Transparência Hacker (TRANSPARÊNCIA HACKER, 2016) e Movimento Voto Consciente (VOTO CONSCIENTE, 2016).

Os *hackathons* são eventos que reúnem programadores, desenvolvedores e inventores para criar projetos que transformem informações de interesse público em soluções digitais, acessíveis a todos os cidadãos (HACKATHON CÂMARA, 2013). A incorporação de tecnologia nas relações governamentais deve ser entendida como um processo e os *hackathons* são ferramentas que auxiliam nessa tarefa (HACKATHONS, 2015). Entre os benefícios desses eventos podemos citar a educação para democracia e o engajamento dos cidadãos no entendimento e disseminação das informações públicas.

A Parceria Governo Aberto foi lançada em 2011 com objetivo de tornar os governos mais abertos e responsivos aos cidadãos. O Brasil é um dos cofundadores dessa parceria e já realiza a execução de seu segundo plano de ação. O primeiro plano de ação teve como principais resultados a criação da lei de acesso à informação e a criação do portal de dados abertos. O segundo plano de ação está em execução e foi elaborado de forma colaborativa com organizações da sociedade civil, ministérios e agências estatais. Mais detalhes sobre governo aberto e os planos de ação brasileiros podem ser encontrados em Open Government Partnership (2011).

O Brasil criou ainda a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (Inda). Segundo informações do próprio *site*, a Inda é:

Um conjunto de padrões, tecnologias, procedimentos e mecanismos de controle necessários para atender às condições de disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas no modelo de Dados Abertos. A INDA é a política do governo brasileiro para dados abertos (INDA, 2015).

Encerramos aqui o referencial teórico desta dissertação. Na próxima seção descreveremos os procedimentos metodológicos que utilizamos para atingir os objetivos gerais e específicos descritos na introdução. Na seção 3 mostraremos as relações da Câmara dos Deputados com as iniciativas apresentadas nesta seção.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A primeira ação do presente trabalho foi o desenvolvimento e divulgação do projeto de pesquisa em fóruns e redes sociais digitais. O objetivo dessa ação foi realizar um *crowdsourcing* solicitando contribuições de pesquisadores e potenciais usuários de DGA a fim de agregar experiências e gerar uma aproximação com eles. As principais contribuições recebidas foram o aproveitamento de publicações de especialistas nas redes sociais digitais, indicações sobre o uso de dados abertos pelas lideranças da Câmara dos Deputados, referências a trabalhos similares e aplicativos desenvolvidos, contribuições para definição do título do trabalho, contribuições para revisão de literatura e contribuições pontuais sobre tópicos do trabalho publicados frequentemente no perfil de Facebook do autor (FACEBOOK, 2016)⁸.

Em um segundo momento, iniciamos a seção 1, que foi realizada em duas etapas. Primeiro foi realizada a leitura e a análise de referências, indicadas por pesquisadores da área, sobre os conceitos de DGA, transparência e *accountability*. Essa primeira fase foi utilizada como parte da revisão de literatura⁹, adaptada de Barbosa (2011), e resultou em uma primeira versão do referencial teórico e na elaboração de uma *string* de busca, aplicada em línguas portuguesa e inglesa, nas seguintes bases: Scholar (2015), Proquest (2015) e Jstor (2015). As *strings* de busca utilizadas foram “(publicidade or transparência or lai) and Internet and accountability and (dados * abertos) and legislativo” e “(publicity or transparency) and Internet and accountability and (data * open) and legislative”. Também utilizamos a *string* de busca “open government” na base Ngram (2016). O resultado da revisão revelou novos trabalhos que serviram para aprimorar o referencial teórico e identificar estudos empíricos sobre os DGAs da Câmara dos Deputados. A seguir descreveremos os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos gerais e específicos deste trabalho:

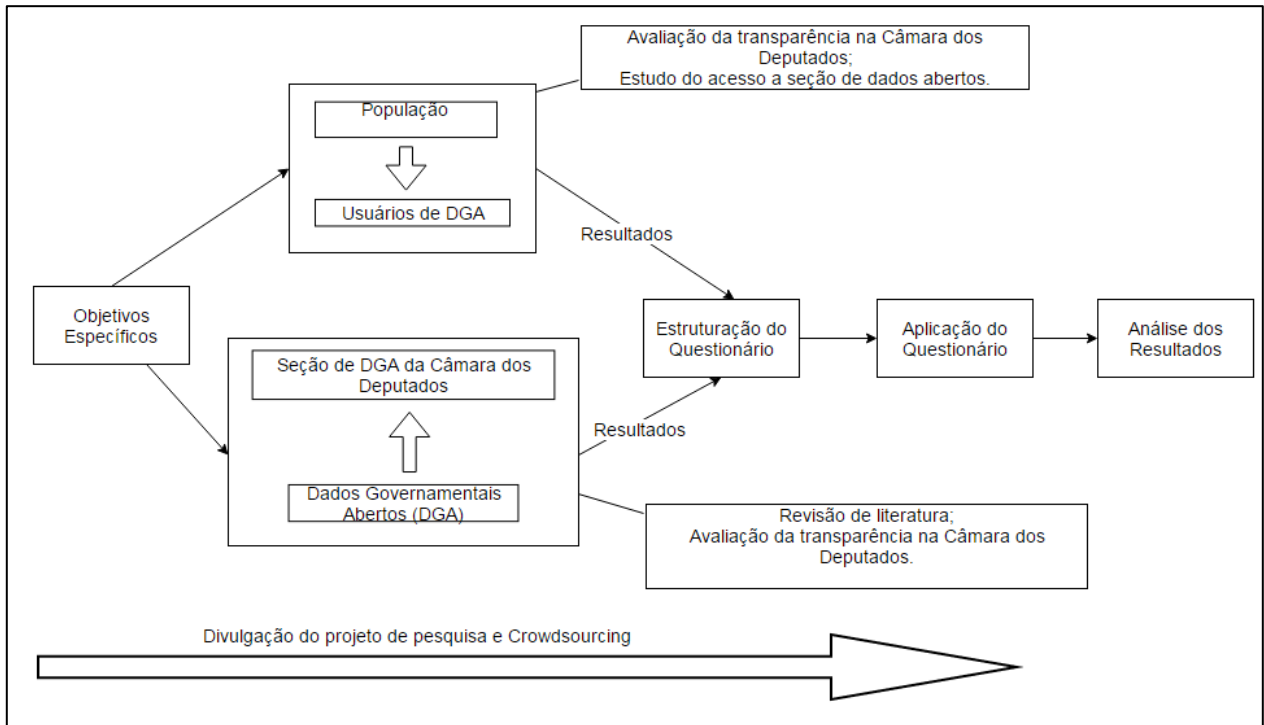
- avaliação da transparência na Câmara dos Deputados;
- estudo do acesso à seção de dados abertos;
- estruturação e aplicação de questionário com os usuários da seção;
- análise dos resultados.

A relação entre os procedimentos metodológicos está descrita na Figura 4.

⁸ O detalhamento da divulgação do projeto de pesquisa e *crowdsourcing* está no Apêndice C.

⁹ O detalhamento da revisão de literatura está no Apêndice A.

Figura 4. Relação entre os procedimentos metodológicos



Fonte: adaptado de Schuman & Kalton (1985, p. 641 apud GUNTHER, 2003).

Analisaremos a transparência 2.0 na Câmara dos Deputados da seguinte forma: no primeiro momento faremos um histórico sobre a evolução da disponibilização de informações em formato de dados abertos. No segundo momento faremos uma análise do conteúdo disponibilizado tendo como referência os pontos relatados por Bentham (1791) em relação ao que deveria transitar na assembleia. Sendo assim, nossa análise se restringirá à abrangência das informações relacionadas com a função legislativa da Casa, especialmente atividades parlamentares e tramitação de projetos de lei. Por fim, descreveremos o projeto de dados abertos 2.0 da Câmara.

Utilizaremos a ferramenta Google Analytics para saber quem acessa, de qual região e o que visualiza na seção de dados abertos. O objetivo é identificar os temas mais acessados e ter referências para identificar possíveis categorias de usuários dependendo da origem do acesso. Os indícios encontrados no Analytics serão utilizados em conjunto com

pesquisa *online*, referências e estratégia bola de neve¹⁰, através do envio de *e-mail*. Os usuários encontrados serão categorizados pela tipologia presente no Marco Civil da Internet em seu artigo 24, inciso I (BRASIL, 2015), da seguinte forma: Governo, Mercado, Sociedade Civil e Academia.

Essas análises foram utilizadas como subsídios para elaboração de um questionário a ser aplicado aos usuários de dados abertos da Câmara. Foi realizado um pré-teste do questionário através da comparação com trabalhos similares (ENTREVISTAS, 2010), consulta a especialistas e a alguns usuários identificados. Por fim, avaliamos as respostas do questionário para identificar os anseios e comportamentos expressos no uso de DGA da Câmara dos Deputados e em que pontos eles contribuem para o alinhamento com as diretrizes estratégicas da Casa, em especial, o entendimento da sociedade sobre o papel do Legislativo, o funcionamento da instituição e as atividades dos deputados (ESTRATÉGIA, 2012). No final dessa etapa utilizamos algoritmos de agrupamento com a ferramenta Weka (2016) para tentar identificar perfis de respondentes com interesses semelhantes.

¹⁰ A estratégia bola de neve consiste na coleta de indícios sobre possíveis usuários de DGA da Câmara dos Deputados. Depois enviamos *e-mails* para os usuários identificados para confirmar o uso e solicitar uma breve descrição do uso e referências a outros usuários.

3 TRANSPARÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

3.1 Histórico da transparência 2.0

Nesta seção mostraremos a evolução da disponibilização de informações pela Câmara dos Deputados para diversos segmentos da sociedade. Em 2006, o Portal da Câmara dos Deputados era uma das principais fontes de informação da Casa. No entanto, ele não atendia a todas as necessidades de informação de órgãos públicos, associações de classe, organizações não-governamentais, entre outras entidades. Por isso, essas entidades solicitavam informações adicionais à Câmara com o objetivo de acompanhamento legislativo e das atividades dos parlamentares. Essas informações eram disponibilizadas em formatos que dificultavam o processamento por sistemas automatizados.

Para resolver esses problemas, em 11/07/2006 a Câmara lançou o Serviço de Integração Tecnológica (SIT-Câmara). O lançamento ocorreu em solenidade presidida pelo deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO). Segundo Fernando Lima Torres, Diretor de Disseminação de Informações do Centro de Informática à época:

O Serviço de Integração Tecnológica – SIT-Câmara foi criado em 2006 para atender uma demanda crescente de informações, solicitadas principalmente por órgãos públicos e outras entidades que precisavam acompanhar grande volume de informações da Câmara. Esses órgãos possuíam bases de dados próprias em suas assessorias parlamentares e precisavam de informações atualizadas da Câmara. Inicialmente, atendíamos às solicitações pontualmente, com fornecimento de arquivos digitais. Com o SIT-Câmara o fornecimento de informações legislativas pode ser provido em maior escala, com informações estruturadas e com a periodicidade definida pelos próprios demandantes. (10/03/2016)

Os principais serviços disponibilizados pelo SIT-Câmara foram tramitação de proposições, pauta de sessões de plenário, pauta de reuniões de comissões, informações dos deputados e composição de comissões e lideranças. Para ter acesso aos serviços, era preciso enviar um formulário à Diretoria-Geral da Câmara pedindo autorização¹¹ (SIT-CÂMARA, 2006).

A necessidade de pedido de autorização continuou até a criação da lei de acesso à informação, em 2011. A partir dessa lei, a Câmara criou o projeto Dados Abertos e abriu os serviços que já existiam para toda a sociedade, sem a necessidade de autorização prévia. O

¹¹ O Apêndice E apresenta evidências sobre o processo de evolução da disponibilização de informações na Câmara dos Deputados. As informações presentes na seção 3 foram extraídas desse apêndice.

lançamento do projeto foi realizado em 07/12/2011. Segundo Fernando Antônio Teixeira, gerente do projeto à época, a seguinte justificativa foi dada:

A evolução tecnológica proporcionou à sociedade uma vasta gama de ferramentas automatizadas para intercâmbio e análise de dados. Com isso, a sociedade passou a exigir do governo que as suas informações públicas sejam disponibilizadas de tal forma que possam ser utilizadas por essas novas ferramentas.

Essa nova fronteira tecnológica possibilita a qualquer cidadão ou entidade da sociedade realizar o cruzamento e a análise de grandes volumes de dados oriundos das mais diversas fontes de informação. Dessa forma, o projeto Dados Abertos amplia os mecanismos de fiscalização das ações governamentais e, conseqüentemente, possibilita melhorar a eficiência do Governo.

A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, em seu Artigo 8º, determina: ‘é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas’. Nesse mesmo artigo, a Lei torna obrigatória a divulgação dos dados na internet de forma a ‘possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina’.

Como a Lei 12.527 estabelece sua vigência após 180 dias de sua promulgação, ou seja, vigência a partir de 16 de maio de 2012, o presente projeto visa adiantar-se às obrigações da Lei, colocando a Câmara dos Deputados na vanguarda tecnológica dos dados abertos, tornando-a um exemplo a ser seguido na Administração Pública. (10/03/2016)

Em 2013, a Casa realizou seu primeiro *hackathon*, com o tema Transparência, e, em 2014, o segundo, com o tema Gênero e Cidadania. Os principais objetivos desses eventos foram a educação para democracia e a disseminação do uso de dados governamentais abertos (HACKATHON CÂMARA, 2013).

Percebemos durante esse processo uma gradual diminuição da burocracia para o acesso às informações da Câmara dos Deputados. Na próxima seção mostraremos a atual abrangência dos dados disponibilizados tendo como referência os pontos colocados por Bentham (2011) sobre o que deveria transitar na assembleia.

3.2 Abrangência dos dados disponibilizados

O projeto Dados Abertos da Câmara dos Deputados (DADOS ABERTOS, 2011) consistiu na abertura dos serviços disponibilizados no SIT-Câmara para toda a sociedade. Além disso, foram disponibilizados novos serviços, compreendendo informações adicionais sobre proposições, discursos, resultados de votações, sessões e reuniões, cotas parlamentares e informações parlamentares.

A decisão sobre que informações deveriam ser disponibilizadas foi tomada de forma conjunta entre o Departamento de Comissões e o Departamento de Taquigrafia. O primeiro ficou responsável por informações sobre proposições, pauta dos órgãos e dados de deputados. O segundo ficou responsável por informações relacionadas com discursos. De forma geral, as seguintes informações foram disponibilizadas:

dados de proposições: (ementa, autor, data apresentação, regime de tramitação (especial, urgência etc.), último despacho, apreciação (órgão), situação (pronta para pauta), *link* para inteiro teor, andamento, indexação; íntegras, comissões pelas quais passou, relatores e pareceres; emendas, substitutivos e redações finais; votações das proposições (resultado e votos de cada parlamentar);

pauta dos órgãos: informações sobre sessões/reuniões dos órgãos da Casa (data, hora, local, tipo, objeto, proposições quando reunião deliberativa);

dados de deputados: nome, sexo, partido, UF, gabinete, anexo, fone, *e-mail*, comissões em que é titular e suplente (deputados ativos na atual legislatura); membros de comissões; líderes e vices das bancadas dos partidos;

3.3 O projeto Dados Abertos da Câmara

A Câmara dos Deputados ainda não possui um plano de ação para disponibilização de dados abertos. Além disso, a disponibilização atual não é aderente aos padrões definidos pela Infraestrutura Nacional de Dados Abertos. Pensando nisso, em 2014 a Casa iniciou estudos para criar: (i) projeto-piloto de portal que proveria um ponto centralizado de acesso aos dados e (ii) proposta de governança para o processo de disponibilização. O estudo foi chamado de projeto Dados Abertos 2.0 da Câmara dos Deputados. Segundo Marcus Vinícius Chevitaresh Alves, representante do Centro de Informática no projeto:

As entregas do projeto foram uma minuta de governança e um projeto-piloto de um portal que provia um ponto único de acesso aos dados. A minuta de governança consistiu em uma proposta de governança para disponibilizar dados abertos a partir das solicitações que vêm da Sociedade. A proposta estabelece onde as solicitações devem chegar, quem faz a triagem, quem prioriza e quem executa a solicitação. O Portal piloto continha um subconjunto de dados e *metadados* que serviu para validação das tecnologias de disponibilização de dados abertos. (10/03/2016)

Atualmente a Câmara realiza outros estudos, especialmente na área de qualidade de informações governamentais, que servirão de suporte para que o plano de ação criado possa ser colocado em execução. Os estudos em qualidade das informações, em geral, focam em estabelecer uma estrutura de governança corporativa que garanta que os dados estejam sempre consistentes e disponíveis em tempo para serem úteis. Entre outras tarefas deve-se definir quem são os gestores responsáveis por garantir que os dados sejam inseridos de forma correta nos sistemas e também definir quais informações devem ser disponibilizadas.

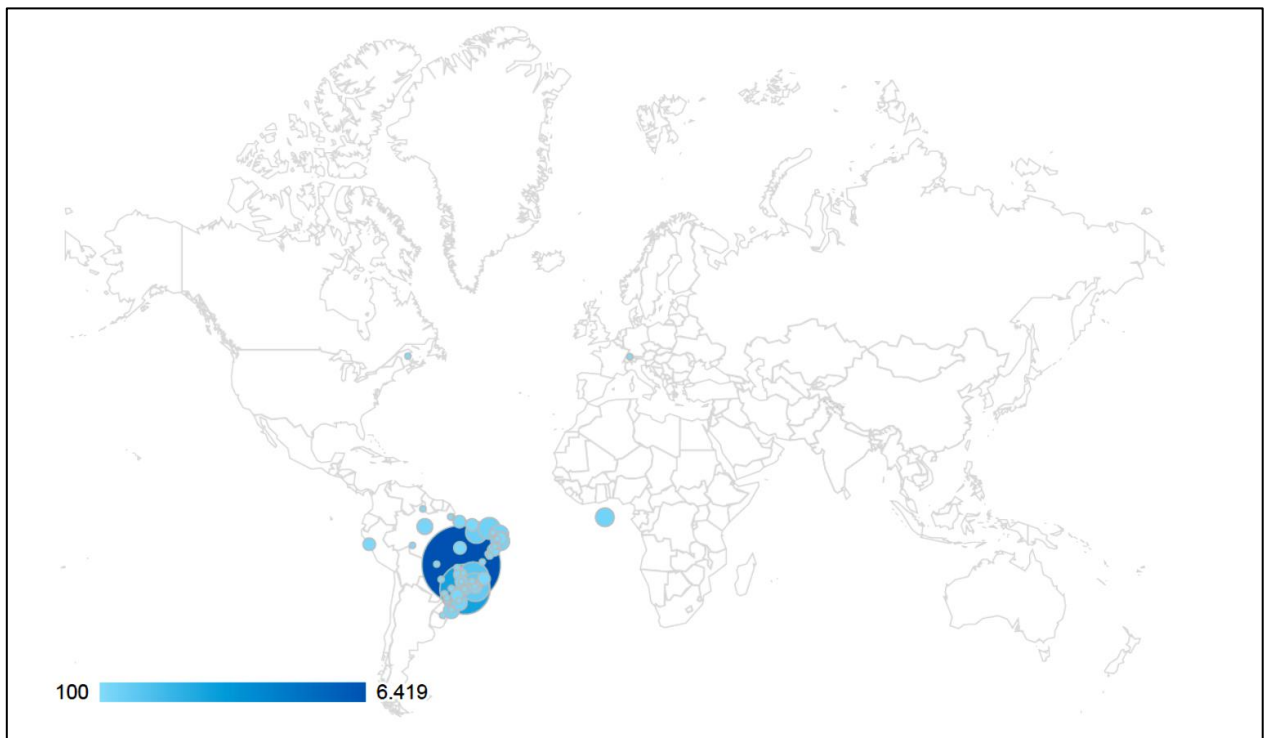
Nessa seção esclarecemos como foi desenvolvido o projeto de dados abertos e a abrangência dos dados disponibilizados. Mostramos também como a Casa pretende melhorar os serviços disponíveis. Na próxima seção iniciaremos o estudo sobre a demanda e utilização desses dados.

4 ESTUDO DO ACESSO À SEÇÃO DE DADOS ABERTOS

4.1 Coleta pelo Google Analytics

A coleta de dados pelo Google Analytics foi realizada no período de 01/01/2015 a 30/08/2015. A coleta teve como objetivo identificar as cidades e URLs de origem do acesso a fim de gerar indícios para identificação dos usuários. Inicialmente fizemos um geo-referenciamento para identificar as origens de acesso. A Figura 5 mostra o mapa gerado. Quanto mais forte a tonalidade, mais sessões foram abertas com a seção de DGA da Câmara dos Deputados. Fizemos um corte de no mínimo 100 sessões abertas no período analisado. Neste trabalho analisaremos apenas os acessos provenientes do Brasil, mas é interessante notar acessos de outros países, como da cidade de Wettingen, na Suíça. Existem várias possibilidades para esse tipo de acesso, que vão desde o interesse de alguma pessoa ou instituição até a busca automatizada por robôs que utilizariam termos de busca com expressões relacionadas com dados abertos.

Figura 5. Origens de acesso à seção de DGA da Câmara dos Deputados



Fonte: monitoramento pelo Google Analytics da seção de DGA da Câmara dos Deputados.

A Tabela 2 apresenta as dez cidades que mais acessaram. Esses dados são insuficientes para identificação dos usuários, mas a quantidade de acessos provenientes de Brasília gera indícios para uma investigação mais aprofundada sobre os motivos desses acessos.

Tabela 2. Dez cidades que mais acessaram no período de 01/01/2015 a 30/08/2015

Cidades	Sessões	%
Brasília	6.419	48,12
São Paulo	2.608	19,55
Belo Horizonte	1.003	7,52
Rio de Janeiro	802	6,01
Teresina	602	4,51
Fortaleza	501	3,76
Recife	401	3,01
Natal	401	3,01
Manaus	301	2,26
Porto Alegre	301	2,26
Total	13.339	100,00

Fonte: monitoramento pelo Google Analytics da seção de DGA da Câmara dos Deputados.

A Tabela 3 apresenta as URLs de origem, ou seja, onde os usuários estavam antes de acessarem a seção de dados abertos da Câmara. As referências foram segmentadas em Governo, Academia, Mercado, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Outras Origens. Podemos perceber que a quantidade de acessos por órgãos de governo corresponde à quase totalidade dos acessos realizados na cidade de Brasília. Isso confirma um achado de Stabile (2012) em relação ao uso do Portal da Câmara dos Deputados como fonte de informações para profissionais da política.

A seção Mercado incluiu usuários que acessaram o portal utilizando servidores de serviço compartilhado, provavelmente assinantes do serviço. A maior probabilidade é que sejam acessos de cidadãos e não das próprias empresas, mas não foi possível confirmar essa hipótese.

Em Academia, percebemos uma predominância do domínio “inf.br”. Esse domínio geralmente está associado a *sites* com serviços de TICs. Os demais domínios estão associados a *sites* de universidades.

Na seção Outras Origens, temos usuários que chegaram através de termos de pesquisa no Google (google/organic), usuários que acessaram diretamente a seção pelo *site*, via aplicações ou *bookmark*, e outros que acessaram via Facebook (facebook.com). O “amazonaws”

é o serviço de nuvem da Amazon, onde se hospedam aplicativos, *webservice* etc. Provavelmente existe um aplicativo armazenado nessa nuvem que consome os *webservices* da Câmara. No entanto, não foi possível identificá-lo.

Tabela 3. Origens de acesso retiradas do Google Analytics no período de 01/01/2015 a 30/08/2015

Governo		
URL	Número de sessões	%
camara.gov.br	1440	4,63
planalto.gov.br	938	3,02
sp.gov.br	626	2,01
chesf.gov.br	313	1,01
sc.gov.br	313	1,01
congressonacional.leg.br	301	0,97
caixa.gov.br	209	0,67
cidades.gov.br	209	0,67
agricultura.gov.br	209	0,67
bancobrasil.com.br	209	0,67
df.gov.br	209	0,67
turismo.gov.br	209	0,67
tcu.gov.br	104	0,33
dpf.gov.br	104	0,33
senado.leg.br	100	0,32
stf.jus.br	100	0,32
valmirprascidelli.com.br	100	0,32
Mercado		
URL		
virtua.com.br	3650	11,74
gvt.net.br	1043	3,36
educacao.cc	100	0,32
fmazzini.com	100	0,32
Organizações não governamentais		
URL		
http://observatorio.aeppsp.org.br	104	0,33
teresinahc.org	100	0,67
Academia		
URL		
inf.br	3233	10,40
unb.br	104	0,33
ufpi.br	104	0,33
radarparlamentar.polignu.org	100	0,32
Outras Origens		
URL		
google / organic	13.139	42,27
direct / none	3.009	9,68
ec25494175169.saeast1.compute.amazonaws.com	301	0,97
facebook.com	301	0,97
Total	31.081	100,00

Fonte: monitoramento pelo Google Analytics da seção de DGA da Câmara dos Deputados.

A Tabela 4 mostra quais são as páginas de *webservices* mais acessadas. Esses acessos não refletem o real uso dos *webservices*, mas apenas o interesse por determinado assunto apreendido dos acessos dos usuários às páginas que os descrevem. Podemos perceber que o principal interesse dos usuários está nas informações sobre deputados.

Tabela 4. Visualizações de páginas de serviços no período de 01/01/2015 a 30/08/2015

Descrição do serviço	Visualização de páginas do serviço	%
Retorna os deputados em exercício na Câmara dos Deputados	2708	38,05
Retorna detalhes dos deputados com histórico de participação em comissões, períodos de exercício, filiações partidárias e lideranças.	1204	16,92
Retorna os partidos com representação na Câmara dos Deputados	501	7,04
Retorna a lista de proposições que satisfaçam os critérios estabelecidos	501	7,04
Retorna a lista de presença de deputados em um determinado dia.	501	7,04
Retorna a lista dos tipos de cargo para os órgãos legislativos da Câmara dos Deputados (ex: presidente, primeiro-secretário, etc)	401	5,63
Retorna as presenças de um deputado em um determinado período.	301	4,23
Retorna os blocos parlamentares na Câmara dos Deputados.	100	1,41
Retorna a lista dos tipos de órgãos que participam do processo legislativo na Câmara dos Deputados	100	1,41
Retorna a lista de órgãos legislativos da Câmara dos Deputados (comissões, Mesa Diretora, conselhos, etc.)	100	1,41
Retorna as pautas das reuniões de comissões e das sessões plenárias realizadas em um determinado período	100	1,41
Retorna uma lista de proposições movimentadas em determinado período.	100	1,41
Retorna a lista de situações para proposições	100	1,41
Retorna os dados de uma determinada proposição a partir do seu ID	100	1,41
Retorna a lista dos deputados que proferiam discurso no Plenário da Câmara dos Deputados em um determinado período.	100	1,41
Retorna a lista de situações para as reuniões de comissão e sessões plenárias da Câmara dos Deputados	100	1,41
Retorna o inteiro teor do discurso proferido no Plenário.	100	1,41
Total	7117	100,00

Fonte: monitoramento pelo Google Analytics da seção de DGA da Câmara dos Deputados.

Nas próximas seções utilizaremos os indícios encontrados e outras fontes para realizar uma abordagem bola de neve, com utilização de *e-mail* para identificar usuários e aplicativos dos DGAs da Câmara dos Deputados.

4.2 Usuários da comunidade da seção de DGA

A Câmara dos Deputados criou uma comunidade para que usuários possam enviar *feedback* sobre o uso de dados abertos. A comunidade recebe, entre outros assuntos, sugestões de melhorias e relatos de inconsistências nos dados disponibilizados. A Tabela 5 apresenta uma lista com todos os usuários que participam da seção.

Tabela 5. Usuários da comunidade no github

Sociedade civil	
Cidadãos	Contato
Guilherme Baufaker Rêgo	https://github.com/gbrego
Diego Rabatone Oliveira	https://github.com/diraol
Paulo Hubert	https://github.com/paulohubert
Kellyton Brito	https://github.com/kellyton
Danilo Oliveira	https://github.com/DaniloOliveira28
Raposo	https://github.com/Raposo40
Nicolas	https://github.com/nikozc
Henrique Couto	https://github.com/henriquecoutobsb
Gleidson	https://github.com/gleidsonp
Junior Regis	https://github.com/junioregis
Felipe Saraiva	https://github.com/filipesaraiva
Geraldo Augusto	https://github.com/geraugu
Rafael Guimaraes	https://github.com/osanyin
Marco Amarelo	https://github.com/marcoamarelo
Vitor Batista	https://github.com/vitorbaptista
Tiago Barreiros de Freitas	https://github.com/tiago4680
Mario Mol	https://github.com/mariohmol

Fonte: Comunidade (2015).

4.3 Coleta por pesquisas *online* e referências

Essa coleta utilizou dados encontrados nas seções anteriores como ponto de partida para as pesquisas. Diversos *sites* apresentavam referências para outros utilizadores de DGA da Câmara dos Deputados. Além disso, também utilizamos as referências encontradas na revisão de literatura que continham estudos empíricos sobre a utilização de DGA da Câmara dos Deputados. Por fim, utilizamos uma estratégia bola de neve através do envio de *e-mail* para os usuários identificados¹². Os usuários responderam em linhas gerais sobre o uso que fazem dos

¹² Os *e-mails* enviados e as respostas dos usuários estão descritos no Apêndice B.

dados abertos e essas respostas foram utilizadas para formulação do questionário desta pesquisa. A Tabela 6 consolida os resultados encontrados.

Tabela 6. Pesquisa *online* e referências

Governo
Órgão
Ministério de Justiça
Banco Central
TCU
Eletronorte
Lideranças da Câmara dos Deputados
Mercado
URL
http://estadaodados.com/basometro/
https://sigalei.openlex.com.br
https://zenlobby.com
Sociedade
URL
http://meucongressonacional.com/
Monitora Brasil - https://play.google.com/store/apps/details?id=com.gamfig.monitorabrasil
http://deliberatorio.com.br/
http://www.excelencias.org.br/
http://www.votoaberto.com.br/extratoparlamentar/
Atlas Político < atlaspolitico@nervera.com >
Academia
http://dapp.fgv.br/transparencia-politica/
CivisAnalysis- Visualização de Votações Nominais.
Pesquisadores da Câmara dos Deputados.
http://www.centroestudoslegislativos.com.br
http://qmrepresenta.com.br/
http://houseofcunha.com.br/
Outras Origens
URL

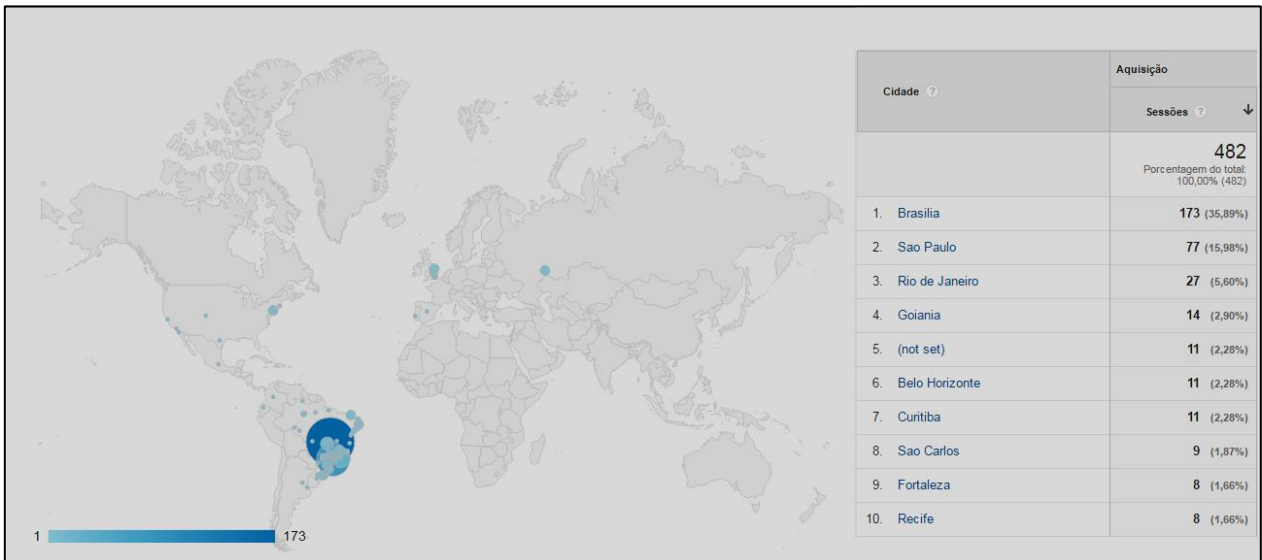
Fonte: internet; Borja et al. (2014); Brito et al. (2014); Moreira (2015); Sigalei (2015).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Análise panorâmica

O questionário foi aplicado de 14/02/2016 a 13/04/2016. De 14/02/2016 a 29/02/2016 foi realizado o piloto, com envio de mensagens por *e-mail* para 80 pessoas. Nessa fase obtivemos 31 respostas. A partir de 01/03/2016 o questionário foi disponibilizado na seção de dados abertos do Portal da Câmara dos Deputados. Nesse momento iniciamos a divulgação via fóruns e redes sociais digitais. A pesquisa ficou disponível até 13/04/2016 e recebeu um total de 92 respostas. Pelo *Google Analytics* registramos um total de 482 sessões nesse período. A Figura 6 mostra o mapa e as principais de cidades origem dos acessos. Pelo controle da ferramenta LimeService (2016), um total de 230 pessoas acessou efetivamente o questionário, ou seja, passou da primeira página respondendo à pergunta de segurança. A seguir iniciaremos a análise das respostas.

Figura 6. Acompanhamento da página da pesquisa



Fonte: monitoramento pelo Google Analytics da página da pesquisa.

A Tabela 7 mostra um uso diversificado que vai além do objetivo definido em Dados Abertos (2011). A referida definição foca no uso de dados abertos para aplicações digitais. Apesar de as respostas indicarem um predomínio de aplicações digitais, percebemos que os dados abertos também são utilizados para publicações acadêmicas, reportagens, entre outros. Além disso, enquanto o Portal da Câmara serve mais aos profissionais da política (STABILE, 2012), as

respostas da Tabela 8 indicam que a seção de dados abertos é utilizada pelos segmentos Governo, Sociedade, Academia e Mercado.

Tabela 7. Uso diversificado dos dados abertos

1- Qual o principal tipo de produto do seu trabalho com os dados abertos da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Aplicativo mobile (celular, tablet etc).	9	9,78%
Sistema web (Portal Internet, aplicação com arquitetura web etc).	38	41,30%
Publicação acadêmica (artigos, livros etc).	26	28,26%
Reportagens (Publicadas em: Portais Internet, Jornais, Revistas, Rádio, Televisão)).	6	6,52%
Outros	13	14,13%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 8. Uso por Governo, Sociedade, Academia e Mercado

31- Em quais das categorias abaixo você enquadraria o produto do seu trabalho com os dados abertos da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Governo (Projetos dentro de um órgão de governo. Exemplo: Ministério de Justiça, Eletronorte, Lideranças da Câmara dos Deputados etc).	23	25,00%
Sociedade (Projetos individuais, vinculados a ONGs, pequenos grupos de cidadãos etc).	32	34,78%
Academia (Produto do trabalho vinculado a universidades ou institutos de pesquisa. Exemplo: pesquisador, bolsista CNPQ, etc).	29	31,52%
Mercado (Produto do trabalho desenvolvido por empresa privada, startups etc).	8	8,70%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

A comparação entre os relatos presentes em Entrevistas (2010), em que pesquisadores e segmentos da sociedade demandavam por maior facilidade no acesso a informações, e as respostas presentes no Apêndice B e no questionário da pesquisa sugere uma aproximação da Câmara dos Deputados com os segmentos Academia e Sociedade após a disponibilização dos dados em formato aberto. A Tabela 9 exemplifica esses relatos.

Tabela 9. Aproximação da Câmara dos Deputados com segmentos Academia e Sociedade

Relatos em Entrevistas (2010)
“As informações governamentais são complexas e os dados não são muito acessíveis”

(Congresso Aberto).
“Precisamos ter acesso aos dados públicos em formato estruturado, sem a necessidade de realizar ‘raspar’ dados do Portal” (Congresso Aberto).
“A maior dificuldade do nosso projeto é obter informações das Casas Legislativas, porque eles não proveem as informações que nós precisamos” (Excelências).
Relatos do Apêndice B
“A plataforma de dados abertos da Câmara é muito útil para a gente. De fato, usamos quase todos os dados disponíveis, que fazem parte de um jeito ou de outro dos indicadores que construímos para os perfis dos políticos” (Atlas Político).
“Sobre usar os dados abertos da Câmara: eu e uma pesquisadora com quem trabalho desenvolvemos um pacote de R para obter bases de dados diretamente do Web Service da Câmara, sem ‘raspar’ o html do portal” (bRasilLegis).
“Sim. Eu utilizo para obter as informações disponibilizadas no app Monitora, Brasil! (www.monitorabrasil.com). As informações que utilizo são os dados dos parlamentares, das proposições e das cotas parlamentares” (Monitora Brasil).

Fonte: Entrevistas (2010) e Apêndice B.

Segundo a Tabela 10, cerca de 97% dos respondentes disseram acreditar que a seção de dados abertos contribui para a melhoria da transparência da Câmara. Por fim, a Tabela 11 mostra que os dados abertos possuem um bom potencial para disseminação de informações, com cerca de 59% dos respondentes afirmando que os resultados da manipulação dos dados são utilizados por outras pessoas.

Tabela 10. Melhoria da transparência na Câmara dos Deputados

24- Os dados disponibilizados na seção de dados abertos contribuem para a melhoria da transparência da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sim.	90	97,83%
Não.	2	2,17%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 11. Disseminação de informações

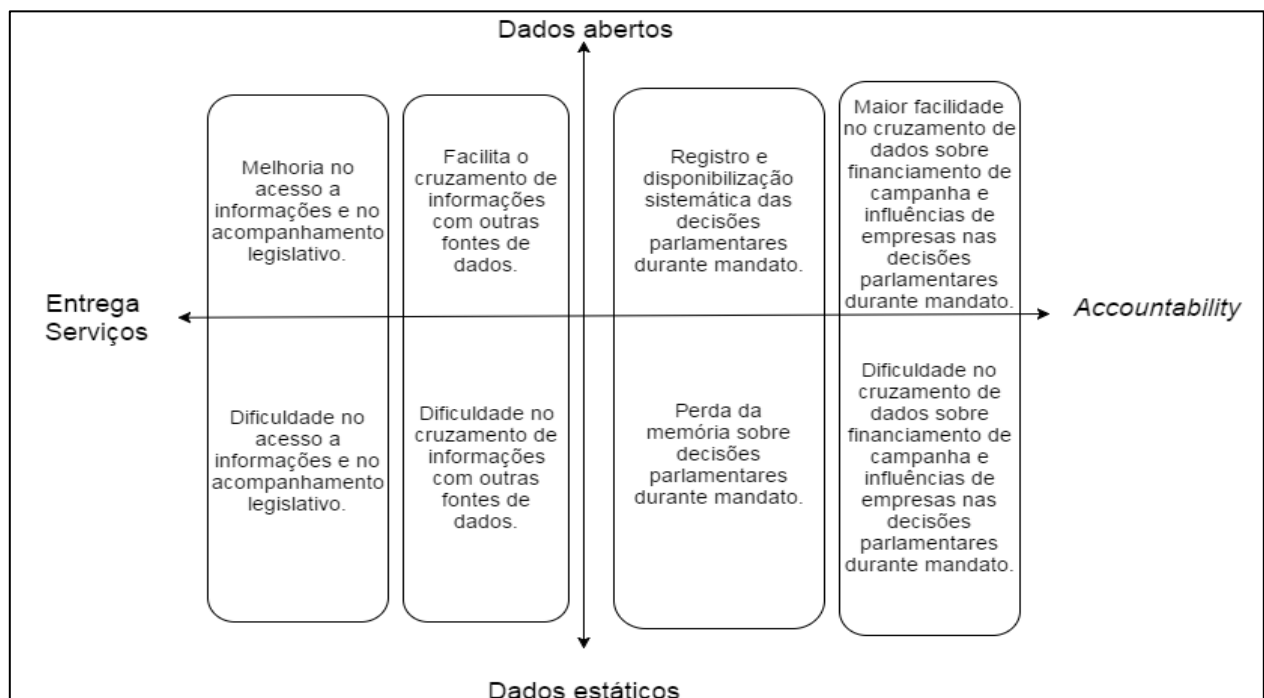
11- Quantas pessoas fazem uso do produto do seu trabalho com os dados abertos?		
	Quantidade	Porcentagem
Até 100 pessoas.	25	27,17%
De 101 a 1000 pessoas.	15	16,30%
Mais de 1000 pessoas.	15	16,30%
Não se aplica.	13	14,13%
Não sei.	24	26,09%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

5.2 Da entrega de serviços e *accountability*

A Figura 7 mostra as melhorias identificadas com a disponibilização de informações no formato de dados abertos. No quadrante sobre entrega de serviços identificamos que, antes dos dados abertos, existia um anseio por parte da sociedade em ter maior facilidade de acesso às informações governamentais. Isso foi observado nos relatos da seção 3.1, especialmente no segmento Governo, e em Entrevistas (2010), principalmente segmentos Academia e Sociedade. As respostas presentes no Apêndice B, bem como as do questionário desta pesquisa, indicaram um alto interesse pelo acompanhamento da tramitação das proposições da Câmara.

Figura 7. Benefícios identificados com a disponibilização dos dados abertos



Fonte: adaptado de Yu e Robinson (2012).

Percebemos que, na visão dos respondentes, a disponibilização dos dados abertos facilitou esse acompanhamento. Isso pode ser percebido pelos resultados das Tabelas 12 e 13.

Tabela 12. Resultados relacionados com acompanhamento legislativo

4- O produto do seu trabalho tem a intenção de facilitar o acompanhamento das proposições/projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	34	36,96%
Na maior parte das vezes.	29	31,52%
Na menor parte das vezes.	13	14,13%
Nunca.	16	17,39%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 13. Diminuição da burocracia do acesso a informações

25- Os dados disponibilizados na seção de dados abertos contribuem para diminuir a burocracia no acesso às informações da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sim.	83	90,22%
Não.	9	9,78%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Outra melhoria ocorreu na facilidade de cruzamento de informações com outras bases de dados. A Tabela 14 mostra que grande parte dos respondentes se interessa por cruzar informações da Câmara com informações de outros órgãos de governo, especialmente Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Senado Federal e Presidência da República. O alto interesse tanto pelo acompanhamento de proposições quanto pelo cruzamento de informações possibilitou o surgimento de empresas que fornecem serviços para facilitar esse trabalho.

Tabela 14. Cruzamento de dados com bases de dados de outros órgãos de governo

26- Você realiza cruzamento dos dados da Câmara dos Deputados com bases de dados de outros órgãos de governo?		
	Quantidade	Porcentagem
Tribunal Superior Eleitoral (TSE).	32	34,78%
Senado Federal.	31	33,70%
Presidência da República.	19	20,65%
Casas legislativas estaduais e/ou municipais.	12	13,04%
Receita Federal.	11	11,96%
Ministério da Justiça.	7	7,61%
Tribunal de Contas da União (TCU).	10	10,87%
Controladoria Geral da União (CGU).	10	10,87%
Não realiza cruzamento com outras bases de dados.	39	42,39%
Outros	7	7,61%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Analisando sob a perspectiva de *accountability*, percebemos pela Tabela 15 que cerca de 75% dos respondentes revelaram a intenção de auxiliar os eleitores a votar melhor nas próximas eleições. Isso seria facilitado através do registro sistemático das decisões parlamentares durante o mandato. Ressaltamos, conforme já explicado na seção 1.2, que não é objetivo desta dissertação estabelecer uma relação direta entre dados abertos e *accountability*.

Tabela 15. Resultados relacionados com *accountability* eleitoral

3- O produto do seu trabalho tem a intenção de auxiliar os eleitores a “votar melhor” nas próximas eleições?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	25	27,17%
Na maior parte das vezes.	23	25,00%
Na menor parte das vezes.	21	22,83%
Nunca.	23	25,00%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

A Tabela 16 mostra que 50% dos respondentes têm a intenção de melhorar a transparência em relação ao financiamento de campanhas por empresas, e a Tabela 17 revela que cerca de 59% têm interesse na influência destas sobre o mandato dos parlamentares.

Tabela 16. Sobre financiamento de campanha

6- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação às doações de empresas para campanha política?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	21	22,83%
Na maior parte das vezes.	13	14,13%
Na menor parte das vezes.	12	13,04%
Nunca.	46	50,00%
Total	92	100,00%

Fonte: Próprio autor

Tabela 17. Sobre a influência de empresas nas decisões parlamentares durante o mandato

7- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência da influência de empresas em relação aos votos dos(as) parlamentares em projetos de lei durante o mandato?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	19	20,65%
Na maior parte das vezes.	16	17,39%
Na menor parte das vezes.	20	21,74%
Nunca.	37	40,22%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

A Tabela 18 fornece exemplos de todas as possibilidades levantadas na Figura 7. As informações foram extraídas do Apêndice B e Dapp (2016).

Tabela 18. Exemplos de uso dos dados abertos

Exemplos do uso dos dados abertos
“Temos um sistema interno no Banco Central que acessa os <i>webservices</i> da Câmara e Senado diariamente em busca de proposições de interesse do Banco Central para acompanhamento” (Banco Central).
“Nós buscamos as informações de proposições nas duas casas. Informações como data de criação, autor, situação, último despacho, ementa etc. Assim podemos acompanhar melhor o andamento e desfecho de cada proposição” (Tribunal de Contas da União).
“A start-up Openlex atua em desenvolvimento de serviços baseados em dados legislativos. Nosso principal produto, o SigaLei, é uma solução que extrai, organiza e disponibiliza em um único local dados sobre os projetos de lei em discussão pelo país, tanto federal como estadual. Também permite aos nossos clientes acompanharem a tramitação destes projetos. Por último, realizamos análises nos dados, criando visualizações diferenciadas dos mesmos, por exemplo: principal tema de atuação dos parlamentares” (OpenLex).

“Extraímos e cruzamos dados de diversas fontes, como por exemplo: TSE, Casas Legislativas, Wikipedia etc. Essa tarefa requer um grande esforço pois nem sempre os dados vêm em um formato padrão e requer uma análise antes de integrá-los” (OpenLex).

“A ferramenta ‘Câmara Transparente’ tem como objetivo desvelar as influências econômicas feitas sobre os atuais ocupantes da Câmara dos Deputados. Os dados utilizados retratam as receitas de campanha dos deputados federais que atualmente fazem parte da Câmara dos Deputados e as suas designações para Comissões Temáticas. Para consolidar esse objetivo, os dados de prestação de contas final dos candidatos, fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram tratados de forma a deixar a mais clara possível a origem dos recursos de campanha e a minimizar a ocorrência de erros de preenchimento presentes nos dados” (Dapp, 2016).

“Entendemos que dar forma visual aos dados pode agregar mais significado a eles, e achamos que o gráfico que produzimos ajuda o(a) cidadão(ã) a aguçar sua análise política” (Radar Parlamentar).

Fonte: Apêndice B e Dapp (2016).

5.3 Dos demais interesses

Nesta seção falaremos sobre os interesses no funcionamento das coalizões, na análise de gênero e na escolha do presidente da Câmara dos Deputados.

Na Tabela 19 temos dois relatos de uso dos dados abertos para pesquisas em relação ao funcionamento das coalizões, ou seja, como partidos e parlamentares se alinham para votar determinado projeto de lei. As respostas da Tabela 20 indicam que mais de 80% dos respondentes têm algum interesse no tema. Enquanto pelas respostas do Apêndice B identificamos apenas o segmento Academia como tendo interesse nas coalizões, a Tabela 21, restringindo a análise apenas a respondentes que disseram sempre trabalhar com esse tema, mostra que todos os segmentos demonstraram interesse.

Tabela 19. Funcionamento das coalizões

Interesse no funcionamento das coalizões
<p>“Meu foco principal hoje é entender o funcionamento da coalizão. Para isso me valho da produção legislativa e dados de votação nominal. Essa informação é complementada com dados referentes a emendas parlamentares e as proposições, bem como com informações relativas a relatoria dos projetos e seus respectivos pareceres” A.F.</p>

“Destá maneira, cada partido ou deputado é um ponto localizado nesse ambiente bidimensional e, ao plotá-los juntos, observamos quem vota mais parecido (quem fica próximo no gráfico) com quem, e quem vota mais diferente (quem fica mais distante) de quem” Radar Parlamentar.

Fonte: Apêndice B.

Tabela 20. Interesse nas coalizões

5- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação ao comportamento de Partidos/Parlamentares nas coalizões, ou seja, como Partidos e Parlamentares se alinham para votar determinado tema/projeto de lei?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	35	38,04%
Na maior parte das vezes.	24	26,09%
Na menor parte das vezes.	15	16,30%
Nunca.	18	19,57%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 21. Interesse de todos os segmentos pelas coalizões

Segmento	Quantidade	Porcentagem
Academia	14	15,22%
Sociedade	12	13,04%
Mercado	5	5,43%
Governo	4	4,35%
Total	35	38,04%

Fonte: próprio autor.

Na Tabela 22 mostramos alguns relatos sobre o uso de dados abertos para análise de gênero. Esse tema vem ganhando cada vez mais atenção nos estudos de ciência política e, em 2014, a Câmara dos Deputados realizou um *hackathon* com o tema Gênero e Cidadania (HACKATHON CÂMARA, 2013). A Tabela 23 revela que mais de 55% dos respondentes possui algum interesse em utilizar dados abertos para análise de gênero.

Tabela 22. Análise de gênero com dados abertos

Interesse em análise de gênero
“Especial mulher, relacionando dados das candidaturas e exercício parlamentar com foco na análise de gênero - www.meucongressonacional.com/mulher ” (MeuCongressoNacional).
“Também realizamos análises de gênero e de temática por partidos” (Atlas político).
“Ademais, realizamos visualizações por gênero, o que mostra graficamente aquilo que já sabemos: a câmara é dominada por homens”.

Fonte: Apêndice B.

Tabela 23. Interesse em análise de gênero

8- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação à atuação das Parlamentares MULHERES na Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	13	14,13%
Na maior parte das vezes.	16	17,39%
Na menor parte das vezes.	23	25,00%
Nunca.	40	43,48%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Percebemos a existência do interesse em maior transparência sobre o processo de escolha do Presidente da Câmara dos Deputados através do *crowdsourcing* com especialistas descrito no Apêndice D (ANGÉLICO, 2016). Essa escolha tem alta influência no processo decisório da Casa, uma vez que o Presidente muitas vezes utiliza seus poderes e atribuições regimentais para modificar procedimentos legislativos e para interferir no andamento de matérias específicas (VIEIRA, 2009). A Tabela 24 mostra que cerca de 44% dos respondentes possuem interesse nessa área. Na Tabela 25 observamos que o segmento Academia foi o que expressou maior interesse, seguido de Sociedade e Governo.

Tabela 24. Processo de escolha do Presidente da Câmara dos Deputados

9- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação ao processo de escolha do Presidente da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	13	14,13%
Na maior parte das vezes.	12	13,04%
Na menor parte das vezes.	16	17,39%
Nunca.	51	55,43%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 25. Segmentos com interesse em maior transparência na escolha do Presidente

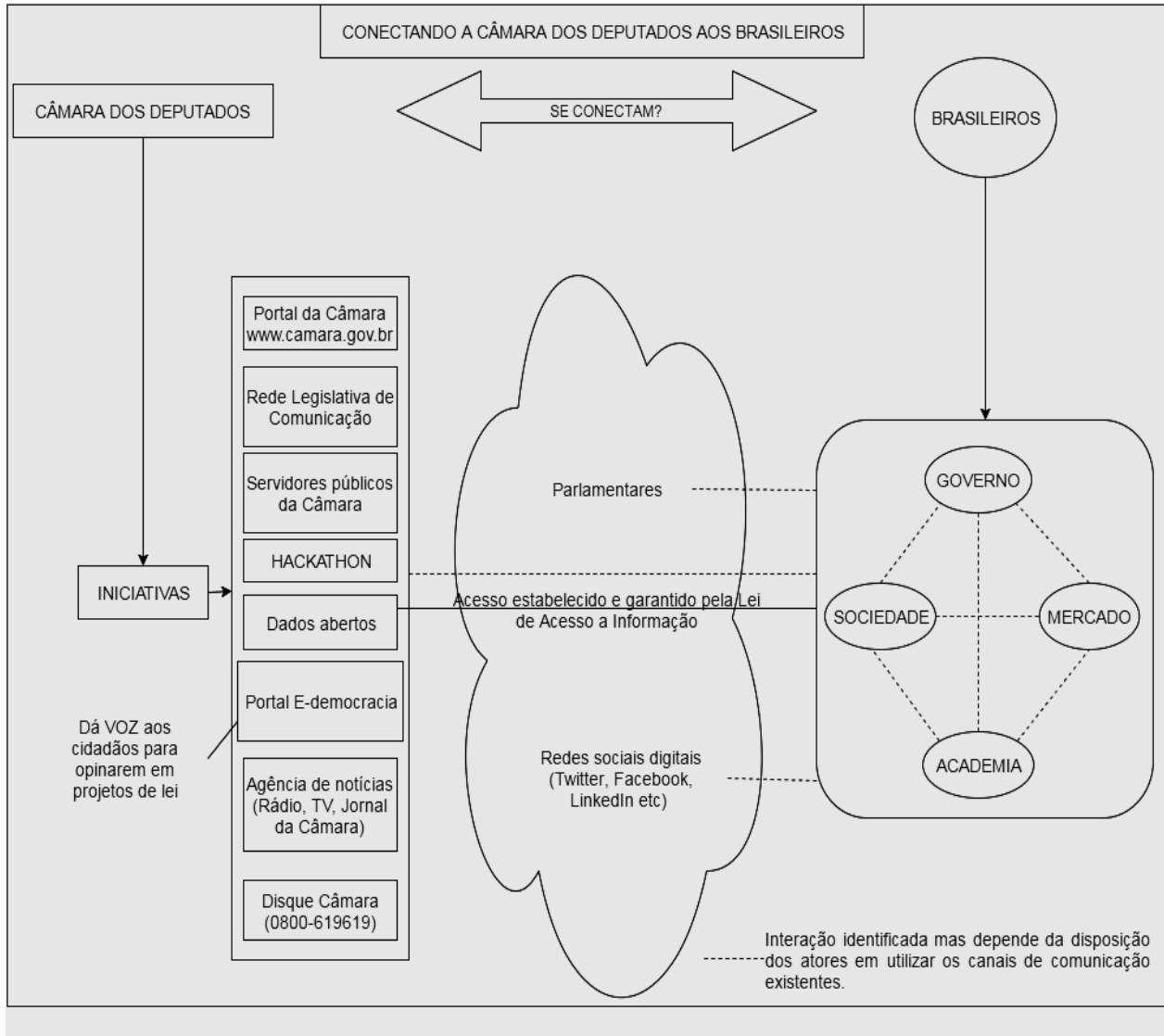
Segmento	Quantidade	Porcentagem
Academia	16	17,39%
Sociedade	11	11,96%
Governo	11	11,96%
Mercado	3	3,26%
Total	41	44,57%

Fonte: próprio autor.

5.4 Da interatividade

A gestão estratégica de TIC da Câmara dos Deputados possui o título “Conectando a Câmara aos Brasileiros” (ESTRATÉGIA, 2012). As respostas ao questionário mostram que além de prover a disseminação de informações, as iniciativas com origem na sociedade também realizam algum tipo de interação com as iniciativas da Câmara dos Deputados. A Figura 8 ilustra o diagnóstico dessa interação. Percebemos que o acesso aos dados abertos é garantido pela lei de acesso a informação e que produtos são gerados por iniciativas de governo, sociedade, academia e mercado. Existe a interação entre as iniciativas e destas com as iniciativas da Casa. Alguns trabalhos sugerem a necessidade de conectarmos visão de Estado, através da transparência das informações governamentais, e voz, dando oportunidade para que os cidadãos sejam ouvidos durante o processo de decisão (MEIJER et al., 2012; GOMES, 2008; DAHL, 1956). A interatividade dos trabalhos produzidos com dados abertos com os canais de comunicação da Câmara e com os parlamentares parece ser um bom início para alcançar esses objetivos. No entanto não existe nenhum dispositivo legal que garanta essa interação e ela depende da disposição dos atores envolvidos para utilização dos canais existentes.

Figura 8. Interatividade entre as diversas iniciativas



Fonte: próprio autor.

A Tabela 26 mostra que 22,82% dos respondentes acredita que seu trabalho exerce alguma influência sobre as decisões dos parlamentares. A Tabela 27 revela que 32,60% já recebeu respostas de parlamentares. A interação com servidores públicos foi um pouco maior, conforme Tabela 28: mais de 65% dos respondentes já realizou alguma interação.

Tabela 26. Influência sobre as decisões parlamentares

13- O produto do seu trabalho exerce alguma influência nas votações dos(as) parlamentares nos projetos de lei?		
	Quantidade	Porcentagem
Muita influência.	5	5,43%
Pouca influência.	16	17,39%
Nenhuma influência.	29	31,52%
Não sei.	42	45,65%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 27. Interação com parlamentares

14- Você recebe feedback/respostas dos(as) parlamentares da Câmara dos Deputados quando solicita?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	3	3,26%
Na maior parte das vezes.	12	13,04%
Na menor parte das vezes.	15	16,30%
Nunca.	10	10,87%
Nunca fizemos contato.	52	56,52%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 28 . Interação com servidores da Câmara

15- Você recebe feedback/respostas de servidores(as) da Câmara dos Deputados quando solicita?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	17	18,48%
Na maior parte das vezes.	27	29,35%
Na menor parte das vezes.	16	17,39%
Nunca.	5	5,43%
Nunca fizemos contato.	27	29,35%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

A Tabela 29 mostra que mais de 60% dos respondentes utiliza de alguma forma o potencial das redes sociais digitais em seus trabalhos.

Tabela 29. Interatividade com as redes sociais digitais

20- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com às redes sociais digitais (Twitter, Facebook etc)?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	19	20,65%
Na maior parte das vezes.	16	17,39%
Na menor parte das vezes.	22	23,91%
Nunca.	35	38,04%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

A Tabela 30 revela que cerca de 36% dos respondentes já realizou algum tipo de interação com o Portal E-democracia. Em relação à rede legislativa de comunicação, conforme Tabela 31, a interação foi um pouco menor, com cerca de 24% dos respondentes afirmando já ter realizado algum tipo de interação.

Tabela 30. Interatividade com o Portal E-democracia

16- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com o Portal E-democracia da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	4	4,35%
Na maior parte das vezes.	5	5,43%
Na menor parte das vezes.	24	26,09%
Nunca.	59	64,13%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 31. Interatividade com a Rede Legislativa de Comunicação

17- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com a Rede Legislativa de Comunicação?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	2	2,17%
Na maior parte das vezes.	6	6,52%
Na menor parte das vezes.	14	15,22%
Nunca.	70	76,09%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Na Tabela 32 observamos que cerca de 35% das iniciativas realiza algum tipo de interação com os outros canais de comunicação da Casa. Por fim, a Tabela 33 mostra que a interação entre as iniciativas é um pouco melhor do que com os canais da Câmara, com mais de 55% dos respondentes afirmando realizar algum tipo de interação com trabalhos similares.

Tabela 32. Interatividade com outros canais da Câmara

18- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com outros canais de comunicação da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	4	4,35%
Na maior parte das vezes.	11	11,96%
Na menor parte das vezes.	17	18,48%
Nunca.	60	65,22%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 33. Interatividade entre as iniciativas

19- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com outros trabalhos similares?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	11	11,96%
Na maior parte das vezes.	18	19,57%
Na menor parte das vezes.	23	25,00%
Nunca.	40	43,48%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

5.5 Da colaboração

As Tabelas 34 e 35 sugerem que o trabalho colaborativo é bastante utilizado na manipulação de dados abertos. Segundo os respondentes, o segmento Academia é o que mais colabora, mas percebemos também o envolvimento de jornalistas, ativistas, servidores públicos, entre outros.

Tabela 34. Colaboração para realização dos trabalhos

27- Você recebe colaboração para o trabalho com os dados abertos?		
	Quantidade	Porcentagem
Sociedade.	25	27,17%
Governo.	18	19,57%
Empresas.	10	10,87%
Academia.	31	33,70%
Não recebo nenhuma colaboração.	35	38,04%
Outros	3	3,26%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 35. Colaboração para definição dos serviços

28- Em caso de disponibilização de serviços para outras pessoas, quem colabora na definição dos serviços que serão disponibilizados?		
	Quantidade	Porcentagem
Ativistas (hacktivistas, ativistas sociais etc).	25	27,17%
Organizações não-governamentais (ONGs).	14	15,22%
Pesquisadores (cientistas políticos, sociólogos, cientistas da computação etc).	38	41,30%
Imprensa (jornalistas, repórteres etc).	19	20,65%
Servidores públicos.	22	23,91%
Ninguém colabora.	25	27,17%
Outros	3	3,26%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Restringiremos nossa análise tendo como referência apenas as sugestões de Rosanvallon (2011, p. 216-217) sobre os benefícios da colaboração entre jornalistas, pesquisadores e ativistas. Sendo assim, percebemos que apenas três trabalhos recebem a colaboração simultânea de jornalistas, ativistas e pesquisadores. A Tabela 36 mostra que a colaboração mais frequente ocorre em pares. Colocamos a informação “Ids resposta” para que o leitor possa identificar as respostas quando os dados do questionário forem disponibilizados. A disponibilização tem o objetivo de permitir outras análises a partir dos dados coletados.

Tabela 36. Colaboração entre pesquisadores, ativistas e jornalistas

Colaboração	Quantidade de trabalhos	Ids Reposta
Jornalistas x Ativistas x Pesquisadores	3	40, 185, 222
Jornalistas x Pesquisadores	10	7, 9, 22, 26, 38, 44, 91, 145, 211, 234
Ativistas x Pesquisadores	8	47, 64, 98, 134, 148, 154, 197, 235
Jornalistas x Ativistas	5	17, 96, 99, 113, 155,

Fonte: próprio autor.

5.6 Do alinhamento com as diretrizes estratégicas

A Tabela 37 mostra que os trabalhos realizados com os dados abertos estão alinhados com as diretrizes estratégicas da Casa (ESTRATÉGIA, 2012). Além disso, percebemos que o principal interesse dos respondentes se concentrou em atividades relacionadas com deputados.

Tabela 37. Alinhamento com as diretrizes estratégicas

10- O produto do seu trabalho melhora a transparência na Câmara dos Deputados, auxiliando a sociedade a entender:		
	Quantidade	Porcentagem
Como os(as) deputados(as) tomam suas decisões nas votações realizadas na Câmara dos Deputados.	50	54,35%
Como os(as) deputados(as) gastam o dinheiro que recebem através das cotas parlamentares.	26	28,26%
As atividades realizadas pelos(as) deputados(as).	57	61,96%
O papel do Legislativo.	33	35,87%
O funcionamento da Câmara dos Deputados.	36	39,13%
O funcionamento do processo legislativo (como tramitam os projetos de lei).	34	36,96%
Outros	8	8,70%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

5.7 Do perfil dos respondentes

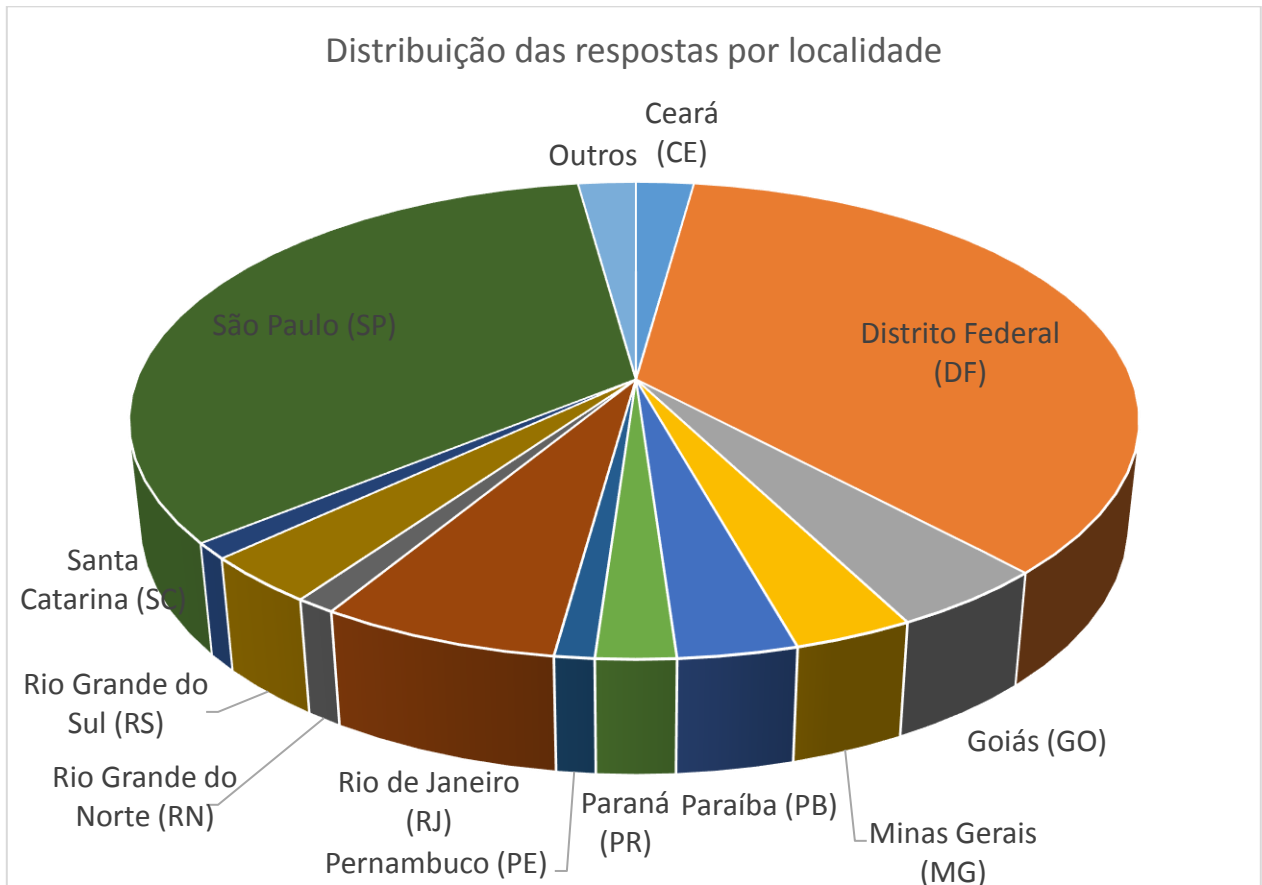
As respostas indicaram uma concentração de usuários no Distrito Federal (DF) e São Paulo (SP). No total, apenas 12 estados participaram da pesquisa, que contou também com a participação de uma pesquisadora dos EUA e um pesquisador de país não identificado. Esses resultados estão demonstrados na tabela 38 e figura 9.

Tabela 38. Distribuição por estados

Estado	Quantidade	Porcentagem
Ceará (CE)	2	2,17%
Distrito Federal (DF)	33	35,87%
Goiás (GO)	4	4,35%
Minas Gerais (MG)	3	3,26%
Paraíba (PB)	3	3,26%
Paraná (PR)	2	2,17%
Pernambuco (PE)	1	1,09%
Rio de Janeiro (RJ)	6	6,52%
Rio Grande do Norte (RN)	1	1,09%
Rio Grande do Sul (RS)	3	3,26%
Santa Catarina (SC)	1	1,09%
São Paulo (SP)	31	33,70%
Outros	2	2,17%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Figura 9. Distribuição das respostas por localidade



Fonte: próprio autor.

Conforme demonstrado nas tabelas 39 e 40, a maioria dos respondentes estão na faixa etária de 27 a 39 anos e são do gênero masculino.

Tabela 39. Faixa etária

Faixa etária		
	Quantidade	Porcentagem
Até 26 anos.	16	17,39%
De 27 a 39 anos.	51	55,43%
De 40 a 56 anos.	22	23,91%
Acima de 56 anos.	3	3,26%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 40. Gênero

Gênero		
	Quantidade	Porcentagem
Masculino.	72	78,26%
Feminino.	20	21,74%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

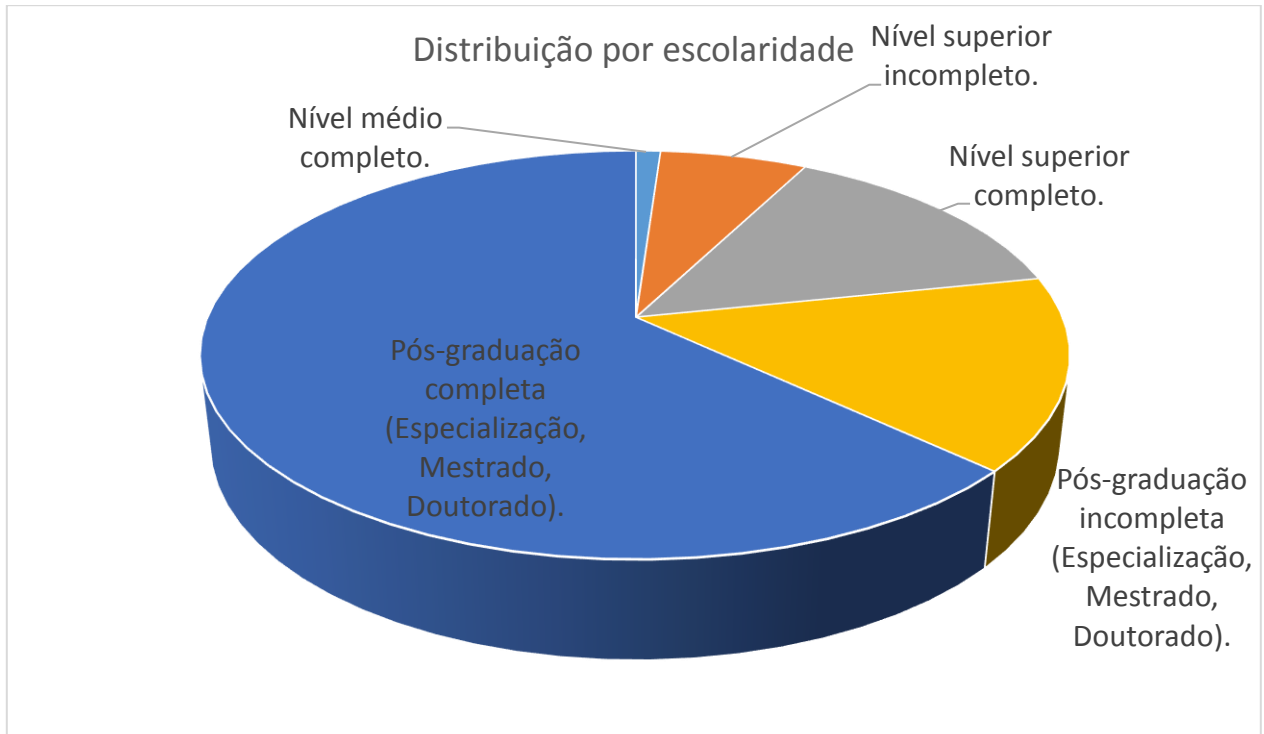
Todos os respondentes possuem pelo menos o nível médio completo, sendo que mais de 60% possui pós-graduação completa.

Tabela 41. Escolaridade

Escolaridade		
	Quantidade	Porcentagem
Nível fundamental incompleto.	0	0,00%
Nível fundamental completo.	0	0,00%
Nível médio incompleto.	0	0,00%
Nível médio completo.	1	1,09%
Nível superior incompleto.	6	6,52%
Nível superior completo.	13	14,13%
Pós-graduação incompleta (Especialização, Mestrado, Doutorado).	14	15,22%
Pós-graduação completa (Especialização, Mestrado, Doutorado).	58	63,04%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Figura 10. Distribuição das respostas por escolaridade



Fonte: Próprio autor

As áreas de ciências humanas e ciências exatas concentram a quase totalidade dos respondentes, com um total de 43 cada uma. A área de ciências biológicas teve apenas dois participantes.

Tabela 42. Área de atuação profissional

36- Principal área de atuação profissional		
	Quantidade	Porcentagem
Ciências humanas (Sociologia, Ciência política, Filosofia, Comunicação, Jornalismo, Administração etc).	43	46,74%
Ciências exatas (Computação, Matemática, Estatística etc).	43	46,74%
Ciências biológicas (Ecologia, Biotecnologia etc).	2	2,17%
Sem resposta	3	3,26%
Outros	1	1,09%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Em relação ao local de trabalho, observamos uma concentração em órgãos de governo e pesquisadores, mas também obtivemos quantidade expressiva de respondentes trabalhando em empresas privadas e com negócio próprio. Apesar de realizarmos ampla divulgação para o segmento jornalístico através de redes sociais de jornalismo de dados, associações e profissionais da área, obtivemos apenas duas respostas de profissionais vinculados à imprensa.

Tabela 43. Local de trabalho

37- Onde trabalha?		
	Quantidade	Porcentagem
Órgão de governo.	31	33,70%
Pesquisador(a) (universidades, centro de estudos etc).	26	28,26%
Organização não-governamental.	3	3,26%
Imprensa (TV, jornal, revista etc).	2	2,17%
Empresa privada.	15	16,30%
Negócio próprio (startups etc).	9	9,78%
Não trabalha no momento.	5	5,43%
Outros	1	1,09%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

5.8 Da rede de colaboração

A pergunta 38 do questionário solicitou que interessados em participar de uma rede de colaboração em torno dos dados abertos da Câmara dos Deputados informassem seus *e-mails*. Um total de 58 respondentes demonstrou interesse em participar. Conseguimos o testemunho de alguns dos interessados sobre o que os motiva a utilizar os dados e a participar da rede. Andréa Freitas, professora do Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP, respondeu:

Por que trabalhar com os dados abertos da Câmara ou de governos no geral? O Legislativo e os governos em sistemas democráticos servem ao público. A palavra servir aqui vem da sua concepção mais ordinária, qual seja: prestar serviço, ser servo, estar subordinado. O poder público está subordinado à sociedade. Neste sentido, todas as decisões tomadas devem ser transparentes e públicas.

O Legislativo, em especial, é a esfera mais aberta à sociedade. É no Legislativo que as diferentes preferências da sociedade estão representadas, dialogam e se chocam. Este Poder, acima de todos os Poderes, é o mais permeável à opinião pública, onde os cidadãos, individualmente, bem como os grupos organizados da sociedade têm maior influência. Mas, para exercer o direito de reclamar, cobrar ou solicitar a um deputado ou

senador, é preciso que os cidadãos estejam bem informados, tenham acesso à informação e ao que está sendo feito no interior do Legislativo. Também é necessária informação para que os cidadãos possam exercer seu direito de não reconduzir um político que entendem que não cumpriu o seu dever de servir ao público.

Assim, somente através do aumento da transparência é possível construir uma democracia mais representativa. E esta é a motivação primeira para se trabalhar com dados abertos. (10/04/2016)

respondeu: Geraldo Augusto, um dos premiados no *hackathon* Transparência da Câmara,

O Monitora, Brasil! surgiu a partir das manifestações de 2013. Percebi que podia colaborar com a disponibilização de um App que levasse informações de nossos parlamentares a qualquer cidadão. Além disso, permitir aos usuários opinarem sobre as atividades parlamentares e manifestarem seus pensamentos sobre a política do país. Portanto, a intenção do App é ser independente de qualquer organização e fazer com que o cidadão vivencie uma democracia participativa. (10/04/2016)

respondeu: O servidor público da Câmara dos Deputados Francisco Edmundo de Andrade

Lido diariamente com informações relativas às atividades parlamentares no âmbito das Casas Legislativas da esfera Federal. Há algum tempo, venho percebendo diversas iniciativas de publicação e tratamento dessas informações, sob a forma de *sites* e aplicativos móveis. No entanto, visando aumentar a efetividade e a sustentabilidade dessas iniciativas, os publicadores e os consumidores precisariam cooperar entre si para juntos definirem um esquema ou modelo conceitual comum, estável, em torno desse conjunto de dados. Isso permitirá, no futuro, agilizar e padronizar a produção, o intercâmbio e manipulação automatizadas desse tipo de informação. (10/04/2016)

Danilo Oliveira, sócio da empresa OpenLex, respondeu:

A demanda por transparência e prestação de contas nas atividades e estruturas governamentais é cada vez maior e evidente e só pode ser saciada plenamente através de uma política eficaz que contemple a disponibilização de dados abertos nos processos governamentais.

Por sua vez, somente os dados abertos em seu formato bruto não conseguem destravar o seu potencial de transformação. Assim, a Openlex possui a missão de extrair, minerar e refinar estes dados trazendo informação precisa e ágil para empresas, ONGs, associações, sindicatos e outras organizações poderem, de fato, acompanhar e colaborar com a construção de políticas públicas mais eficazes, tornando-as protagonistas no processo democrático. (10/04/2016)

Com o objetivo de verificar o perfil geral dos respondentes em relação aos seus interesses com dados abertos, aplicamos o algoritmo de agrupamento *SimpleKMeans* da

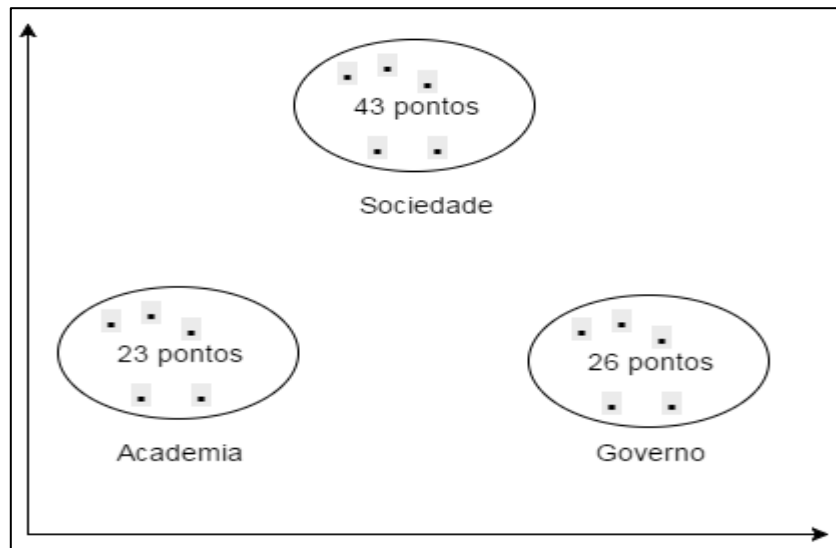
ferramenta Weka (2016). A tabela 44 mostra os grupos formados utilizando todos os respondentes. Foram formados 3 grupos com predomínio de pessoas nos segmentos sociedade, governo e academia. Percebemos que as pessoas se agrupam no segmento sociedade pelo interesse em auxiliar as pessoas a votar melhor, acompanhamento legislativo e comportamento de partidos e parlamentares nas coalizões. O segmento governo se agrupa em relação ao interesse no acompanhamento legislativo e o segmento academia em relação a interesse em todos os temas. Ressaltamos que as pessoas em cada grupo não responderam de forma igual a todas as perguntas, mas apenas de forma similar.

A figura 11 ilustra o funcionamento do algoritmo que consiste em plotar um ponto no plano cartesiano para cada conjunto de interesses. Depois o algoritmo coloca no mesmo grupo, pessoas que tenham os interesses mais próximos umas com as outras através do cálculo da distância euclidiana¹³ entre os pontos. O número de grupos pode ser definido pelo usuário. O ideal seria termos formado 4 grupos, um para cada segmento. No entanto, talvez pelo pequeno número de respondentes, não foi possível formar um grupo para o segmento mercado. Os interesses listados são os que foram predominantes em cada grupo e em nenhum deles o número de respondentes do segmento mercado foi predominante.

A Tabela 45 mostra os grupos de interesse formados apenas com participantes que informaram seus *e-mails* e demonstraram interesse em participar da rede. Novamente foram formados três grupos nos segmentos Sociedade, Governo e Academia. Os interesses predominantes no segmento Sociedade foram os mesmos da Tabela 44. No segmento Governo, os interesses predominantes foram pelo acompanhamento legislativo e comportamento de parlamentares e partidos nas coalizões. Por fim, no segmento Academia predominaram os interesses por todos os temas, com exceção dos temas “gênero” e “transparência” no processo de escolha do Presidente da Câmara. Nas duas tabelas, nos segmentos Governo e Sociedade predominou o interesse por sistemas *web*, enquanto no segmento Academia o interesse predominante foi em publicação acadêmica.

¹³ A disposição dos pontos é apenas ilustrativa. Para mais informações sobre a fórmula utilizada e de como o algoritmo plota os pontos, ver Weka (2016).

Figura 11 - Exemplo simplificado do funcionamento do algoritmo SimpleKMeans



Fonte: Próprio autor

Tabela 44. Grupos de interesse com todos os participantes

Grupos formados considerando todos os participantes									
Segmento	Tipo de trabalho	Interesses ou anseios							Quantidade
		Vote Melhor	AP	CPC	DE	IE	APM	PEPC	
Sociedade	Sistema web (Portal Internet, aplicação com arquitetura web etc).	NMaiorVezes	NMaiorVezes	NMaiorVezes	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	43
Governo	Sistema web (Portal Internet, aplicação com arquitetura web etc).	Nunca	Sempre	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	26
Academia	Publicação acadêmica (artigos, livros etc).	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	23
Total									92

Fonte: próprio autor.

Tabela 45. Grupos de interesse com participantes interessados na rede

Grupos formados considerando apenas os participantes interessados na rede									
Segmento	Tipo de trabalho	Interesses ou anseios							Quantidade
		Vote Melhor	AP	CPC	DE	IE	APM	PEPC	
Sociedade	Sistema web (Portal Internet, aplicação com arquitetura web etc).	NMaiorVezes	NMaiorVezes	Sempre	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	18
Governo	Sistema web (Portal Internet, aplicação com arquitetura web etc).	Nunca	Sempre	NMaiorVezes	Nunca	Nunca	Nunca	Nunca	15
Academia	Publicação acadêmica (artigos, livros etc).	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Sempre	Nunca	Nunca	25
Total									58

Fonte: próprio autor.

Tabela 46. Legenda de interesses

Legenda dos interesses	
Auxiliar eleitores a votar melhor	Vote Melhor
Acompanhamento de proposições	AP
Compartamento de Partidos nas Coalizões	CPC
Doações de empresas	DE
Influência de empresas	IE
Atuação das Parlamentares MULHERES	APM
Processo de escolha do Presidente da Câmara	PEPC
Na maior parte das vezes	NMaiorVezes
Na menor parte das vezes	NMenorVezes

Fonte: próprio autor.

5.9 Da descrição dos trabalhos

Um total de 24 pessoas descreveu de forma mais detalhada o trabalho que realizam. As descrições estão no Apêndice C. A Tabela 47 mostra alguns exemplos que se concentram nos temas abordados no questionário e em trabalhos acadêmicos e aplicações digitais. Percebemos um forte interesse na análise de comportamento dos parlamentares nas votações e, em alguns casos, o uso de algoritmos de aprendizagem de máquina. Esses algoritmos têm usos variados e, entre eles, podemos citar a classificação através de classes pré-definidas, relações de associação e agrupamento não supervisionado. O *software* Weka (2016) permite a aplicação desses algoritmos e contém referências para seu funcionamento em sua página oficial.

Tabela 47. Descrição dos trabalhos

Descrição dos trabalhos
Um projeto desenvolvido no hackathon da câmara dos deputados, no qual uma ferramenta <i>online</i> foi desenvolvida com objetivo de analisar todos os discursos parlamentares e analisar os principais tópicos abordados. O usuário pode realizar buscas por temas e/ou deputados e verificar as relações entre esses.
Análise das questões de gênero nas notícias da Agência Câmara.
Ajudei o pessoal do Radar Parlamentar a desenvolver a análise de Gênero: http://radarparlamentar.polignu.org/genero/
Meu trabalho é acadêmico, sou professora e pesquisadora do Departamento de Ciência Política da UNICAMP. Diariamente, seja em sala de aula, no trabalho de orientação, ou nas minhas pesquisas uso dados retirados do site da Câmara, seja pelos dados abertos, ou pelo site propriamente dito. Com isso procuro entender o comportamento dos parlamentares e a relação entre Executivo e Legislativo.
Biblioteca na linguagem R que implementa os métodos disponíveis para uso analítico em pesquisa em ciência política.
Trabalho com Big data e Machine Learning.
O Observatório de Votações Parlamentares da AEPPSP é uma iniciativa de Especialistas em

Políticas Públicas do Estado de São Paulo integrantes da AEPPSP voltada a aumentar a transparência das votações parlamentares agregando valor semântico aos dados e facilitando seu cruzamento e visualização por qualquer cidadão.

Por meio deste Observatório, a AEPPSP objetiva fortalecer o controle social sobre o Poder Legislativo, a atividade parlamentar e o posicionamento dos partidos políticos, no intuito de oferecer os recursos necessários para qualquer cidadão compreender o posicionamento dos parlamentares e dos partidos políticos nas votações de projetos que têm impacto direto na vida das pessoas, uma vez que modificam -- para melhor ou para pior -- o arcabouço jurídico que rege nosso Estado Democrático de Direito. O Observatório pretende servir como um "polo semântico" das votações parlamentares de quatro Casas Legislativas: o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Assembleia Legislativa do Estado de SP e a Câmara Municipal de São Paulo.

Nesta primeira fase o desenvolvimento do Observatório está focado na extração automatizada dos dados oferecidos pelo *webservice* (API) de Dados Abertos da Câmara dos Deputados e sua conversão em Tabelas de fácil acesso e manuseio, contendo todas as votações nominais ocorridas desde 1991 atualizadas diariamente.

Fonte: próprio autor.

5.10 Das sugestões apresentadas

A Tabela 48 mostra que mais de 80% dos respondentes confia na qualidade dos dados abertos da Câmara. De modo geral, percebemos que as pessoas conseguem utilizar os dados e que a abrangência dos dados atende à maior parte dos respondentes. No entanto, pela Tabela 49 percebemos também que, para cerca de 46% dos respondentes, nem sempre é fácil utilizar os dados, e em grande parte dos casos, cerca de 44% conforme a Tabela 50, nem todas as informações necessárias estão disponíveis. Isso indica oportunidades de melhorias para atender de forma plena às necessidades dos cidadãos.

Tabela 48. Qualidade dos dados abertos

22- Você confia na qualidade dos dados abertos da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	11	11,96%
Na maior parte das vezes.	65	70,65%
Na menor parte das vezes.	13	14,13%
Nunca.	3	3,26%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 49. Facilidade de uso dos dados abertos

21- É fácil utilizar os dados abertos da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	5	5,43%
Na maior parte das vezes.	44	47,83%
Na menor parte das vezes.	37	40,22%
Nunca.	6	6,52%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

Tabela 50. Abrangência dos dados disponibilizados

23- Os dados disponibilizados na seção de dados abertos da Câmara dos Deputados são suficientes para obter o produto do seu trabalho?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	10	10,87%
Na maior parte das vezes.	41	44,57%
Na menor parte das vezes.	32	34,78%
Nunca.	9	9,78%
Total	92	100,00%

Fonte: próprio autor.

A Tabela 51 apresenta, na visão dos respondentes, alguns pontos que poderiam ser melhorados. A maioria das sugestões foram em relação à abrangência dos dados disponibilizados, à documentação, aos formatos dos dados e à facilidade de acesso às informações. Também observamos referências em relação à qualidade dos dados disponibilizados. A lista completa das sugestões está no Apêndice C.

Tabela 51. Sugestões de melhorias

Sugestões apresentadas
Melhorar a documentação. Recentemente descobri alguns endpoints que não estavam documentados no portal e que poderiam me ajudar nas minhas necessidades.
Poderia haver um esforço da Câmara dos Deputados para disponibilizar no formato atual dados de legislaturas mais antigas.
Suporte aos formatos JSON e RDF.
Os dados abertos não disponibilizam todas as notícias da Agência Câmara, fator que dificulta a coleta de dados.

<p>Acredito que o principal é a melhoria dos dados de votação dos Deputados. Sem esses dados é basicamente impossível que o processo democrático seja transparente.</p> <p>Outras melhorias poderiam ser feitas na estrutura do apensamento e junção de projetos. O fluxo não precisaria ser resolvido, bastaria que um grafo mais confiável fosse mostrado, ou uma estrutura e pai e filhos para representar a origem dos textos.</p> <p>O projeto apensado é considerado arquivado, mas seu conteúdo foi mesclado. Isso é um erro de lógica, sendo que sua essência continua em tramitação, então esse estado deveria ser melhor representado.</p> <p>O esquema de tramitação dos projetos na casa também precisa de uma estrutura de dados, mesmo que seja apenas uma que apresente o estado correto dela.</p>
<p>A Câmara dos Deputados deveria criar uma unidade administrativa dedicada à produção e publicação de dados abertos. Essa unidade deveria trabalhar com o apoio de outras unidades da Casa.</p>
<p>Disponibilização de mais dados e informações na API, uma API mais sólida e robusta, com dados mais bem relacionados (p.ex. resolver o problema de múltiplos IDs, dados incorretos, etc).</p>
<p>Poderiam facilitar a forma de acesso, ser algo mais atraente, e acessível.</p>
<p>O sistema de transparência é muito confuso. Muito difícil de conseguir uma informação.</p>

Fonte: próprio autor.

Encerramos aqui a análise do questionário. Na próxima seção faremos a conclusão do trabalho.

CONCLUSÃO

A Câmara dos Deputados é um órgão inerentemente visível no sentido de que todos os olhares da sociedade se voltam para ela. Isso ocorre porque a instituição é responsável, entre outras atividades, por formular leis que afetam a sociedade como um todo. Esse intenso interesse gera pressão por maior transparência parte da Casa sobre suas atividades, em especial sobre aquelas relacionadas com o trabalho dos parlamentares. As respostas são enviadas à sociedade por diversos meios. Entre eles, podemos citar a imprensa e diversas iniciativas internas da Câmara.

A imprensa realiza uma cobertura extensa através de diversos canais de comunicação como rádio, televisão, internet e outros. Mesmo assim não é capaz de mostrar todas as atividades e atender a todos os interesses presentes na sociedade. Por esses e outros motivos, a Câmara sempre se preocupou em criar canais de comunicação com a sociedade para mostrar, de forma mais ampla, as atividades da Casa.

Entre as iniciativas criadas, podemos citar a TV Câmara, a Rádio Câmara, a Agência de Notícias, o Portal Internet, o Portal E-democracia, o Canal Youtube, o Aplicativo INFOLEG, o Programa de Visitação, a Carta-Resposta, o Disque Câmara (0800), a Rede Legislativa de Comunicação, o Plenarinho e a seção de dados abertos no Portal Internet.

A presente pesquisa mostrou que a lei de acesso à informação foi um importante instrumento institucional criado para garantir o direito de acesso a informações governamentais e impulsionou a disponibilização de DGA pela Câmara dos Deputados através da seção de dados abertos. A utilização de *hackathons* com foco em educação para democracia incentivou o uso dos dados e ajudou a disseminar a cultura de governo aberto.

A seção é utilizada não somente para desenvolvimento de aplicativos digitais, mas também para reportagens e pesquisas acadêmicas e profissionais. Além disso, é fonte de informações para os segmentos Governo, Sociedade, Academia e Mercado e, na visão dos respondentes, contribui para a melhoria da transparência e para a diminuição da burocracia no acesso às informações da Câmara dos Deputados.

Um total de 12 (doze) estados brasileiros participaram da pesquisa, sendo que os respondentes se concentraram nas cidades de Brasília e São Paulo. A maior parte dos respondentes possui um alto nível de escolaridade e trabalha predominantemente em órgãos de governo e universidades.

Em geral, considerando apenas os respondentes da pesquisa, os segmentos demonstraram interesse em todos os temas abordados, a saber: auxiliar eleitores a votar melhor nas próximas eleições, acompanhamento legislativo, funcionamento das coalizões, doações de empresas para campanha política, influência das empresas sobre o mandato dos parlamentares, atuação das parlamentares mulheres e escolha do presidente da Câmara dos Deputados.

Podemos dizer que, entre os respondentes, o interesse predominante do segmento Sociedade se concentrou nos três primeiros temas. Em relação ao segmento Governo, predominou o interesse no acompanhamento legislativo, e o segmento Academia se caracterizou pelo interesse em pesquisas em todos os temas abordados. A disponibilização dos dados em formato aberto permitiu também o surgimento de empresas que provêm, entre outros, serviços para acompanhamento legislativo e cruzamento e mineração de dados com outras fontes.

As respostas também indicaram que existem produtos gerados com dados abertos para todos os temas abordados. Além disso, muitas vezes os trabalhos estão alinhados com as diretrizes estratégicas da Casa, especialmente no que se refere a interação com a sociedade, acompanhamento das atividades realizadas pelos deputados e ao funcionamento da instituição.

Os resultados indicaram que além de interagir com a seção de dados abertos, os produtos gerados também fazem algum tipo de interação com as iniciativas da Câmara, como por exemplo o portal E-democracia e a Rede legislativa de comunicação. Isso também foi observado para a interatividade entre as iniciativas externas. Em geral os trabalhos receberam colaboração de ativistas, pesquisadores, jornalistas, servidores públicos entre outros. Acreditamos que a interação e colaboração entre os projetos deve ser incentivada e constitui um passo importante para a melhoria da transparência da Casa.

A rede de colaboração descrita na seção 5.8 pretende ser um passo inicial nesse sentido, facilitando a visualização e compartilhamento dos produtos gerados, além de incentivar maior interação entre eles. Um total de 58 respondentes demonstrou interesse em participar da rede o que revela oportunidades para que a instituição melhore a interação com a sociedade e a disseminação de suas informações. Entre os benefícios dessa interação podemos citar a melhoria na qualidade das informações governamentais e a criação de instrumentos e ferramentas que auxiliem no entendimento dos dados. Além disso, a rede pode manter o diagnóstico da demanda por dados abertos da Câmara sempre atualizado. Dessa forma, a Casa poderia se manter sintonizada a medida que surgirem novas demandas ou necessidades dos usuários.

Vários respondentes descreveram os seus trabalhos e essas informações podem ser utilizadas para se pensar arranjos institucionais e organizacionais que façam com que esses trabalhos contribuam efetivamente com a melhoria da transparência na Câmara. Arranjos organizacionais, como os criados no projeto dados abertos 2.0 da Câmara, podem ser utilizados nesse processo.

Como exemplo, trabalhos que sistematizam e guardam o histórico das votações dos parlamentares podem ser utilizados no momento eleitoral para esclarecer os eleitores sobre o perfil de seus candidatos. Outro exemplo, seria a utilização de trabalhos que facilitam o acompanhamento legislativo para auxiliar os cidadãos a entender melhor o processo legislativo e onde e como as decisões são tomadas. A atuação dos parlamentares é essencial nesse processo e as redes sociais digitais podem ser utilizadas como ferramentas. A pesquisa revelou que diversos trabalhos realizam interação com as redes digitais e já realizaram algum tipo de interação com parlamentares. Acreditamos que essa interação deve ser incentivada e ampliada.

Diversas sugestões de melhorias foram apresentadas sendo que a maioria se refere a qualidade e abrangência das informações disponibilizadas. Também foi sugerida a implementação de uma API mais moderna para a disponibilização dos serviços. Essas sugestões podem ser utilizadas pela instituição para reformular a seção de dados abertos de acordo com as necessidades descritas.

A pesquisa mostrou que as iniciativas criadas com dados abertos também recebem colaboração dos segmentos Governo, Sociedade, Academia e Mercado. Acreditamos que essa interação deve ser incentivada.

Iniciativas de Governo podem utilizar metodologias científicas e resultados de estudos acadêmicos para formulação de políticas públicas na área de transparência. Essa ideia também pode ser estendida para outras áreas como educação, saúde e segurança pública.

As iniciativas da Sociedade podem ser incorporadas às instituições públicas e utilizadas na melhoria da transparência das mesmas. Além disso, cada iniciativa revela anseios por parte dos cidadãos, como por exemplo auxiliar os eleitores a votar melhor nas próximas eleições, maior participação das mulheres na política, funcionamento das coalizões, entre outros. Esses anseios podem ser avaliados de forma sistemática e utilizados na melhoria dos serviços providos pelo Governo.

As iniciativas de Mercado podem prover serviços para diversos interessados que não precisariam criar uma infraestrutura própria de tecnologia da informação e nem ter conhecimento técnico especializado para manipular os dados de Governo. Essas iniciativas facilitariam o cruzamento de informações e mineração de dados e permitiriam que seus clientes criassem suas próprias visualizações de acordo com suas necessidades e interesses.

A pesquisa realizou um diagnóstico revelando a existência de iniciativas nos segmentos Governo, Sociedade, Academia e Mercado, mas não avaliou se as iniciativas contribuem efetivamente com a melhoria da transparência na Câmara dos Deputados. Estudos adicionais podem se aprofundar em cada segmento ou iniciativa específica para verificar como e se existe contribuição efetiva para a transparência da Casa.

No segmento Governo podem ser realizados estudos para verificar quais os interesses de órgãos como Ministério da Justiça, Tribunal de Contas da União, Banco Central, Eletrobrás, entre outros, no acompanhamento de proposições na Câmara. Poderia ser verificado quais as principais proposições de interesse e se existe influência desses órgãos na tramitação das mesmas.

Em relação a Sociedade podem ser realizados estudos sobre usuários dos diversos produtos criados. Pode ser verificado se as iniciativas contribuem para que os usuários possam avaliar as ações dos agentes estatais e se existem impactos dessa avaliação no momento eleitoral ou na formulação de políticas públicas durante o mandato.

Nas iniciativas do segmento Mercado pode ser avaliado quais são os clientes das empresas criadas, que usos eles fazem dos dados, se realizam algum tipo de interação com a Câmara, com parlamentares ou com partidos políticos por exemplo.

Por fim, não é nosso objetivo listar todas as possibilidades de estudos futuros, mas apenas mostrar alguns direcionamentos. Todos os dados da dissertação serão disponibilizados em formato de dados abertos com o objetivo de incentivar e facilitar estudos mais aprofundados sobre o tema abordado.

REFERÊNCIAS

- AMAZON. **Amazon**. Disponível em: <<https://www.amazon.com.br/>>. Acesso em: 3 maio 2016.
- ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de acesso a informação pública e seus possíveis desdobramentos à accountability democrática no Brasil**. São Paulo: Escola de administração de empresas de São Paulo; São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012.
- _____. **3 medidas para permitir a disrupção no Legislativo em 2016**. Disponível em: <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/01/27/3-medidas-para-permitir-a-disrupcao-no-legislativo-em-2016/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.
- ARATO, A. **Representação, soberania popular e accountability**. Revista Lua Nova, edição 55, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=s_ci_arttext&pid=S0102-64452002000100004>. Acesso em: 22 dez. 2014.
- ARENDDT, Hannah. **O que é política**. Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BARBOSA, Jacson Rodrigues. **Estudo e Definição de uma Metodologia de Teste de Software no Contexto de Sistemas Embarcados Críticos**. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Computação) – Instituto de Informática, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- BENTHAM, Jeremy. Da publicidade. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 277-294, jul./dez. 2011.
- BENKLER, Yochai. **The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006.
- BERNARDES, Cristiane Brum. **Política, institucional ou pública?: Uma reflexão sobre a mídia legislativa da Câmara dos Deputados**. 2010. 247 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento, Câmara dos Deputados. Brasília, 2010.
- BERTOT, J. C.; JAEGER, P. T.; GRIMES, J. M. Using ICTs to create a culture of Transparency: Egovernment and social media as openness and anti-corruption tools for societies. **Government Information Quarterly**, [S.l.], 27(3), p. 264-271, 2010.
- BLOG Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel. Disponível em: <<http://gustavocruvinel.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 7 maio 2016.
- BRAGA, Sérgio. **O papel das TICS na institucionalização das democracias: um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. 100 p.
- BRASIL. Lei 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília,

DF, 24 abr. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 9 jun. 2015.

EVENTO Brasília Aberta. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/events/1473575486295681/>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

BORJA, Francisco G. de; FREITAS, Carla M. D. S. **Civis Analysis: Interactive Visualization for Exploring Roll Call Data and Representatives' Voting Behaviour**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

BRITO, Kellyton dos Santos; NETO, Misael dos Santos; COSTA, Marcos Antônio da Silva; GARCIA, Vinícius Cardoso; MEIRA, Silvio Romero de Lemos. **Using Parliamentary Brazilian Open Data to Improve Transparency and Public Participation in Brazil**. New York: ACM Digital Library, 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Dados Abertos**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos/perguntas-e-respostas>>. Acesso em: 26 maio 2015.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. Em: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs.). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento a Accção Política**. Conferência promovida pelo Presidente da República, Centro Cultural Belém. [Belém]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

COLE, Jeff. Internet e Sociedade numa Perspectiva Global: lições de cinco anos de análise de campo. Em: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs.). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento a Accção Política**. Conferência promovida pelo Presidente da República, Centro Cultural Belém. [Belém]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

COMUNIDADE para discussão dos assuntos relacionados ao serviço. Disponível em:

<<https://github.com/labhackercd/dados-abertos/issues>>. Acesso em: 15 set. 2015.

DADOS ABERTOS da Câmara dos Deputados. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

DAHL, Robert. **A Preface to Democratic Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

DAPP. **Transparência Política**. Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/transparencia-politica>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

DEBRAY, Régis. **O Estado Sedutor: As revoluções midiológicas do poder**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

EVANS, A. M.; CAMPOS, A. Open Government Initiatives: Challenges of citizen participation. **Journal of Policy Analysis and Management**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 172-203, 2013.

ENTREVISTAS. 2010. Disponível em:

<<http://transparency.globalvoicesonline.org/?q=projects%2Fbrazil>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

ESTRATÉGIA. 2012. **Gestão Estratégica na Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/gestao-na-camara-dos-deputados>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

PERFIL Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel. Disponível em: <<https://www.facebook.com/gustavo.warzochafernandescruvinel>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

FARIA, Cristiano Ferri. **O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis?** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 334 p.

FREIRE, Felipe Ribeiro. **Desafios para a Transparência Pública**. Um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal. 2014. 284 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FOIA. **Freedom of Information Act**. Disponível em: <<http://www.foia.gov>>. Acesso em: 09 out. 2015.

FUNG, A; WEIL, D. Open government and open society. Em: LATHROP, D; RUMA, L. (eds). **Open Government. Collaboration, Transparency and Participation in Practice**. Beijing: O'Reilly, 2010, p. 105-113.

GOMES, Wilson; AMORIN, Paula Karini; ALMADA, Maria Paula. **Novos desafios para a ideia de transparência pública**. VI COMPOLÍTICA. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

GRUPO. **Open Government Working Group**. Disponível em: https://public.resource.org/open_government_meeting.html. Acesso em: 21/06/2016.

GUNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário**. Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Brasília, n. 1, 2003. Laboratório de Psicologia Ambiental, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

HABERMAS, Jurgen; LENNOX, Sara; LENNOX, Frank. The public sphere: An Encycolpedia Article. **New German Critique**, [S.l.], n. 3, p. 49-55, autumn, 1974.

HACKATHONS. **Hackathons. What are they good for?** Disponível em: <<http://innovation.okfn.org>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

HACKATHON CÂMARA. **Educação para democracia**. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/edulegislativa/educacao-legislativa-1/educacao-para-a-democracia-1/hackathon>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

INDA. **Infraestrutura nacional de dados abertos**. 2016. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/Dados-Abertos/inda-infraestrutura-nacional-de-dados-abertos>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

JANSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, Adoption Barriers and Myths of Open Data and Open Government. Em: TAYLOR; FRANCIS. **Information Systems Management**. [S.l.], 29:258-268, 2012.

JSTOR. **Periódicos Capes (JSTOR)**. Disponível em: <<http://www-jstor-org.ez414.periodicos.capes.gov.br/action/showAdvancedSearch?acc=on&wc=on>>. Acesso em: 1º out. 2015.

LAVALLE, Adrian Gurza; VERA, Ernesto Isunza. A trama da crítica democrática: Da participação à representação e à *accountability*. **Revista Lua Nova**, [S.l.], Edição 84, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a05n84.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

LESSIG, Lawrence. Meros Copistas. Em: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs.). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento a Ação Política**. Conferência promovida pelo Presidente da República, Centro Cultural Belém. [Belém]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

LIMESERVICE – Create professional online survey. Disponível em: <<https://www.limeservice.com/en/>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. London: Cambridge University Press, 1997.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. Eleições e representação. **Revista Lua Nova**, [S.l.], n. 67, p. 105-138, 2006.

MARQUES, F.P.J.A. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. 2008. 498 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Internet e Transparência Política**. XXIII Encontro Anual da Compôs. Universidade Federal do Pará, 2014.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; AQUINO, Jackson Alves de; MIOLA, Edna. Parlamentares, representação política e redes sociais digitais: perfis de uso do Twitter na Câmara dos Deputados. **Revista Lua Nova**, [S.l.], Vol. 20, no.2. Campinas. 2014.

MEIJER, A. Understanding modern Transparency. **International Review of Administrative Sciences**, [S.l.], 75(2), p. 255-269, 2009.

MEIJER, A; CURTIN, Deirdre; HILLEBRANDT, Maarten. Open Government: connecting vision and voice. **International Review of Administrative Sciences**, [S.l.], 78(I), p. 10-29, 2012.

MEIJER, A. Government Transparency in Historical Perspective: From the Ancient Regime to Open Data in The Netherlands. **International Journal of Public Administration**. Utrecht, The Netherlands: Utrecht University, School of Governance. Published online: 7 Jan. 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Revista Lua Nova**, [S.l.], n. 55-56, 2002.

MOREIRA, Diogo Luiz de Jesus. **Panorama sobre utilização de dados governamentais abertos no Brasil: um estudo a partir dos aplicativos desenvolvidos**. 2015. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NGRAM. 2016. **Google Books Ngram**. Disponível em: <<https://books.google.com/ngrams>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

NORRIS, P. 2001. **Digital Divide: Civic Engagement, Information: Poverty and the Internet in Democratic Societies**. New York: Cambridge University Press.

NORRIS, P. 2003. Preaching to the Converted? Pluralism, Participation and Party WebSites. **Party Politics**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 21-45, 2003.

O'DONNELL, G. *Accountability* horizontal e novas poliarquias. **Revista Lua Nova**, [S.l.], n. 44, p. 27-54, 1998.

OPEN DEFINITION. **The Open Definition**. Disponível em: <http://opendefinition.org/>. Acesso em: 21/06/2016.

OPEN GOV DATA. **The 8 principles of Open Government Data**. Disponível em: <<http://opengovdata.org/>>. Acesso em: 26 maio 2015.

OPEN GOVERNMENT. 2015. **Open Government Partnership**. Disponível em: <<http://www.opengovpartnership.org>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

OLIVEIRA, Verônica Macário de et al. Entrevistas “em profundidade” na pesquisa qualitativa em administração: Pistas teóricas e metodológicas. Em: **Anais SIMPOI**, [S.l.], 2012.

PATEMAN, C. 1992 [1970]. **Participation and democratic theory**. London: Cambridge University Press.

PEIXOTO, Tiago. **The Uncertain Relationship Between Open Data and Accountability: A Response to Yu and Robinson’s The New Ambiguity of “Open Government”**. UCLA. L. Rev. Disc. 200, 2013.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Revista Lua Nova**, [S.l.], n. 67, p. 15-47, 2006.

PORTAL da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/sobre-o-portal>>. Acesso em: 7 set. 2015.

PROQUEST. **ProQuest Political Science**. Disponível em: <<http://search.proquest.com/politicalscience/>>. Acesso em: 1º out. 2015.

ROMANO, Roberto. **O Desafio do Segredo e a Democracia**. Disponível em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/NEO/RobertoRomano-ODesafioDoSegredo.pdf>. Acesso em: 23/06/2016.

ROSANVALLON, Pierre. **Democratic legitimacy: Impartiality, reflexivity, proximity**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2011.

SAMPAIO, Jorge. A Sociedade em Rede e a Economia do Conhecimento: Portugal numa Perspectiva Global. Em: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs.). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento a Accão Política**. Conferência promovida pelo Presidente da República, Centro Cultural Belém. [Belém]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

SCHOLAR, Google. **Motor de busca do Google em bases acadêmicas**. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br/>>. Acesso em: 22 set. 2015.

SIGALEI. **Acompanhamento legislativo**. Disponível em: <<https://sigalei.openlex.com.br/>>. Acesso em 1º out. 2015.

STABILE, Max. **Democracia Eletrônica para quem?: Quem são, o que querem e como os cidadãos avaliam o Portal da Câmara dos Deputados**. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SIMÕES, Isabella de Araújo Garcia. A Sociedade em Rede e a Cibercultura: dialogando com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das novas tecnologias de comunicação. **Revista Eletrônica Temática**, [S.l.], ano V, 2009.

SITCAMARA. **Sistema de Integração Tecnológica**. 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/NAO-INFORMADO/91245-CAMARA-FACILITA-ACESSO-A-INFORMACOES-NA-INTERNET.html>>. Acesso em: 9 mar. 2016.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Tradução de P. A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRANSPARÊNCIA HACKER. Disponível em: <[https://groups.google.com/forum/#!searchin/thackday/gustatvo\\$20warzocha/thackday/k77homSdXlc/11LkOM3xEAAJ](https://groups.google.com/forum/#!searchin/thackday/gustatvo$20warzocha/thackday/k77homSdXlc/11LkOM3xEAAJ)>. Acesso em: 7 jan. 2016.

TRANSPARÊNCIA PARLAMENTAR. **Declaração para abertura e transparência parlamentar**. Disponível em:

<<http://openingparliament.s3.amazonaws.com/docs/declaration/1.0/portuguese.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

URBINATI, N. Representation as advocacy: A study of democratic deliberation. **Political Theory**, [S.l.], v. 28, n. 6, p. 758-786, Dec. 2000).

URBINATI, N. WARREN, M. E. The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. **The Annual Review of Political Science**, [S.l.], 11:387-412, 2008.

URBINATI, N. Crise e metamorfoses da democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 5-16, 2013.

VAZ, José Carlos et al. Dados governamentais abertos e seus impactos sobre os conceitos e práticas de transparência no Brasil. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 9, edição especial (2010) – Democracia e Interfaces Digitais para a Participação Pública, p. 45-62, 2010.

VIEIRA, Fernando Sabóia. **Poderes e Atribuições do Presidente da Câmara dos Deputados no Processo Decisório Legislativo**. 2009. 96 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 2009.

VOTO CONSCIENTE. 2016. **Movimento Voto Consciente**. Disponível em: <<http://www.votoconsciente.org.br>>. Acesso em: 8 mar. 2016.

WEKA. **Waikato Environment for Knowledge Analysis**. The university of Waikato. Disponível em: <<http://www.cs.waikato.ac.nz/ml/weka/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

YU, Harlan; ROBINSON, David G. **The new ambiguity of “Open Government”**. The University of California, UCLA. *L. Rev. Disc.* 178, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Revisão de literatura

A revisão de literatura se iniciou com a seleção de estudos atuais sobre transparência indicados por pesquisadores da Câmara dos Deputados. A leitura dos estudos selecionados permitiu estabelecer uma “linha guia” para a pesquisa. A linha escolhida foi accountability, transparência, dados governamentais abertos. Após essa escolha elaboramos duas “*Strings* de Busca”, uma em língua portuguesa (“(publicidade or transparência or lai) and Internet and accountability and (dados * abertos) and legislativo”) e outra em língua inglesa (“(publicity or transparency) and Internet and accountability and (data * open) and legislative”). As “*Strings*” foram aplicadas às seguintes bases: Scholar (2015), Proquest (2015) e Jstor (2015). Os resultados da pesquisa foram utilizados para selecionar estudos para fazer parte do referencial teórico dessa dissertação e, aplicado com variações, para encontrar sistemas de informação que utilizam dados abertos da Câmara dos Deputados.

As tabelas 1 e 2 mostram a quantidade de trabalhos encontrados ao aplicar a pesquisa na base Scholar (2015), respectivamente na língua portuguesa e inglesa.

Tabela 1. Resultado da pesquisa para língua portuguesa

Revisão de literatura (Scholar Google-Língua Portuguesa)	
Ano	Quantidade de trabalhos
1998	1
1999	10
2000	9
2001	6
2002	14
2003	29
2004	20
2005	25
2006	32
2007	58
2008	66
2009	93
2010	109
2011	116
2012	162
2013	179
2014	169
2015	101
Total	1199

Fonte: Scholar (2015).

Tabela 2. Resultado da pesquisa para língua inglesa

Revisão de literatura (Scholar Google-Língua Inglesa)	
Ano	Quantidade de trabalhos
até 1989	78
1990 - 1997	346
1998	196
1999	355
2000	519
2001	776
2002	972
2003	1130
2004	1430
2005	1590
2006	1870
2007	2010
2008	2230
2009	2490
2010	2890
2011	2910
2012	3260
2013	3550
2014	3350
2015	1890
Total	33842

Fonte: Scholar (2015).

As figuras 1 e 2 mostram exemplos de resultados encontrados, respectivamente na língua portuguesa e inglesa. Na busca para língua portuguesa restringimos os resultados apenas para o ano de 2015. Isso mostra como a base Scholar (2015) permite a busca de resultados em um intervalo específico.

Figura 1. Exemplo de resultado com “string de busca” em língua portuguesa

Google (publicidade or transparência or lai) and Internet and accountability and (dados * abertos) and legislativo

Acadêmico Cerca de 101 resultados (0,06 seg)

Artigos **Será que quis dizer:** (publicidade **ou** transparência or lai) and Internet and accountability and (dados * abertos) and legislativo

A minha biblioteca **Dica:** Pesquisa unicamente para resultados em Português (Portugal). Pode indicar o seu idioma de pesquisa em Definições do Google Acadêmico.

Sempre Desde 2015 Desde 2014 Desde 2011 Intervalo específico... 2015 — 2015 Pesquisar

Ordenar por relevância Ordenar por data Pesquisar a Web Pesquisar páginas em Português

incluir patentes incluir citações Criar alerta

[PDF] APolítica DE PARLAMENTO ABERTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CÂMARA FEDERAL BRASILEIRA [PDF] de pr.gov.br
CF SOARES, FM REHBEIN - escoladegoverno.pr.gov.br
... Page 7, 7 A **publicidade**, que depende e decorre da **transparência**, pode fomentar a ... a **transparência** do trabalho parlamentar e a aprofundar a compreensão do universo parlamentar.6. ... 5 Disponível no seguinte link: http://www2.camara.leg.br/transparenciadados-abertos. ... Citar Guardar Mais

O projeto de **transparência** do Senado Federal: entre a **accountability** e a propaganda política [PDF] de fashionsnowboots.com
AT de Barros - Sociologias, 2015 - seerufgs.fashionsnowboots.com
... pela Carta de 1988, segundo o qual o cidadão tem direito à **publicidade** dos atos ... de relançamento do Portal da **Transparência** (http://www.senado.leg.br/transparencia), realizada em 17 ... segundo lugar, cita o rol dos conteúdos divulgados pelo Portal da **Transparência**, como os ... Artigos relacionados Todas as 3 versões Citar Guardar

[PDF] NOVOS DESAFIOS PARA A IDEIA DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA1 [PDF] de compolitica.org
W Gomes, PK Amorim, MP Almada - compolitica.org
... Quem pode ver? Se começarmos com a questão **transparente** para ... A condição de possibilidade desta cooperação foi dada pela mais recente onda de **transparência** pública, materializada ... liberal da **publicidade**, ainda entendido como meio de produção de governos ... Artigos relacionados Citar Guardar Mais

[HTML] The project of transparency of the Brazilian Senate: between **accountability** and [HTML] de sciELO.br
ATD Barros - Sociologias, 2015 - SciELO Brasil
... divulgação e de contato, ou seja, a adoção de práticas políticas de **publicidade** e visibilidade ... base para o estudo, ou seja, a concepção de que a **transparência** política é ... em ocasiões solenes); (3) Estado informacional (produção de estatísticas); (4) Estado **publicitário** (início da ... Citar Guardar Mais

Aplicação da lei de acesso à informação em portais de **transparência** governamentais brasileiros [PDF] de ufsc.br
W da Costa Resende, ME Nassif - Encontros Bibli: revista eletrônica ..., 2015 - rcbcd.ufsc.br
... conteúdo que permitam o acesso à informação de forma objetiva, **transparente**, clara e ... diferentes

Fonte: Scholar (2015).

Figura 2. Exemplo de resultado com “string de busca” em língua inglesa

Google (publicity or transparency) and Internet and accountability and (data * open)

Acadêmico Cerca de 17 600 resultados (0,10 seg)

Artigos **Dica:** Pesquisa unicamente para resultados em Português (Portugal). Pode indicar o seu idioma de pesquisa em Definições do Google Acadêmico.

A minha biblioteca **Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government** [PDF] de tudelft.nl
M.Janssen, Y Charalabidis, ... - Information Systems ..., 2012 - Taylor & Francis
... the **opening of data** will unambiguously lead to a more **transparent**, interactive, **open** ... to understand the **data** might make it less attractive to **publicize** it, unless ... **open** government: Challenges and prospects for deriving public value from government **transparency**. Paper presented ... Citado por 184 Artigos relacionados Todas as 5 versões Citar Guardar

Sempre Desde 2015 Desde 2014 Desde 2011 Intervalo específico... — 2015 Pesquisar

Ordenar por relevância Ordenar por data Pesquisar a Web Pesquisar páginas em Português

incluir patentes incluir citações Criar alerta

The Internet and transparency [PDF] de uclalawreview.org
H.Margetta - The Political Quarterly, 2011 - Wiley Online Library
... Social media such as the micro-blogging site Twitter have 'democratised' aspects of the media's formerly privileged position to **open** up issues by giving every citizen some kind of access to a **publicity** machine, weakening the capacity ... The **Internet and Transparency** 521 ... Citado por 14 Artigos relacionados Citar Guardar

The Uncertain Relationship between **Open Data** and **Accountability**: A Response to Yu and Robinson's 'The New Ambiguity of **Open** Government' [PDF] de uclalawreview.org
T.Paixão - 2013 - papers.ssrn.com
... that brings together governments and donors to make governments 'more **transparent**, effective and ... to foster **accountability** is proportional to the extent to which the **publicity** and political ... **Open** government **data**, often equated with **transparency** by its advocates, emerges as the ... Citado por 12 Artigos relacionados Todas as 4 versões Citar Guardar

Digital **Accountability** and **Transparency** Act of 2011 (**DATA**): Using **Open Data** Principles to Revamp Spending **Transparency** Legislation, The [PDF] de langtoninfo.com
J.Raines - NYU Sch. L. Rev., 2012 - HeinOnline
... Louis D. Brandeis, What **Publicity** Can Do. **HARPERS WKLY**, Dec ... PRIME MINISTERS OFFICE, http://www.number10.gov.uk/transparency/how-your-money-is-spent/ (last visited Sept ... which is a global effort founded in 2011, with the goal of making "more **transparent**, effective and ... Citado por 4 Artigos relacionados Citar Guardar

ILNVOI **Legislative** voting and **accountability** [PDF] de langtoninfo.com
JM Carey - 2008 - books.google.com
... Incentives to Monitor and **Publicize** Votes 70 4.3 ... Even full **transparency** offers access only to an **accountability** frontier where an increase in individual **accountability** ... connection between **legislative** trans- parency and **accountability** by examining why voting is **transparent** in some ... Citado por 259 Artigos relacionados Todas as 3 versões Citar Guardar

Fonte: Scholar (2015).

Para aplicação da “*string* de busca” em língua portuguesa não foram encontrados resultados anteriores a 1998. A figura 3 mostra o primeiro trabalho encontrado. Para aplicação em língua inglesa não foram encontrados resultados anteriores a 1955. A figura 4 mostra os primeiros trabalhos encontrados.

Figura 3. Primeiro resultado em língua portuguesa

Web Imagens Mais...

Google (publicidade or transparência or lai) and Internet and accountability and (dados * abertos) and legislativo

Acadêmico 1 resultado (0,06 seg)

Artigos **Será que quis dizer:** (publicidade **ou** transparência or lai) and Internet and accountability and (dados * abertos) and legislativo

A minha biblioteca **Dica:** Pesquisa unicamente para resultados em **Português (Portugal)**. Pode indicar o seu idioma de pesquisa em Definições do Google Acadêmico.

Sempre **Política e mídia: a forma da política contemporânea enquanto sistema de estrelato e o surgimento do marketing político neste processo** [PDF] de fgv.br

Desde 2015 CS Passador - 1998 - bibliotecadigital.fgv.br

Desde 2014 ... enquanto lei, o aumento das pessoas que se negam a votar e deterioração da vida pública nas ... forma **transparente** de um espaço político de onde os atores foram retirados, a forma pura de um ... Tudo com assessoria de comunicação, **publicidade** ...

Desde 2011 Citado por 1 Artigos relacionados Citar Guardar

Intervalo específico... 1998 — 1998 Criar alerta

Será que pretendia pesquisar: (publicidade **ou** transparência or lai) and Internet and accountability and (dados * abertos) and legislativo

Ordenar por relevância [Acerca do Google Acadêmico](#) [Privacidade](#) [Termos](#) [Enviar comentários](#)

Ordenar por data

Pesquisar a Web

Pesquisar páginas em Português

incluir patentes

incluir citações

Criar alerta

Fonte: Scholar (2015).

Figura 4. Primeiros resultados em língua inglesa

The screenshot shows a Google Scholar search interface. The search bar contains the query: "(publicity or transparency) and Internet and accountability and (data * open)". The results are sorted by relevance, showing two items:

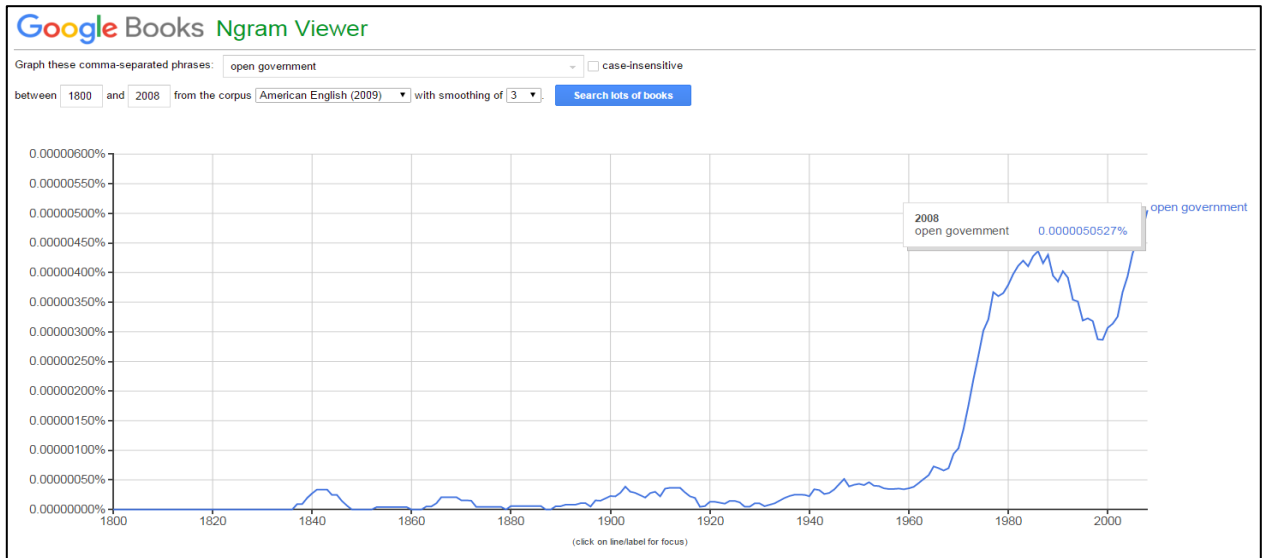
- Artigo:** [PDF] free press. MB Move, SN Era - Glencoe, Illinois, 1955 - tcfreepress.com. [PDF] de tcfreepress.com. The snippet mentions: "... publishing his interests on the **internet**, stated that "Upon launching my bid for leadership ... the new Premier has stated that his administration will insist on **transparency, accountability, and fiscal** ... However, William's precedent extends beyond that in two ways: Detail and **publicity** ...".
- Livro:** [LIVRO] What's in a Word. WB Garrison - 1955 - books.google.com. The snippet mentions: "... In the early days of the **Internet** vendors began experimenting with advertising through brief ... CD-ROM AS an abbreviation, this cluster of letters has come to function as a word naming a compact disc crammed with an immense amount of **data**, graphic material, music, or ...".

The interface also includes a sidebar with filters for "Sempre" (Always), "Desde 2015" (From 2015), "Desde 2014" (From 2014), and "Desde 2011" (From 2011). There is an "Intervalo específico..." (Specific interval...) section with a date range of 1955 to 1955. Other features include "Pesquisar" (Search), "Criar alerta" (Create alert), "Ordenar por relevância" (Sort by relevance), "Ordenar por data" (Sort by date), "Pesquisar a Web" (Search the Web), "Pesquisar páginas em Português" (Search pages in Portuguese), and checkboxes for "incluir patentes" (include patents) and "incluir citações" (include citations).

Fonte: Scholar (2015).

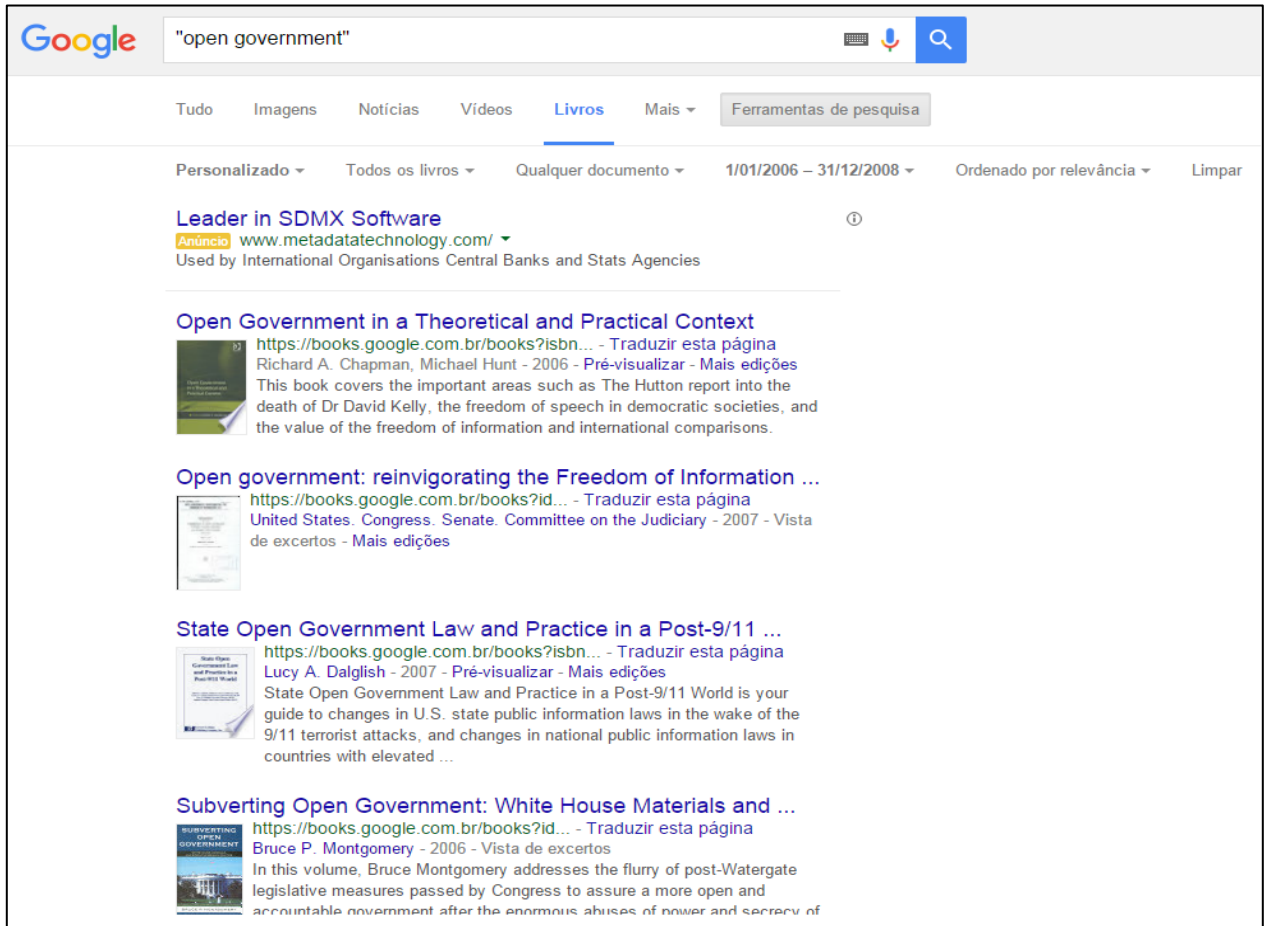
Para aplicação da *string* de busca “open government” na base Ngram (2016) observamos uma crescente publicação de livros a partir da década de 1970. Conforme a figura 5 podemos perceber que o maior número de referências ao termo pesquisado foi em 2008. Essa pesquisa considerou apenas a língua inglesa. Os primeiros resultados, ordenados por relevância, são apresentados na figura 6.

Figura 5. Referências ao termo “open government” em livros publicados



Fonte: Ngram (2016).

Figura 6. Livros com referência ao termo “open government”



Fonte: Ngram (2016).

APÊNDICE B – Identificação de usuários da seção de DGA da Câmara dos Deputados

Objetivo dessa fase: Identificar usuários da seção de dados abertos da Câmara dos Deputados (<<http://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos>>) e captar um testemunho espontâneo sobre o uso que é feito.

E-mail-pergunta utilizado:

Bom dia,

Estou pesquisando sobre a utilização de dados abertos da Câmara.

<http://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos>

Vocês utilizam dados abertos da Câmara? Se sim, poderia fazer uma breve descrição

do uso que vocês fazem?

Conhece outras pessoas/órgãos/universidades que usam também?

Obrigado desde já.

att,

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel

Analista de Informática Legislativa

Os usuários foram segmentados em sociedade, governo, mercado e academia.

SEGMENTO SOCIEDADE

Destinatário do e-mail: Atlas Político

Resposta recebida:

Oi Gustavo,

A plataforma de dados abertos da Câmara é muito útil para a gente. De fato usamos quase todos os dados disponíveis, que fazem parte de um jeito ou de outro dos indicadores que construímos para o perfis dos políticos. Sendo que talvez a informação mais importante é resultado das votações, que são o input do nosso algoritmo de classificação ideológica.

Um exemplo de como a plataforma facilita nossa vida. Nós estamos expandindo o Atlas Político para outros países, daí recentemente lançamos no México por exemplo (<http://www.atlaspolitico.mx/>). Lá é possível encontrar quase todos os dados que temos no Brasil, sendo que não existe uma interface API como o dados abertos da Câmara. Então tudo tem que ser "scraped" de páginas do governo mexicano. O problema é que os dados são muito inconsistentes. Por exemplo, nas diferentes votações não existe um padrão de como o nome de cada congressista é apresentado na tabela de votos: as vezes o cara aparece com dois nomes diferentes, ou com nome abreviado, ou com typos ... é um pesadelo para automatizar. Acabou dando um certo trabalho manual de eliminar essas inconsistências. Nós gostaríamos de expandir o Atlas para outros países ainda, principalmente na America Latina. Mas temos consciência de que vai ser difícil fazer um trabalho descente em vários países pela falta de abertura dos dados.

Espero os comentários sejam úteis. Se quiser saber detalhe sobre qualquer coisa avise.

Destinatário do e-mail: Equipe Politize!
<http://www.politize.com.br>

Resposta recebida:

Olá, Gustavo, tudo bem? Muito interessante sua pesquisa. Entretanto não utilizamos os dados abertos da Câmara, é um recurso com o qual eu não tenho familiaridade, confesso. Utilizamos, sim, diversos dados e informações institucionais disponibilizadas pela Câmara, mas nenhuma em formato de dados abertos.

Atualmente existem diversos sites que se baseiam em dados sobre a atuação dos parlamentares, talvez eles já tenham se utilizado desse recurso. Muito possivelmente você já tenha ouvido falar desses sites e organizações. Listamos quatro desses sites nesse post. Também existe o Nossa Ilhéus, iniciativa que se baseia na LAI para elaborar relatórios sobre a câmara de vereadores do município deles (existem várias iniciativas semelhantes no Brasil). Também tem o projeto chamado House of Cunha, que apesar do nome jocoso é um trabalho sério, construído com uma miríade de dados sobre a atuação dos deputados neste ano.

São esses os sites que me ocorrem agora que podem ter feito uso dos dados abertos da Câmara. Agradeço pelo contato e desejo boa sorte com sua pesquisa.

Atenciosamente,

Destinatário do e-mail: G. B <xxx@outlook.com> (conheci no evento Brasília Aberta)

Resposta recebida:

Fala Gustavo!

Blz?

Eu atuo como voluntário em uma ONG de Controle Social, o Observatório Social de

Brasília.

Nosso foco de atuação é o Distrito Federal, então raramente acessamos os dados da Câmara...

Porém, quando precisamos, não posso dizer que o serviço tem sido satisfatório.

Recentemente solicitei dados sobre gostos com a publicidade da CD e recebi nos últimos dias do prazo prorrogado...

Todavia, acho que não posso te ajudar muito sobre a CD.

Se tiver outro ponto onde posso ajudar, só me falar!

Grande abraço

Destinatário do e-mail: G. A. <xxxx@gmail.com> (colega de faculdade UFG-2002)

Resposta recebida:

Vocês utilizam dados abertos da Câmara? Se sim, poderia fazer uma breve descrição do uso que vocês fazem?

Sim. Eu utilizo para obter as informações disponibilizadas no app Monitora, Brasil! (www.monitorabrasil.com)

As informações que utilizo são os dados dos parlamentares, das proposições e das cotas parlamentares.

Todos os dias uma rotina é executada para buscar essas informações. Elas são carregadas no banco de dados e ficam disponíveis para os usuários de app.

Conhece outras pessoas/orgãos que usam também?

<http://meucongressonacional.com/>

se eu lembrar mais de alguém eu te falo

Destinatário do e-mail: K. B. xxxxx@gmail.com

Resposta recebida:

Olá Gustavo,

Sou o responsável pelo www.meucongressonacional.com e utilizamos sim os dados abertos da câmara.

Para ser mais exato, cruzamos os dados da câmara, do senado e do TSE, para:

- 1 - Mostrar os dados completos dos parlamentares (frequência, projetos de lei apresentados, comissões que participou e gastos) - www.meucongressonacional.com
- 2 - Mostrar as doações de campanha de todos os candidatos nas eleições 2014 - www.meucongressonacional.com/eleicoes2014
- 3 - Especial lava jato, gerando dados e estatísticas apenas das empresas relacionadas à Lava Jato - www.meucongressonacional.com/lavajato
- 4 - Especial mulher, relacionando dados das candidaturas e exercício parlamentar com foco na análise de gênero - www.meucongressonacional.com/mulher

Foi atualizado pela última vez na mudança de mandato. Estamos trabalhando em uma nova versão para o novo mandato.

Fui o vencedor da primeira maratona hacker da câmara dos deputados, conheço MUITO os dados deles e estou terminando o doutorado na área de dados abertos. O que é exatamente o seu mestrado e onde? Acredito que poderia te ajudar em mais coisas ou quem sabe uma parceria.

Destinatário de mensagem Facebook: Fabiano Angélico
<https://www.facebook.com/fabiano.angelico/about>

Resposta recebida:

Destinatário de mensagem Facebook: Max Stabile
<https://www.facebook.com/maxstabilemendes/about>

Resposta recebida:

Oi, gustavo, vou lhe adicionar a uma lista.

https://www.facebook.com/groups/metodologiapolitica/permalink/547002885447125/?comment_id=549193108561436&offset=0&total_comments=29¬if_t=group_comment_mention

Destinatário do e-mail: L. B. xxxx@gmail.com

Resposta recebida:

Olá, Gustavo,

Sobre usar os dados abertos da Câmara: eu e uma pesquisadora com quem trabalho, Alexia Aslan, desenvolvemos um pacote de R para obter bases de dados diretamente do Web Service da Câmara, sem raspar o html do portal. O objetivo do pacote é essencialmente ser usado para pesquisa em Estudos Legislativo por pesquisadores em ciência política.

Link:

<https://github.com/leobarone/bRasilLegis>

Por "vocês", você se refere a quem exatamente? Há vários nós (equipes/centro de estudos/parcerias de trabalho) pelos quais eu poderia responder. Não sei se a resposta acima responde à sua pergunta.

Sobre conhecer outras pessoas, imagino que há um grande número de pessoas/equipes/departamentos/centros de estudo/universidades na ciência política que utilizam os dados abertos, além de toda a turma que participou do Hackaton 2013 da CD. O que exatamente te interessa saber?

Abs

Além do grupo do Hackaton 2013, que, imagino, vc já tenha tido contato, conheço 3 centros de estudos nos quais pesquisadores usam o web service: CEPESP-FGV, NECI-USP e CEL-UFGM. Sou ligado aos dois primeiros centros.

Alguns outros indivíduos também usam, mas, basicamente, são as pessoas que curtiram algumas das postagens sobre o pacote na minha TL, no grupo Métodos e no grupo R Brasil programadores.

Basicamente uso pela academia.

abs

Destinatário do e-mail: V. B xxxxxxx@gmail.com <http://deliberatorio.com.br/contato/>

Resposta recebida:

Olá Gustavo!

Usamos sim. Usei no meu projeto <http://deliberatorio.com.br/>

Mas aqui no Ministério da Justiça tem um sistema chamado "Sislegis" que utiliza alguns recursos da API/Dados da Câmara;

O contato sobre esse sistema usado no Ministério da Justiça é Marco Konopacki, segue em cópia desse email.

Sobre o Deliberatório, foi algo pontual, mas esta ativo/em pé até o

momento; Ele usa API/Dados da Câmara para gerar um jogo de cartas.
Tiver interesse em saber mais (além da informação que esta no site),
conte comigo.

Att,

Destinatário do e-mail: teresinahc@protonmail.com /
http://teresinahc.org/wiki/index.php/P%C3%A1gina_principal

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: M. S. F. <xxxxxxx@gmail.com>

Resposta recebida:

Boa noite Gustavo,

Vi sua dúvida sobre sistemas que utilizassem dados abertos da Câmara dos deputados em uma lista de e-mails da PoliGNU. Existe um app Android que faz uso dos dados de CEAP's, o nome dele é AKAN = https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.visualize.akan&hl=pt_BR

Também existia um app iOS (que eu fiz parte do desenvolvimento), mas por falta de investimento a conta que mantinha o app foi desativada.

A seguir parte da repercussão na mídia que o app teve:

- http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/12/estudantes-desenvolvem-aplicativo-para-monitorar-gastos-de-deputados.html?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1
- <http://www.otempo.com.br/cmlink/hotsites/elei%C3%A7%C3%B5es-2014/alunos-criam-aplicativo-que-acompanha-gastos-de-deputados-1.924057>
- <http://www.polemicaparaiba.com.br/tecnologia/estudantes-criam-aplicativo-para-monitorar-gasto-com-deputados-federais/>
- <http://www.tudocelular.com/curiosidade/noticias/n56835/Politca-Aplicativos->

tecnologia-Brasil-Partidos.html

--

Att.,

SEGMENTO MERCADO

Destinatário do e-mail: D. Oxxxxxx@openlex.com.br
/https://sigalei.openlex.com.br/#/page/login

Resposta recebida:

Desculpa a demora, hoje o dia foi bem corrido.

Claro, é um prazer ajudar.

Você poderia fazer uma breve descrição do uso que vocês fazem?

A start-up Openlex atua em desenvolvimento de serviços baseados em dados legislativos. Nosso principal produto, o SigaLei, é um solução que extrai, organiza e disponibiliza em um único local dados sobre os projetos de lei em discussão pelo país, tanto federal como estadual. Também permite aos nossos clientes acompanharem a tramitação destes projetos. Por último, realizamos análises nos dados, criando visualizações diferenciadas dos mesmos, por exemplo: principal tema de atuação dos parlamentares.

Se pudesse escolher uma funcionalidade principal do seu site, qual seria?

Acompanhamento Legislativo.

Em qual vocês gastam mais esforço?

Curadoria dos dados. Extraímos e cruzamos dados de diversas fontes, como por exemplo: TSE, Casas Legislativas, Wikipedia, etc. Essa tarefa requer um grande esforço pois nem sempre os dados vem em um formato padrão e requer uma análise

antes de integra-los.

Conhece outras pessoas/startups que usam também?

Sim. Recentemente um portal, chamado politize, fez uma postagem sobre ferramentas que usam dados legislativos, veja: <http://www.politize.com.br/noticias/4-formas-para-acompanhar-o-trabalho-dos-politicos/>

Abraços,

Destinatário do e-mail: ZenLobby – R. C. xxxxxx@zenlobby.com

Resposta recebida:

Olá, Gustavo. Tudo bem?

Usamos sim os dados abertos, basicamente para captar proposições e seus andamentos, além de dados de parlamentares.

Se quiser, marcamos um Skype e aí você pode fazer as perguntas que julgar pertinentes.

Por fim, como chegou até nós e qual sua atuação profissional?

Um abraço,

Destinatário do e-mail: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG F. E. G.
xxxxxx@fiemg.com.br

Resposta recebida:

--

SEGMENTO GOVERNO

Destinatário do e-mail: Eletronorte - 'R. R. B' xxxxx@eletronorte.gov.br

Resposta recebida:

<p>Boa tarde Gustavo,</p> <p>Utilizamos:</p> <p style="padding-left: 40px;">Orgaos > ObterAndamento</p> <p style="padding-left: 40px;">Deputados > ObterDeputados</p> <p>Sou a analista de sistema que desenvolveu a aplicação, e não tenho conhecimento mais detalhado sobre a utilização deste dados.</p> <p>Mas sei que a assessoria parlamentar cadastra somente as proposições de interesse e acompanha sua tramitação.</p> <p>Atenciosamente,</p>
<p>Tenho sim.</p> <p>Procure o H. M. xxxxxx@eletrobras.com</p> <p>Telefone: xxxxxxxxxx</p>

Destinatário do e-mail: H. M. xxxxxxxx@eletrobras.com

Resposta recebida:

<p>PRINCIPAIS TELAS DE FUNCIONALIDADES DO SIGAP</p> <p>Cadastro:</p> <p>Parlamentares:</p> <p>Permite cadastrar todos parlamentares, pode ser através da própria área com inclusão individual ou através do Link com a Câmara atualizando todos os Deputados. Esta</p>

opção do link não atende para cadastro de Senadores

Nesta opção temos:

Atualização: atualizar dados dos parlamentares

Relatórios: emitir relatórios com base nas informações contidas no cadastro de parlamentares

Importação: importar dados do link com a Câmara, para atualização ou inclusão de dados de parlamentares.

Proposição

Permite cadastro de proposições de interesse da empresa, com informações sobre a matéria a ser cadastrada (no. , autor, texto, comissão, tema, relator, responsável,...)

Nesta opção temos:

- Atualização: atualizar dados relativos as proposições cadastradas, pode ser através de inclusão pela própria área ou através do link com a Câmara. Esta opção não é válida para atualização de matérias do Senado.

-Relatórios: emitir relatórios diversos com base nas informações existentes no cadastro de proposições

- Importação: atualizar dados das matérias cadastradas, através do link com a Câmara. Não valendo para matérias do Senado.

Clientes

Permite o cadastro de clientes, ou seja, todos que tenham matérias de interesse cadastrado no SIGAP, para acompanhamento. Estes clientes recebem e-mail automático toda vez que a matéria de seu interesse é cadastrada e atualizada.

Nesta opção temos:

- Atualização: atualizar/incluir clientes ou atualizar os cadastrados

- Relatórios: emissão de relatórios diversos com base nos dados existentes no cadastro de clientes.

Nesta opção temos:

- Atualização: atualizar/incluir reuniões ou atualizar os cadastrados

- Relatórios: emissão de relatórios diversos com base nos dados existentes no cadastro de reuniões.

Lnks:

Permite acesso a diversos órgãos de interesse da área, na internet.

Será cadastrado conforme o Estado, de acordo como mostra na tela (DF e TO)

Administração

Permite o administrador do SIGAP a fazer alterações e/ou inclusões de novos usuários e o nível de hierarquia deste usuário para acesso ao SIGAP (administração, atualização e consulta)

Destinatário do e-mail: Ministério da Justiça E. S. J. P.

Resposta recebida:

Gustavo, te coloco em contato com o Marco, que é quem está a frente do projeto de sistema da Secretaria de Assuntos Legislativos que consome o webservice de vocês. Não deixe de compartilhar conosco sua pesquisa quando estiver pronta! Um abraço,

--

Assessor

Secretaria-Executiva

Ministério da Justiça

Destinatário do e-mail: Ministério da Justiça – M. A. K.

Resposta recebida:

Olá Gustavo, tudo bem?

Nós aqui criamos o Sislegis (github.com/pensandoodireito/sislegis-app) que é alimentado em partes pelos webservices disponibilizados pela câmara e o senado. Com ele obtemos a pauta semanal e também outras informações sobre proposições.

Estou a disposição se quiser bater um papo.

Abraços.

Destinatário do e-mail: Banco Central – C. P.

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: Banco Central – H. C. R.

Resposta recebida:

Utilizamos sim Gustavo.

Temos um sistema interno no Bacen que acessa os webservice da Câmara e Senado diariamente em busca de proposições de interesse do Banco Central para acompanhamento.

Att,

Analista

DESIG - Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro

Destinatário do e-mail: PETROBRAS

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: Presidência da República – M. A. P.

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: TCU – M. X.

Resposta recebida:

Caro Gustavo,

Sim! nós utilizamos os dados abertos da Câmara e do Senado. Desenvolvemos em Apex um sistema que busca as informações públicas disponibilizadas nestas duas

casas. Assim podemos utilizá-las para poupar trabalho e tempo na busca das informações públicas.

Utilizamos a tecnologia de WEB-SERVICE do Apex.

No momento desconheço outros órgãos/pessoas que utilizam desta busca de informações sistematizada da Câmara e do Senado.

Espero ter ajudado.

Abs

Nós buscamos as informações de proposições nas duas casas. Informações como data de criação, autor, situação, último despacho, ementa etc... Assim podemos acompanhar melhor o andamento e desfecho de cada proposição.

Abs

Destinatário do e-mail: LabHacker – G. B. R., xxxxx@gmail.com

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: LabHacker – D. S. S. E.

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: LabHacker – W. B.

Resposta recebida:

Olá, Gustavo!

Eu não tenho lidado diretamente com os dados abertos da Câmara dos Deputados, mas copio neste os colegas TXXX e PXXX aqui do LabHacker.

Eles com certeza poderão contribuir melhor.

Abraço!

Destinatário do e-mail: LabHakcer – T. L. C.

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: LabHacker – P. G.

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: LIDERANÇA 1 DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (nome omitido a pedido da fonte)

Resposta recebida:

Olá, Gustavo.

As lideranças, assim como diversos grupos sociais e organizações políticas, necessitam consultar frequentemente informações e notícias atualizadas sobre atividades parlamentares e ações legislativas.

É impossível enumerar à exaustão as modalidades de uso que se faz dos dados publicados no site da Câmara (em formato HTML, XML, CVS ou JSON), pois toda semana surgem necessidades específicas da conjuntura vigente, mas posso destacar algumas aplicações bastante comuns:

agenda dos parlamentares, incluindo reuniões/sessões convocadas no Plenário da Casa ou nas comissões (incluindo as mistas e as externas);

indicadores e estatísticas de desempenho parlamentar (propostas apresentadas, relatórios produzidos, discursos proferidos, opinião pública, votações, presença etc.);

monitoramento e acompanhamento das proposições de interesse de parlamentares, bancadas etc.

monitoramento e acompanhamento de sanções, vetos, medidas provisórias etc.

gestão administrativa da liderança (patrimônio material, quadro de pessoal, controle

de demandas etc.)

apuração do alinhamento da bancada em relação às orientações da liderança.

A título de sugestão, sugiro que você participe do grupo INDA (vide anexo exemplo de mensagem postada no grupo).

Prezado Gustavo,

Consultamos periodicamente as seguintes informações publicadas na área de dados abertos:

Dados Abertos – Legislativo (diariamente)

- o Deputados, Órgãos e Proposições

Dados Abertos – Cota Parlamentar (mensalmente)

- o Cotas do ano atual

Como nem todas as informações de que precisamos estão disponibilizadas nessa área, temos de garimpar informações diretamente das páginas HTML do CamaraNet (ex: ficha de tramitação, página do parlamentar, arquivo sonoro, convocações da CMO, etc.) e em sites externos (ex: comissões mistas, congresso nacional, presidência da república, imprensa nacional etc.).

Caso precise se aprofundar, pode agendar uma visita conosco (incluindo III, nosso Chefe de Gabinete).

Destinatário do e-mail: Liderança 2 da Câmara dos Deputados (nome omitido a pedido da fonte)

Resposta recebida:

Fala Gustavo tudo bem?

Eu uso sim, a parte de dados abertos do legislativo.

Uso apenas os Web Services, não uso aqueles dados brutos (.csv)

Eu consumo diariamente os Web Services disponibilizados e alimento o sistema aqui da Liderança com dados dos Deputados, Comissões, Pautas, Proposições, Resultados de Votação, etc.

O sistema aqui eu estou desenvolvendo em C#.

O XXXX também usa lá na Liderança do YYYY fazendo basicamente as mesmas coisas.

O Carlos Henrique me falou que muita gente de fora da casa utiliza e ligam muito lá para pedir alterações e fazer sugestões.

Se vc quiser mais detalhes do uso eu posso te mostrar.

Abs.

Destinatário do e-mail: Liderança 3 da Câmara dos Deputados (nome omitido a pedido da fonte)

Resposta recebida:

Utilizamos os serviços abaixo descritos em um módulo que apresenta as votações de plenário com relação nominal e quadro percentual de votos por deputados e por partido.

```
wsProposicao.ObterVotacaoProposicao(siglaProposicao, numeroProposicao,
anoProposicao).OuterXml
```

```
wsProposicao.ObterVotacaoProposicaoPorID(idProposicao).OuterXml;
```

Utilizamos os serviços abaixo descritos em um módulo que verifica a movimentação parlamentar na casa e nas comissões para manter o nosso sistema atualizado

```
wsDeputado.ObterDeputados().OuterXml;
```

```
wsDeputado.ObterLideresBancadas().OuterXml;
```

```
resultXML = wsOrgao.ObterOrgaos().OuterXml;
```

```
wsProposicao.ObterProposicao(tipoProposicao, numeroProposicao, anoProposicao);
```

```
resultXML = wsComissao.ObterMembros(idOrgao).OuterXml;
```

Destinatário do e-mail: Gerente da seção de dados abertos da Câmara

Resposta recebida:

Olá Gustavo,

Não faço uso mas por manter o serviço posso te indicar alguns usuários.

A frequência de uso varia no tempo. Abaixo vai uma lista com os mais ativos atualmente. Depois, darei uma vasculhada nos e-mails antigos e mando mais.

Banco Central: C. P. email xxx ; 'H. C. R.' email xxxx ;

Petrobrás: email xxx ;

ZenLobby - uma ferramenta de acompanhamento legislativo que usa os dados abertos: R. C. xxxxx@zenlobby.com ;

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG: F. E. G. xxxxx@fiemg.com.br ;

Eletronorte: 'R. R. B.' email xxxx;

Radar Parlamentar: L. A. F. L. xxxxxx@gmail.com ;

Gustavo,

Achei mais 2 contatos. O da Presidência da República não sei se ainda está lá. O último contato que ele fez foi em 2012. Mas o fone fixo do setor talvez ainda seja o mesmo.

Presidência da República: M. A. P., email xxxx, fone xxx, Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas;

TCU: M. X., email xxxx, fone xxx ;

Destinatário do e-mail: F. A. T. <xxxxxxxxx@camara.leg.br> Servidor da Câmara dos Deputados

Resposta recebida:

Olá, Gustavo,

Nós aqui da Assessoria não utilizamos os dados abertos mas tem um colega da Comissão de Minas e Energia que utiliza.

O nome dele é A., ramal yyyyy.

O XXX, da Liderança do YYY e o AAA, da Liderança do CCC, também desenvolveram aplicações que utilizam.

Acho que o C. H., aí da CELEG, tem o contato de pessoas de entidades externas que também fazem o uso dessas informações.

Abs

Destinatário do e-mail: A. R. T. Servidor da Câmara dos Deputados

Resposta recebida:

Olá Gustavo,

aqui na Comissão desenvolvemos um aplicativo em Access que lê os dados abertos (pega os projetos e reuniões da Comissão, além dos membros) e através dessas informações criamos as cartas de autoria/relatoria de projetos; e um controle das reuniões/audiências (mandando inclusive os ofícios convite aos convidados).

Acho que o FFF (Ex-CENIN) e que agora está na liderança do GGG consome tb os dados abertos.

Sobre a CHESF, não conheço ninguém lá e nem sei a respeito do uso.

Tenho aqui apenas o telefone de contato de lá: (81) YYYYYYYY.

Espero poder ter lhe ajudado.

Alisson.

Destinatário do e-mail: A. R. M. Servidor da Câmara dos Deputados

Resposta recebida:

Olá Gustavo

desculpe a demora.

Eu uso a parte do SILEG referente aos resultados de votações nas comissões e na parte de proposições apresentadas. Faço semanalmente a consulta do que foi apresentado (mas com certo atraso, não e às terças, quartas e quintas, consulto os aprovados ou rejeitados nas comissões permanentes. Do meu trabalho de triagem

resulta uma lista que é dividida entre os repórteres da Agência e da Rádio Câmara, em sua maioria da Agência, e estes repórteres fazem matérias dos aprovados e dos rejeitados, e também dos apresentados, para cada apresentado, aprovado e rejeitado há matérias sobre o texto original e a cada comissão sobre os pareceres dos relatores e as discussões/votações. Isso significa que sobre uma mesma proposta pode haver várias matérias.

Não sei se é suficiente para sua pesquisa, mas se não for, pode perguntar que eu esclareço

Sobre outros tipos de pesquisa, como por exemplo, dados sobre cotas parlamentares, Orçamento e etc acredito que os repórteres XXXXXX e YYYYYY podem te ajudar. Talvez também o José Carlos Oliveira, da Rádio Câmara

Qualquer coisa, estou à disposição.

Um abraço e boa sorte

Adriana

SEGMENTO ACADEMIA

Destinatário do e-mail: O. A. XXXXXX@fgv.br FGV

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: Radar Parlamentar – L. A. F. L. XXXXXX@gmail.com

Resposta recebida:

Boa tarde Gustavo

Sim, nós utilizamos os dados abertos da Câmara dos Deputados. Realizamos pesquisas através dos WebServices, para obter os dados de todas as votações, afim de

alimentar estes dados ao nosso algoritmo de análise. O resultado é um gráfico de bolhas que reflete as diferenças e similaridades entre partidos ou entre deputados de forma visual. Também realizamos análises de gênero e de temática por partidos.

Um projeto similar de que temos conhecimento é <http://www.atlaspolitico.com.br/mapa-congresso> e acredito que utilizem os mesmos dados.

Um abraço

Destinatário do e-mail: F. - XXXXX@inf.ufrgs.br

Resposta recebida:

Oi Gustavo,
estava viajando e não consegui responder teu email,
estou em um projeto de startup que me faz viajar bastante para o interior e está me tomando todo tempo.

Como foram formulados os requisitos?
Eu fiz de maneira orgânica conversando com colegas e amigos, amigos jornalistas contribuíram bastante. Não fiz um levantamento formal de requisitos.

Conhece outros pesquisadores/universidades que usam também?
conheço os seguintes trabalhos..
<http://estadaodados.com/basometro/>
<http://radarparlamentar.polignu.org/>
<http://www.todasconfiguracoes.com/2013/09/14/ha-partidos-politicos-no-brasil/>
<http://estadaodados.com/coesao/#>

Sabe me dizer quantas pessoas/orgãos estão utilizando a ferramenta?
Não sei dizer, infelizmente não consegui fazer uma publicação boa da ferramenta, apesar de disponível na web,
pois estou 99% do meu tempo focado na minha empresa agora.

Abs

Destinatário do e-mail: J. L. P. M. Servidor da Câmara dos Deputados

Resposta recebida:

Boa tarde, Gustavo.

Sim, fazemos uso dos arquivos disponibilizados na área de dados abertos da Casa.

Esses dados apoiam algumas análises de processos e comparações com outras

informações obtidas de unidades administrativas distintas.

Assim sendo, eles não são tomados como fonte única de informações.

Outro uso que posso apontar, e que imagino que lhe interessa nesse levantamento, é para fins acadêmicos. Alguns temas que eu e meus orientandos do Mestrado pesquisamos tratam sobre a produção legislativa. Uma vez mais, as informações são cotizadas e cruzadas com as providas por outras fontes da Casa.

Espero ter respondido suas perguntas. E desejo sucesso em seu trabalho de pesquisa.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXX, PhD, CISA, CGEIT, CRISC, CISM

Destinatário do e-mail: A. T. B. Servidor da Câmara dos Deputados

Resposta recebida:

Olá, Gustavo,

Já usei em várias situações, principalmente para levantamentos utilizados para a redação de artigos.

Abç,

Antonio

Destinatário do e-mail: C. B. B. Servidora da Câmara dos Deputados

Resposta recebida:

Oi, Gustavo!

Desculpe não ter respondido antes, essa semana tá meio doida por aqui...

Eu, pessoalmente, não utilizo essa sessão.

Mas tenho um amigo jornalista que provavelmente utiliza.

Procura por ele no facebook: M. S. Ele é ex-jornalista da Folha, e pesquisa dados, faz jornalismo investigativo.

Acho que pode te ajudar.

Abraço!

Cris

Destinatário do e-mail: M. R. R. Servidora da Câmara dos Deputados

Resposta recebida:

Oi, Gustavo!

Não temos usado os dados abertos por agora, mas imagino que seja muito utilizado por jornalistas em geral, que precisam de informações todos os dias. O pessoal da SECOM que cuida da pauta tb usa muito. Entre em contato com A. R. (ela não está mais na pauta, mas ficou muito tempo lá), que ela talvez possa te ajudar. O email dela é XXXXXXX@camara.leg.br. Pode falar que vc é nosso aluno. Qq coisa me fale.

Abs!

Malena

Destinatário do e-mail: R. J. B. Servidor da Câmara dos Deputados

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: F. P. S. Servidor da Câmara dos Deputados

Resposta recebida:

Olá Gustavo,

Sou professor das disciplinas Métodos Inferenciais 1 e 2, no Mestrado Profissional em Processo Legislativo, e utilizo as bases apenas para propor exercícios em sala de aula.

Não conheço outras pessoas que façam uso dessas bases.

Cordialmente,

Destinatário do e-mail: <http://qmrepresenta.com.br/> - qmrepresenta@gmail.com

Resposta recebida:

Boa noite Gustavo.

Nós utilizamos os dados disponibilizados pelo site da Câmara.

Utilizamos os dados das sessões parlamentares e das votações. No final a gente queria saber qual a votação de cada deputado nos temas votados neste ano.

Estes dados foram utilizados tanto no Quem me Representa quanto no House of Cunha, ambos criado no Laboratório Analytics da UFCG.

Mais alguma dúvida?

Destinatário do e-mail: <http://www.centroestudoslegislativos.com.br/> celufmg@gmail.com

Resposta recebida:

Olá Gustavo,

Desculpe a demora em responder.

Os pesquisadores do CEL utilizam frequentemente os dados abertos da Câmara dos Deputados como fonte de informação. O acesso se dá, sobretudo, para a construção de bancos de dados que envolvem uma quantidade grande de informações relativas a proposições, comissões, votações, etc. Um exemplo de utilização recente foi a criação de um banco com todas as votações nominais no período de 1994 a 2015. A coleta das informações é feita com o software R, através da técnica de *webscraping*.

Sobre outras pessoas/orgãos de governo/ongs/universidades que fazem uso, indico algumas ferramentas online de monitoramento do legislativo que provavelmente devem fazer uso dos dados abertos. Por exemplo: <http://meucongressonacional.com/> ; <http://qmrepresenta.com.br/> ; <http://estadaodados.co>

m/basometro/;

Além desses, um colega da FGV, Leonardo Barone, criou recentemente um pacote para o software R que facilita a coleta no site dos dados abertos da Câmara: <https://github.com/leobarone/bRasilLegis>

Se precisar mais alguma informação estamos a disposição.

Att,

CEL - DCP/UFMG

facebook.com/celufmg

www.centroestudoslegislativos.com.br

Destinatário do e-mail: A. F. <XXXXXXXX@gmail.com>

Resposta recebida:

Seguem as respostas.

Você poderia fazer uma descrição do uso que você faz? Se possível, informe a url para seu trabalho.

Uso rotineiramente os dados abertos da Câmara, uso ainda outras informações no site que não constam nos dados abertos.

O uso dos dados é acadêmico, sou professora do Departamento de Ciência Política da UNICAMP, e trabalho desde a iniciação científica, a cerca de 15, na área de estudos legislativos.

Meu foco principal hoje é entender o funcionamento da coalizão. Para isso me valho da produção legislativa e dados de votação nominal. Essa informação é complementada com dados referente a emendas parlamentares as proposições, bem como com informações relativa a relatoria dos projetos e seus respectivos pareceres.

No site é possível ver parte do trabalho que executamos com o acesso aos dados. <http://neci.fflch.usp.br/>

Conhece outras pessoas/orgãos de governo/ongs/universidades que usa também?

Diversos pesquisadores utilizam-se desses dados. No núcleo ao qual sou filiada, quase todos os alunos e professores tem nesses dados a base de suas pesquisas.

Para além deles, em quase todos os departamentos de ciência política do Brasil, existem especialistas em estudos legislativos, para citar alguns, Lucio Renno da UnB, Magna Inácio da UFMG, Argelina Figueiredo e Fabiano Santos do IESP. Para além desses pesquisadores que coordenam as pesquisas de seus centros, temos também diversos alunos de iniciação científica, mestrado e doutorado que utilizam esses dados.

Departamento de Ciência Política do IFCH-UNICAMP

Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais - NECI

Resposta 2:

Pode contar comigo sim, e pode contar também com o pessoal que trabalha comigo no NECI.

Os dados abertos da Câmara são fundamentais para o nosso trabalho e é importante que o trabalho do pessoal da Câmara receba o destaque que merece. Eles têm contribuído enormemente não só para aumentar a transparência no processo decisório como um todo para sociedade, como tem também contribuído para aumentar a qualidade dos trabalhos da ciência política.

Abraços

Destinatário do e-mail: T. P. <XXXXXXXXX@gmail.com>

Resposta recebida:

Olá,

Eu utilizo os discursos dos deputados. No meu doutorado estou desenvolvendo um algoritmo capaz de extrair os tópicos (assuntos) automaticamente de uma grande coleção de documentos textuais. Infelizmente o sistema que foi desenvolvido no hackathon não está mais no ar. Agora apenas faço experimentos para avaliar medidas de qualidade dos tópicos.

Não conheço ninguém que também trabalhe com esses dados.

Att.

Doutorando ICMC-USP

Destinatário do e-mail: H. S. <XXXXXXXXX@gmail.com>

Resposta recebida:

Você poderia fazer uma descrição do uso que você faz? Se possível, informe a url para seu trabalho.

Sim, faço parte de um projeto que utiliza os dados abertos da Câmara dos Deputados. Por meio do Webservice disponibilizado, obtemos todos os dados disponíveis das votações de deputados(as). A partir daí armazenamos as votações em vetores e fazemos um PCA (análise de componentes principais), uma técnica exploratória de análise que reduz as dimensões de análise.

Num gráfico bidimensional plotamos as duas dimensões mais representativas do fenômeno observado: as votações parlamentares.

Desta maneira, cada partido ou deputado é um ponto localizado nesse ambiente bidimensional e, ao plotá-los juntos, observamos quem vota mais parecido (quem fica próximo no gráfico) com quem, e quem vota mais diferente (quem fica mais distante) de quem. Entendemos que dar forma visual aos dados pode agregar mais significado a eles, e achamos que o gráfico que produzimos ajuda o(a) cidadão(ã) a aprofundar sua análise política.

Ademais, realizamos visualizações por gênero, o que mostra graficamente aquilo que já sabemos: a câmara é dominada por homens.

Link do projeto: <http://radarparlamentar.polignu.org/>

Conhece outras pessoas/orgãos de governo/ongs/universidades que usa também?

Projetos que acredito que também usam esses dados:

<http://www.atlaspolitico.com.br/mapa-congresso>

<http://meucongressonacional.com/>

<http://www.donamaria.net.br/>

<http://minhavoiz.com/>

Destinatário do e-mail: D. M. <XXXXXXXXX@gmail.com>

Resposta recebida:

Você poderia fazer uma descrição do uso que você faz? Se possível, informe a url para seu trabalho.

Utilizo os dados dos discursos proferidos pelos Deputados Federais para minha pesquisa de doutorado. Em 2013, em equipe, desenvolvi o aplicativo Retórica Parlamentar.

Conhece outras pessoas/orgãos de governo/ongs/universidades que usa também?

O projeto Radar Parlamentar, o NECI/CEBRAP/DCP-USP também utilizam os dados abertos.

Destinatário do e-mail: M. M. <XXXXXXXXXX@gmail.com>

Resposta recebida:

Política esporte clube - politicaesportoclube.com
Vida Política - vidapolitica.info

Destinatário do e-mail: Albert Meijer a.j.meijer@uu.nl

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: Fabiano Santos fsantos@iesp.uerj.br

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: Argelina argelina@iesp.uerj.br

Resposta recebida:

Destinatário do e-mail: lucioorenno@unb.br

Resposta recebida:

APÊNDICE C – Formulação do questionário e respostas obtidas

A estruturação do questionário foi realizada com foco em responder aos objetivos específicos desta dissertação. A primeira versão do questionário foi formulada tem como referência apenas a revisão de literatura deste trabalho. Num segundo momento, após a identificação dos usuários e análise das respostas espontâneas, começamos a estruturação do questionário. Através das respostas espontâneas identificamos cinco grandes áreas de interesse dos usuários: acompanhamento legislativo, como votam os parlamentares, comportamento de

partidos e parlamentares em coalizões, doações de empresas para campanhas e a relação destas com os parlamentares durante mandato e análise de gênero.

A tabela 1 mostra as principais expressões utilizadas pelos usuários nas respostas espontâneas. Em uma análise preliminar percebemos que usuários do segmento governo se interessam essencialmente no acompanhamento legislativo, enquanto usuários dos segmentos empresa, academia e sociedade possuem interesses em todas as grandes áreas descritas.

Por fim, o questionário foi validado com outros similares realizados em estudos sobre o tema transparência (Entrevistas, 2010), com especialistas do Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOP) e com alguns dos usuários identificados.

Tabela 1. Principais expressões utilizadas pelos usuários nas respostas espontâneas

Principais expressões utilizadas pelos respondentes
Resultado das votações
Acompanhamento legislativo
Dados de parlamentares, proposições e cotas
Análise de gênero
Votações nominais de 1994 a 2015
Serviço não satisfatório
Doações de campanhas
Similaridades entre Partidos e entre Parlamentares
Melhorar a transparência no processo decisório como um todo para a sociedade
Melhorar a qualidade dos trabalhos acadêmicos
Discursos dos deputados
Funcionamento da coalizão
Informações do site que não estão em formato de dados abertos
Sislegis - pauta da semana
Falta de investimento - app descontinuada
Acompanhamento de proposições de interesse
Agenda dos parlamentares
Ligações externas (respostas da área administrativa)
Movimentação parlamentar na casa e nas comissões
Matérias da Agência e Rádio Câmara sobre os aprovados e rejeitados
Cruzamento de dados com outras fontes
Ideia de que jornalistas em geral utilizam os dados abertos
Sessões parlamentares, votações, temas
Proposições, comissões, votações
Especial lava-jato

Fonte: próprio autor.

A tabela 2 apresenta o questionário que foi aplicado.

Tabela 2. Questionário aplicado aos usuários de dados abertos da Câmara dos Deputados

<p>Diagnóstico da demanda por dados abertos da Câmara dos Deputados</p> <p>Este instrumento tem a intenção de verificar quem utiliza dados abertos da Câmara dos Deputados e como esse uso melhora a transparência na Casa. As respostas serão utilizadas para a melhoria da qualidade das informações disponibilizadas e para criar uma rede de</p>
--

colaboração(ecossistema) em torno delas.

Mestrando: Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel

Cargo: Analista de Informática Legislativa na Câmara dos Deputados.

E-mail: gwarzocha@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Ferri Soares de Faria

Cargo: Diretor do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados

Neste instrumento, consideramos o termo "produto do seu trabalho" como os resultados obtidos com a manipulação direta de dados abertos da Câmara dos Deputados. Como exemplos de tipos de "produtos de trabalho" temos: aplicativo mobile (para celular, tablet etc), sistema web (Portal Internet, aplicação com arquitetura web etc), publicação acadêmica (artigos, livros etc), reportagens (publicadas em portais internet, jornais, revistas, rádio, televisão) etc.

Bem vindo à pesquisa sobre a demanda por dados abertos da Câmara dos Deputados.

Há 43 perguntas neste questionário

Pesquisa sobre a demanda por dados abertos da Câmara dos Deputados

[]1- Qual o principal tipo de produto do seu trabalho com os dados abertos da Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Aplicativo mobile (celular, tablet etc).

Sistema web (Portal Internet, aplicação com arquitetura web etc) Publicação acadêmica (artigos, livros etc). Publicação acadêmica (artigos, livros etc).

Reportagens (Publicadas em: Portais Internet, Jornais, Revistas, Rádio, Televisão)). Outros
Outros

[]2- Com que frequência o produto do seu trabalho faz uso dos dados abertos da Câmara dos Deputados? (<http://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos>) *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

[]3- O produto do seu trabalho tem a intenção de auxiliar os eleitores a “votar melhor” nas

próximas eleições? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

[]4- O produto do seu trabalho tem a intenção de facilitar o acompanhamento das proposições/projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

[]5- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação ao comportamento de Partidos/Parlamentares nas coalizões, ou seja, como Partidos e Parlamentares se alinham para votar determinado tema/projeto de lei? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

[]6- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação às doações de empresas para campanha política? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

[]7- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência da influência de empresas em relação aos votos dos(as) parlamentares em projetos de lei durante o mandato? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.
Nunca.

[]8- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação à atuação das Parlamentares MULHERES na Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.
Na maior parte das vezes.
Na menor parte das vezes.
Nunca.

[]9- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação ao processo de escolha do Presidente da Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.
Na maior parte das vezes.
Na menor parte das vezes.
Nunca.

(transparência em relação a candidaturas e votos nas eleições, informação e facilitação de debates públicos sobre os candidatos etc)

[]10- O produto do seu trabalho melhora a transparência na Câmara dos Deputados, auxiliando a sociedade a entender: *

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

Como os(as) deputados(as) tomam suas decisões nas votações realizadas na Câmara dos Deputados.
Como os(as) deputados(as) gastam o dinheiro que recebem através das cotas parlamentares.
As atividades realizadas pelos(as) deputados(as).
O papel do Legislativo.
O funcionamento da Câmara dos Deputados.
O funcionamento do processo legislativo (como tramitam os projetos de lei).
Outros:
Pode ser marcada mais de uma opção.

[]11- Quantas pessoas fazem uso do produto do seu trabalho com os dados abertos? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Até 100 pessoas.
De 101 a 1000 pessoas.
Mais de 1000 pessoas.

Não se aplica.

Não sei.

[]12- Em média, com que frequência as pessoas fazem uso do produto do seu trabalho com os dados abertos? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Diariamente.

Semanalmente.

Mensalmente.

Esporadicamente.

Não se aplica.

Não sei.

[]13- O produto do seu trabalho exerce alguma influência nas votações dos(as) parlamentares nos projetos de lei? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Muita influência.

Pouca influência.

Nenhuma influência.

Não sei.

[]14- Você recebe feedback/respostas dos(as) parlamentares da Câmara dos Deputados quando solicita? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

Nunca fizemos contato.

[]15- Você recebe feedback/respostas de servidores(as) da Câmara dos Deputados quando solicita? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

Nunca fizemos contato.

16- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com o Portal E-democracia da Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

(<http://edemocracia.camara.gov.br/>)

17- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com a Rede Legislativa de Comunicação? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

(<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/rede-legislativa-radio-tv>)

18- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com outros canais de comunicação da Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

(Bate-papos, Fale com a ouvidoria, Fale com o Deputado, Fale conosco, Enquetes etc)

19- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com outros trabalhos similares? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

20- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com às redes sociais digitais (Twitter, Facebook etc)? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

[]21- É fácil utilizar os dados abertos da Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

[]22- Você confia na qualidade dos dados abertos da Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

(Responder "Sempre" caso os dados estejam sempre livres de erros e inconsistências)

[]23- Os dados disponibilizados na seção de dados abertos da Câmara dos Deputados são suficientes para obter o produto do seu trabalho? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sempre.

Na maior parte das vezes.

Na menor parte das vezes.

Nunca.

(Responder "Sempre" caso não precise utilizar dados de outras seções do Portal Internet da Câmara ou solicitar informações adicionais para Câmara dos Deputados)

[]24- Os dados disponibilizados na seção de dados abertos contribuem para a melhoria da transparência da Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sim.

Não.

[]25- Os dados disponibilizados na seção de dados abertos contribuem para diminuir a burocracia no acesso às informações da Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Sim.

Não.

[]26- Você realiza cruzamento dos dados da Câmara dos Deputados com bases de dados de outros órgãos de governo? *

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Senado Federal.

Presidência da República.

Casas legislativas estaduais e/ou municipais.

Receita Federal.

Ministério da Justiça.

Tribunal de Contas da União (TCU).

Controladoria Geral da União (CGU).

Não realiza cruzamento com outras bases de dados.

Outros:

Pode ser marcada mais de uma opção

[]27- Você recebe colaboração para o trabalho com os dados abertos? *

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

Sociedade.

Governo.

Empresas.

Academia.

Não recebo nenhuma colaboração.

Outros:

Pode ser marcada mais de uma opção. (Considerar qualquer tipo de colaboração: financeira, laboral, consultas etc)

[]28- Em caso de disponibilização de serviços para outras pessoas, quem colabora na definição dos serviços que serão disponibilizados? *

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

Ativistas (hacktivistas, ativistas sociais etc).

Organizações não-governamentais (ONGs).

Pesquisadores (cientistas políticos, sociólogos, cientistas da computação etc).

Imprensa (jornalistas, repórteres etc).

Servidores públicos.

Ninguém colabora.

Outros:

Pode ser marcada mais de uma opção

29- Quais canais de comunicação seu trabalho utiliza? *

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

Internet (portal, redes sociais digitais, blogs, wikis).

Telefonia (aplicativos para celular etc).

Rádio.

Televisão.

Jornais.

Revistas.

Outros:

Pode ser marcada mais de uma opção

30- Qual a principal fonte de recursos financeiros do seu trabalho com dados abertos da Câmara? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Recursos pessoais.

Governo.

Academia (Universidades, CNPQ etc).

Instituição internacional (Banco mundial etc).

Negócio próprio (empresa, startup etc).

Mercado (empresas privadas).

Crowdfunding.

Outros

31- Em quais das categorias abaixo você enquadraria o produto do seu trabalho com os dados abertos da Câmara dos Deputados? *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Governo (Projetos dentro de um órgão de governo. Exemplo: Ministério de Justiça, Eletronorte, Lideranças da Câmara dos Deputados etc

Sociedade (Projetos individuais, vinculados a ONGs, pequenos grupos de cidadãos etc).

Academia (Produto do trabalho vinculado a universidades ou institutos de pesquisa. Exemplo: pesquisador, bolsista CNPQ, etc).

Mercado (Produto do trabalho desenvolvido por empresa privada, startups etc).

Por gentileza, poderia preencher as informações a seguir.

Estado *

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Acre (AC)
Alagoas (AL)
Amapá (AP)
Amazonas (AM)
Bahia (BA)
Ceará (CE)
Distrito Federal (DF)
Espírito Santo (ES)
Goiás (GO)
Maranhão (MA)
Mato Grosso (MT)
Mato Grosso do Sul (MS)
Minas Gerais (MG)
Pará (PA)
Paraíba (PB)
Paraná (PR)
Pernambuco (PE)
Piauí (PI)
Rio de Janeiro (RJ)
Rio Grande do Norte (RN)
Rio Grande do Sul (RS)
Rondônia (RO)
Roraima (RR)
Santa Catarina (SC)
São Paulo (SP)
Sergipe (SE)
Tocantins (TO)
Outros Outros

Faixa etária

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Até 26 anos.
De 27 a 39 anos.
De 40 a 56 anos.
Acima de 56 anos.

Gênero

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Masculino.
Feminino.
Outros

Escolaridade

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Nível fundamental incompleto.

Nível fundamental completo.

Nível médio incompleto.

Nível médio completo.

Nível superior incompleto.

Nível superior completo.

Pós-graduação incompleta (Especialização, Mestrado, Doutorado).

Pós-graduação completa (Especialização, Mestrado, Doutorado).

36- Principal área de atuação profissional

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Ciências humanas (Sociologia, Ciência política, Filosofia, Comunicação, Jornalismo, Administração etc).

Ciências exatas (Computação, Matemática, Estatística etc).

Ciências biológicas (Ecologia, Biotecnologia etc).

Outros

37- Onde trabalha?

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

Órgão de governo.

Pesquisador(a) (universidades, centro de estudos etc).

Organização não-governamental.

Imprensa (TV, jornal, revista etc).

Empresa privada.

Negócio próprio (startups etc).

Não trabalha no momento.

Outros

Mais informações sobre os trabalhos realizados com dados abertos da Câmara dos Deputados

38- Caso queira ser incluído(a) na rede de colaboração (ecossistema) que será criada em torno dos dados abertos da Câmara dos Deputados coloque seu e-mail aqui.

Por favor, coloque sua resposta aqui:

39- Caso queira descrever melhor o seu trabalho (modelo de negócio, colaboradores, resultados etc), informe abaixo:

Por favor, coloque sua resposta aqui:

[]40- Use o espaço abaixo caso queira deixar sugestões para a melhoria da transparência na Câmara dos Deputados (dados que poderiam ser incluídos na seção de dados abertos, serviços adicionais, api mais moderna, fomento a projetos colaborativos etc).

Por favor, coloque sua resposta aqui:

[]Muito obrigado por sua colaboração. Em breve compartilharemos os resultados alcançados.

Fonte: próprio autor.

Tabela 3. Respostas obtidas no questionário

Número de registros nesta consulta:	92	
Total de registros no questionário:	92	
Porcentagem do total:	100,00%	
1- Qual o principal tipo de produto do seu trabalho com os dados abertos da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Aplicativo mobile (celular, tablet etc).	9	9,78%
Sistema web (Portal Internet, aplicação com arquitetura web etc).	38	41,30%
Publicação acadêmica (artigos, livros etc).	26	28,26%
Reportagens (Publicadas em: Portais Internet, Jornais, Revistas, Rádio, Televisão)).	6	6,52%
Outros	13	14,13%
Sistema Cliente/Servidor		
Aplicativo Desktop Access		
Planilhas e Banco de Dados		
Informações Legislativas e Notícias		
Acompanhamento interno das proposições de interesse do TCU		
Protótipo não concluído		
Publicação acadêmica e reportagens em proporções muito semelhantes		
Pesquisa para o Ministério da Justiça		
Relatórios profissionais		
Eventos para a comunidade hacker		
Jogo de Cartas		
2- Com que frequência o produto do seu trabalho faz uso dos dados abertos da Câmara dos Deputados? (http://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos)		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	38	41,30%
Na maior parte das vezes.	26	28,26%
Na menor parte das vezes.	23	25,00%
Nunca.	5	5,43%

3- O produto do seu trabalho tem a intenção de auxiliar os eleitores a “votar melhor” nas próximas eleições?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	25	27,17%
Na maior parte das vezes.	23	25,00%
Na menor parte das vezes.	21	22,83%
Nunca.	23	25,00%

4- O produto do seu trabalho tem a intenção de facilitar o acompanhamento das proposições/projetos de lei que tramitam na Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	34	36,96%
Na maior parte das vezes.	29	31,52%
Na menor parte das vezes.	13	14,13%
Nunca.	16	17,39%

5- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação ao comportamento de Partidos/Parlamentares nas coalizões, ou seja, como Partidos e Parlamentares se alinham para votar determinado tema/projeto de lei?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	35	38,04%
Na maior parte das vezes.	24	26,09%
Na menor parte das vezes.	15	16,30%
Nunca.	18	19,57%

6- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação às doações de empresas para campanha política?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	21	22,83%
Na maior parte das vezes.	13	14,13%
Na menor parte das vezes.	12	13,04%
Nunca.	46	50,00%

7- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência da influência de empresas em relação aos votos dos(as) parlamentares em projetos de lei durante o mandato?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	19	20,65%
Na maior parte das vezes.	16	17,39%
Na menor parte das vezes.	20	21,74%
Nunca.	37	40,22%

8- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação à atuação das Parlamentares MULHERES na Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	13	14,13%
Na maior parte das vezes.	16	17,39%
Na menor parte das vezes.	23	25,00%
Nunca.	40	43,48%

9- O produto do seu trabalho tem a intenção de melhorar a transparência em relação ao processo de escolha do Presidente da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	13	14,13%
Na maior parte das vezes.	12	13,04%
Na menor parte das vezes.	16	17,39%
Nunca.	51	55,43%

10- O produto do seu trabalho melhora a transparência na Câmara dos Deputados, auxiliando a sociedade a entender:		
	Quantidade	Porcentagem
Como os(as) deputados(as) tomam suas decisões nas votações realizadas na Câmara dos Deputados.	50	54,35%
Como os(as) deputados(as) gastam o dinheiro que recebem através das cotas parlamentares.	26	28,26%
As atividades realizadas pelos(as) deputados(as).	57	61,96%
O papel do Legislativo.	33	35,87%
O funcionamento da Câmara dos Deputados.	36	39,13%
O funcionamento do processo legislativo (como tramitam os projetos de lei).	34	36,96%
Outros	8	8,70%
O produto não se destina à sociedade, mas a público interno à Câmara.		
Quais os temas enfatizados pelos deputados federais em seus pronunciamentos.		
Quando os deputados mudam de posicionamento, votando como governo ou oposição.		
As posições defendidas por cada deputado.		
Posicionamento da votação dos deputados confrontado com a votação dos usuários.		
Implicações de um projeto de lei.		
Papel da Oposição.		
O passado político de cada deputado.		

11- Quantas pessoas fazem uso do produto do seu trabalho com os dados abertos?		
	Quantidade	Porcentagem
Até 100 pessoas.	25	27,17%
De 101 a 1000 pessoas.	15	16,30%
Mais de 1000 pessoas.	15	16,30%
Não se aplica.	13	14,13%
Não sei.	24	26,09%

12- Em média, com que frequência as pessoas fazem uso do produto do seu trabalho com os dados abertos?		
	Quantidade	Porcentagem
Diariamente.	25	27,17%
Semanalmente.	8	8,70%
Mensalmente.	5	5,43%
Esporadicamente.	16	17,39%
Não se aplica.	9	9,78%
Não sei.	29	31,52%

13- O produto do seu trabalho exerce alguma influência nas votações dos(as) parlamentares nos projetos de lei?		
	Quantidade	Porcentagem
Muita influência.	5	5,43%
Pouca influência.	16	17,39%
Nenhuma influência.	29	31,52%
Não sei.	42	45,65%

14- Você recebe feedback/respostas dos(as) parlamentares da Câmara dos Deputados quando solicita?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	3	3,26%
Na maior parte das vezes.	12	13,04%
Na menor parte das vezes.	15	16,30%
Nunca.	10	10,87%
Nunca fizemos contato.	52	56,52%

15- Você recebe feedback/respostas de servidores(as) da Câmara dos Deputados quando solicita?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	17	18,48%
Na maior parte das vezes.	27	29,35%
Na menor parte das vezes.	16	17,39%
Nunca.	5	5,43%
Nunca fizemos contato.	27	29,35%

16- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com o Portal E-democracia da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	4	4,35%
Na maior parte das vezes.	5	5,43%
Na menor parte das vezes.	24	26,09%
Nunca.	59	64,13%

17- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com a Rede Legislativa de Comunicação?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	2	2,17%
Na maior parte das vezes.	6	6,52%
Na menor parte das vezes.	14	15,22%
Nunca.	70	76,09%

18- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com outros canais de comunicação da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	4	4,35%
Na maior parte das vezes.	11	11,96%
Na menor parte das vezes.	17	18,48%
Nunca.	60	65,22%

19- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com outros trabalhos similares?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	11	11,96%
Na maior parte das vezes.	18	19,57%
Na menor parte das vezes.	23	25,00%
Nunca.	40	43,48%

20- O produto do seu trabalho realiza qualquer tipo de interação ("se conecta") com às redes sociais digitais (Twitter, Facebook etc)?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	19	20,65%
Na maior parte das vezes.	16	17,39%
Na menor parte das vezes.	22	23,91%
Nunca.	35	38,04%

21- É fácil utilizar os dados abertos da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	5	5,43%
Na maior parte das vezes.	44	47,83%
Na menor parte das vezes.	37	40,22%
Nunca.	6	6,52%

22- Você confia na qualidade dos dados abertos da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	11	11,96%
Na maior parte das vezes.	65	70,65%
Na menor parte das vezes.	13	14,13%
Nunca.	3	3,26%

23- Os dados disponibilizados na seção de dados abertos da Câmara dos Deputados são suficientes para obter o produto do seu trabalho?		
	Quantidade	Porcentagem
Sempre.	10	10,87%
Na maior parte das vezes.	41	44,57%
Na menor parte das vezes.	32	34,78%
Nunca.	9	9,78%

24- Os dados disponibilizados na seção de dados abertos contribuem para a melhoria da transparência da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sim.	90	97,83%
Não.	2	2,17%

25- Os dados disponibilizados na seção de dados abertos contribuem para diminuir a burocracia no acesso às informações da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Sim.	83	90,22%
Não.	9	9,78%

26- Você realiza cruzamento dos dados da Câmara dos Deputados com bases de dados de outros órgãos de governo?		
	Quantidade	Porcentagem
Tribunal Superior Eleitoral (TSE).	32	34,78%
Senado Federal.	31	33,70%
Presidência da República.	19	20,65%
Casas legislativas estaduais e/ou municipais.	12	13,04%
Receita Federal.	11	11,96%
Ministério da Justiça.	7	7,61%
Tribunal de Contas da União (TCU).	10	10,87%
Controladoria Geral da União (CGU).	10	10,87%
Não realiza cruzamento com outras bases de dados.	39	42,39%
Outros	7	7,61%
Imprensa Nacional		
IBGE		
DIAP		
IBGE		
Realizo raramente		
IBGE		
Pesquisas de Opinião Pública		

27- Você recebe colaboração para o trabalho com os dados abertos?		
	Quantidade	Porcentagem
Sociedade.	25	27,17%
Governo.	18	19,57%
Empresas.	10	10,87%
Academia.	31	33,70%
Não recebo nenhuma colaboração.	35	38,04%
Outros	3	3,26%
Chefe de área		
Câmara e Senado		
Comunidade		

28- Em caso de disponibilização de serviços para outras pessoas, quem colabora na definição dos serviços que serão disponibilizados?		
	Quantidade	Porcentagem
Ativistas (hacktivistas, ativistas sociais etc).	25	27,17%
Organizações não-governamentais (ONGs).	14	15,22%
Pesquisadores (cientistas políticos, sociólogos, cientistas da computação etc).	38	41,30%
Imprensa (jornalistas, repórteres etc).	19	20,65%
Servidores públicos.	22	23,91%
Ninguém colabora.	25	27,17%
Outros	3	3,26%
Empresas		
Não entendi a pergunta		
CONTABILIDADE		

29- Quais canais de comunicação seu trabalho utiliza?		
	Quantidade	Porcentagem
Internet (portal, redes sociais digitais, blogs, wikis).	82	89,13%
Telefonia (aplicativos para celular etc).	8	8,70%
Rádio.	8	8,70%
Televisão.	5	5,43%
Jornais.	16	17,39%
Revistas.	13	14,13%
Outros	10	10,87%
O próprio sistema		
Email e impressão		
Canais ligados a academia		
Resposta na		
Artigos científicos		
Artigos científicos		
Nenhum		
Livros		
Normas Legais		
CONTABILIDADE		

30- Qual a principal fonte de recursos financeiros do seu trabalho com dados abertos da Câmara?		
	Quantidade	Porcentagem
Recursos pessoais.	37	40,22%
Governo.	17	18,48%
Academia (Universidades, CNPQ etc).	21	22,83%
Instituição internacional (Banco mundial etc).	4	4,35%
Negócio próprio (empresa, startup etc).	5	5,43%
Mercado (empresas privadas).	3	3,26%
Crowdfunding.	0	0,00%
Outros	5	5,43%
Câmara dos Deputados		
Empresa		
ESCRITORIO		
Associação dos Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo		

31- Em quais das categorias abaixo você enquadraria o produto do seu trabalho com os dados abertos da Câmara dos Deputados?		
	Quantidade	Porcentagem
Governo (Projetos dentro de um órgão de governo. Exemplo: Ministério de Justiça, Eletronorte, Lideranças da Câmara dos Deputados etc).	23	25,00%
Sociedade (Projetos individuais, vinculados a ONGs, pequenos grupos de cidadãos etc).	32	34,78%
Academia (Produto do trabalho vinculado a universidades ou institutos de pesquisa. Exemplo: pesquisador, bolsista CNPQ, etc).	29	31,52%
Mercado (Produto do trabalho desenvolvido por empresa privada, startups etc).	8	8,70%

Estado		
	Quantidade	Porcentagem
Ceará (CE)	2	2,17%
Distrito Federal (DF)	33	35,87%
Goiás (GO)	4	4,35%
Minas Gerais (MG)	3	3,26%
Paraba (PB)	3	3,26%
Paraná (PR)	2	2,17%
Pernambuco (PE)	1	1,09%
Rio de Janeiro (RJ)	6	6,52%
Rio Grande do Norte (RN)	1	1,09%
Rio Grande do Sul (RS)	3	3,26%
Santa Catarina (SC)	1	1,09%
São Paulo (SP)	31	33,70%
Outros	2	2,17%
EUA		
Exterior		

Faixa etária		
	Quantidade	Porcentagem
Até 26 anos.	16	17,39%
De 27 a 39 anos.	51	55,43%
De 40 a 56 anos.	22	23,91%
Acima de 56 anos.	3	3,26%

Gênero		
	Quantidade	Porcentagem
Masculino.	72	78,26%
Feminino.	20	21,74%

Escolaridade		
	Quantidade	Porcentagem
Nível fundamental incompleto.	0	0,00%
Nível fundamental completo.	0	0,00%
Nível médio incompleto.	0	0,00%
Nível médio completo.	1	1,09%
Nível superior incompleto.	6	6,52%
Nível superior completo.	13	14,13%
Pós-graduação incompleta (Especialização, Mestrado, Doutorado).	14	15,22%
Pós-graduação completa (Especialização, Mestrado, Doutorado).	58	63,04%

36- Principal área de atuação profissional		
	Quantidade	Porcentagem
Ciências humanas (Sociologia, Ciência política, Filosofia, Comunicação, Jornalismo, Administração etc).	43	46,74%
Ciências exatas (Computação, Matemática, Estatística etc).	43	46,74%
Ciências biológicas (Ecologia, Biotecnologia etc).	2	2,17%
Sem resposta	3	3,26%
Outros	1	1,09%
CONTABILIDADE		

37- Onde trabalha?		
	Quantidade	Porcentagem
Órgão de governo.	31	33,70%
Pesquisador(a) (universidades, centro de estudos etc).	26	28,26%
Organização não-governamental.	3	3,26%
Imprensa (TV, jornal, revista etc).	2	2,17%
Empresa privada.	15	16,30%
Negócio próprio (startups etc).	9	9,78%
Não trabalha no momento.	5	5,43%
Outros	1	1,09%
Estudante de doutorado		

38- Caso queira ser incluído(a) na rede de colaboração (ecossistema) que será criada em torno dos dados abertos da Câmara dos Deputados coloque seu e-mail aqui.		
Resposta	58	63,04%
Sem resposta	34	36,96%

39- Caso queira descrever melhor o seu trabalho (modelo de negócio, colaboradores, resultados etc), informe abaixo:		
Resposta	26	28,26%
Sem resposta	66	71,74%

Descrição dos trabalhos
Utilizo os dados abertos para alimentar um sistema interno da Liderança com dados de Deputados, Comissões e Proposições. Este sistema é utilizado pelas assessorias para acompanhamento de pauta e tramitação de proposições entre outras coisas.
Criação de um aplicativo que auxilia o trabalho interno das Comissões (Audiências Públicas, Reuniões, Pedidos de Relatorias, Despachos para Deputados a respeito de proposições Autor e Relator).
O trabalho que desenvolvo é um projeto pessoal. Um app que disponibiliza informações obtidas de várias fontes, principalmente dos dados abertos da Câmara. Já foram realizados mais de 10.000 downloads.

www.dadosabertosbr.com
Sou um dos criadores do projeto Retórica Parlamentar. Minha tese de doutorado no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo versa sobre os temas mais enfatizados pelos Deputados Federais em seus pronunciamentos. O campo de análise automatizada de discursos é extremamente frutífero para a ciência política, sendo hoje uma fronteira na área. A tese está em estágio final de conclusão e seus resultados serão amplamente divulgados.
Vida política e Política Esporte clube.
Nosso sistema utiliza os dados abertos da Câmara e do Senado para acompanhamento das proposições de interesse do TCU.
Um projeto desenvolvido no hackathon da câmara dos deputados, no qual uma ferramenta online foi desenvolvida com objetivo de analisar todos os discursos parlamentares e analisar os principais tópicos abordados. O usuário pode realizar buscas por temas e/ou deputados e verificar as relações entre esses.
Dissertação de mestrado onde desenvolvo um modelo estatístico para detectar quando um deputado(a) está mudando de posicionamento (governo/oposição) a partir de seu padrão de votações. Está disponível em https://www.academia.edu/16743476/Um_modelo_para_a_detec%C3%A7%C3%A3o_das_mudan%C3%A7as_de_posicionamento_dos_deputados_federais .
É o Radar Parlamentar, que faz análises matemáticas sobre o comportamento de votos dos parlamentares. Os principais contribuidores são voluntários, por um tempo tivemos apoio da UnB por meio de disciplinas nas quais os alunos colaboravam com o Radar. Para manter o servidor inicialmente usávamos nosso próprio dinheiro, depois já tivemos servidores cedidos por uma empresa e pela USP. Nossa única fonte de receita até agora foi o dinheiro já ganho em hackathons passados.
Análise das questões de gênero nas notícias da Agência Câmara.
Mexo com dados abertos governamentais com frequência, mas, que eu me lembre, só usei os da Câmara uma vez: na primeira Hackathona que fizeram.
Ajudei o pessoal do Radar Parlamentar a desenvolver a análise de Gênero: http://radarparlamentar.polignu.org/genero/
Meu trabalho é acadêmico, sou professora e pesquisadora do Departamento de Ciência Política da UNICAMP. Diariamente, seja em sala de aula, no trabalho de orientação, ou nas minhas pesquisas uso dados retirados do site da Câmara, seja pelos dados abertos, ou pelo site propriamente dito. Com isso procuro entender o comportamento dos parlamentares e a relação entre Executivo e Legislativo.
Biblioteca na linguagem R que implementa os métodos disponíveis para uso analítico em pesquisa em ciência política.

Projeto Radar Parlamentar.
Mantido com apoio de uma comunidade que se criou ao redor do projeto, advinda principalmente de um grupo de software livre (POLIGNU) fundado por estudantes na universidade (POLI-USP), e hospedado com apoio do CCSL IME-USP (Centro de Competência em Software Livre da USP).
Trabalho com Big data e Machine Learning.
Atualmente, estou realizando um levantamento sobre as proposições legislativas na Câmara e no Senado relativas à segurança pública para oferecer subsídios à Senasp(MJ) na preparação da Conferência de Segurança Pública.
http://olhoneles.org
<p>Pesquisa "cidadania em rede no Brasil: aplicativos, serviços e práticas colaborativas online voltados ao social e à qualidade de vida"</p> <p>Realizamos levantamento estudo e análise de aplicativos, produtos e serviços para plataformas digitais voltados ao social e à melhoria da qualidade de vida na cidade e à prática do indivíduo como agente de ações de cidadania. Incluídas no escopo da pesquisa estão plataformas de colaboração, cocriação e redes sociais voltadas ao cidadão e à cidade. Ao longo do período, o mapeamento abrangeu mais de 80 ações, serviços e aplicativos, entre os quais Social Câmara - Vereadores.org - Inspetor de interesses - Queremos saber - Hortelões Urbanos - Projeto Camarú - MyFunCity -Dados abertos - Olho Vivo - Smaps - Weather Share - Radar Parlamentar - BusOn - PlantNet - MovelBus - Missing Children - Desaparecidos.gov - Find People - Colab - Cidadera - - Operação Chuva de Verão - Nossa Água SP - Chega de Fiu-Fiu</p> <p>A pesquisa tem por foco iniciativas individuais, de startups e de associações entre coletivos, iniciativa privada, gestores públicos voltadas a problemas na cidade e região metropolitana de São Paulo, mas iniciativas em outros países e ou cidades são investigadas igualmente para estudos comparativos e análise de modelos. Observamos que muito é feito para uso dos cidadãos e pela pressão de leis. Há um forte movimento emergindo por iniciativas de órgãos públicos e e-Government.</p> <p>Em nosso estudo notamos fatores motivacionais como: a) acesso a e transparência de dados do governo; b) rastreamento e monitoramento; c) comunicação e compartilhamento de informação; d) ações de conscientização, de alerta e de denúncia para a melhoria da cidade e das condições de vida do cidadão. Muitas vezes as ações são conjugadas entre setor público e desenvolvedores e conta com interação e colaboração de usuários e cidadãos.</p> <p>A análise inicial se deu a partir de metodologia utilizada para testes de usabilidade e qualidade de experiência de interfaces e de interação do campo do design. Ao longo do período, notou-se que ações sem tecnologias digitais, aspectos motivacionais e de sociabilidade também eram determinantes na análise. Isso levou a estudos e adoção de métodos de campos como sociologia e psicologia que foram incluídas de imediato no projeto.</p>
Meu trabalho, realizado junto ao Calango Hacker Clube e o Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados, tem sido a realização de eventos tais como o Open Data Day, Arduino para a

Cidadania e o Hackathon de Gênero.
http://olhonasemendas.com.br
Auditoria dos dados abertos referentes a cota parlamentar (CEAP).
Doutoranda e pesquisadora.
<p>O Observatório de Votações Parlamentares da AEPPSP é uma iniciativa de Especialistas em Políticas Públicas do Estado de São Paulo integrantes da AEPPSP voltada a aumentar a transparência das votações parlamentares agregando valor semântico aos dados e facilitando seu cruzamento e visualização por qualquer cidadão.</p> <p>Por meio deste Observatório a AEPPSP objetiva fortalecer o controle social sobre o Poder Legislativo, a atividade parlamentar e o posicionamento dos partidos políticos no intuito de oferecer os recursos necessários para qualquer cidadão compreender o posicionamento dos parlamentares e dos partidos políticos nas votações de projetos que têm impacto direto na vida das pessoas, uma vez que modificam -- para melhor ou para pior -- o arcabouço jurídico que rege nosso Estado Democrático de Direito. O Observatório pretende servir como um "polo semântico" das votações parlamentares de quatro Casas Legislativas: o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, a Assembleia Legislativa do Estado de SP, e a Câmara Municipal de São Paulo.</p> <p>Nesta primeira fase o desenvolvimento do Observatório está focado na extração automatizada dos dados oferecidos pelo webservice (API) de Dados Abertos da Câmara dos Deputados e sua conversão em tabelas de fácil acesso e manuseio, contendo todas as votações nominais ocorridas desde 1991 atualizadas diariamente.</p>
<p>o Projeto ONE</p> <p>http://olhonasemendas.com.br</p> <p>O ONE - De Olho Nas Emendas - Georeferencia as Emendas dos Deputados Distritais à Lei Orçamentária Anual do DF. Com ele é possível ao cidadão verificar que obras ou serviços estarão sendo entregues em sua vizinhança durante o ano. Nele é possível filtrar as Emendas por Deputado, tipo de gasto, Evento ou Órgão que administrará o recurso e ver em quais Regiões do DF(Cidades ou Regionais) estão sendo aplicado estes recursos.</p> <p>O projeto ONE foi premiado Internacionalmente pela w3c em 1o lugar no 1º concurso de softwares para Dados Abertos OD4D:</p> <p>http://www.od4d.org/2013/06/26/resultado-do-1o-concurso-de-sofwarees-para-dados-abertos-od4d/</p> <p>O ONE foi concebido pelo coletivo Transparência Hacker DF juntamente com o Adote um Distrital(Veja vídeo). A primeira iniciativa ocorreu em novembro de 2011 quando os dados das emendas foram obtidos dos protocolos das emendas escaneados e disponibilizados pela Camâmara Distrital em péssimos PDFs baixados em:http://www.cl.df.gov.br/dcl2011</p>
Os Thackeos raspam os dados através de:

https://scraperwiki.com/scrapers/raspador_de_texto_das_emendas_parlamentares_do_df/

Confira os bancos de dados utilizados em versões anteriores em <https://github.com/ThackdayDF/EmendasDF/>

Este ano conseguimos obter os dados já em formato de texto digital e agora o disponibilizamos neste site.

Agora é ficarmos de olho para que estes recursos realmente beneficiem o povo do DF.

@Demoulidor (Denis Moura)

Ativista do Coletivo Transparência Hacker DF

Membro do IFC e Adote um Distrital

40- Use o espaço abaixo caso queira deixar sugestões para a melhoria da transparência na Câmara dos Deputados (dados que poderiam ser incluídos na seção de dados abertos, serviços adicionais, api mais moderna, fomento a projetos colaborativos etc).

Resposta	36	39,13%
Sem resposta	56	60,87%

Sugestões apresentadas

Todas as informações do SILEG e do SEV-Portaria deveriam estar disponíveis.

Uma api que integrasse todos os serviços e informações do portal da Câmara dos Deputados.

Melhorar a documentação. Recentemente descobri alguns endpoints que não estavam documentados no portal e que poderiam me ajudar nas minhas necessidades.

Poderia haver um esforço da Câmara dos Deputados para disponibilizar no formato atual dados de legislaturas mais antigas.

Suporte aos formatos JSON e RDF.

Registros de áudio (sessão, local, data, hora e parlamentar).

Agenda dos diferentes colegiados de líderes.

Dados brutos da base do Sileg para que aplicativos mais amigáveis possam ser construídos e disponibilizados na WEB.

Hoje um importante passo foi dado: recebi a notícia da criação de uma página de issues no github para que a comunidade possa reportar problemas e propor melhorias.

Os dados abertos não disponibilizam todas as notícias da Agência Câmara, fator que dificulta a coleta de dados.

<p>A coisa mais importante para uma ferramenta que será disponibilizada ao público é a documentação.</p> <p>Ninguém tem tempo para descobrir como uma api com documentação desatualizada funciona.</p>
<p>Acredito que o principal é a melhoria dos dados de votação dos Deputados. Sem esses dados é basicamente impossível que o processo democrático seja transparente.</p> <p>Outras melhorias poderiam ser feitas na estrutura do pensamento e junção de projetos. O fluxo não precisaria ser resolvido, bastaria que um grafo mais confiável fosse mostrado, ou uma estrutura e pai e filhos para representar a origem dos textos.</p> <p>O projeto apensado é considerado arquivado, mas seu conteúdo foi mesclado. Isso é um erro de lógica, sendo que sua essência continua em tramitação, então esse estado deveria ser melhor representado.</p> <p>O esquema de tramitação dos projetos na casa também precisa de uma estrutura de dados, mesmo que seja apenas uma que presente o estado correto dela.</p>
<p>Eu gostaria que tivessem mais informações sobre a tramitação dos projetos. Especialmente as relacionadas ao tramite no interior das comissões. Gostaria também que houvessem informações sobre migração partidária.</p> <p>Por fim, gostaria que os dados começassem em 1988, período da redemocratização. Para o tipo de trabalho que realizo, pesquisa acadêmica, o tempo é muito importante, series temporais mais longas ajudam a construir teorias sobre mudança de comportamento.</p>
<p>Falta incluir informações sobre os membros das legislaturas anteriores. Em pesquisa, não interessam somente os dados atualizados, mas, sobretudo, o histórico dos dados.</p>
<p>A Câmara dos Deputados deveria criar uma unidade administrativa dedicada à produção e publicação de dados abertos. Essa unidade deveria trabalhar com o apoio de outras unidades da Casa.</p>
<p>1) Aumentar o período temporal coberto pelos dados abertos (da última vez que acessei, cobria apenas as três ou quatro legislaturas mais recentes).</p> <p>2) Das últimas vezes que fiz raspagem de dados do sistema, havia sempre inconsistência nos dados que precisavam ser corrigidas a mão, dificultando processos de automação das coletas (nada que inviabilizasse o trabalho, mas que aceleraria muito a coleta caso os dados estivessem perfeitamente estruturados). Cheguei a reportar alguns deles, mas não tive retorno ou, quando tive, não foram corrigidos.</p>
<p>Disponibilização de mais dados e informações na API, uma API mais sólida e robusta, com dados mais bem relacionados (p.ex. resolver o problema de múltiplos IDs, dados incorretos, etc).</p>
<p>É preciso uma sistematização mais clara dos dados referentes ao trabalho das comissões, inclusive com votações.</p>

Também seria interessante um histórico mais acurado do deputado federal, com cargos que ocupou.
Descrição e preposições das bancadas suprapartidárias.
API.
<p>Quando precisei pesquisar no Senado e na Câmara, notei que o Senado oferece mais opções de queries (torna todos opcionais) isso permite maior liberdade para o pesquisador. As opções nem sempre são funcionais. Se eu quero, e.g, as proposições por tema de um determinado ano. Primeiramente tenho de baixar todas as proposições daquele, extrair as "Ids" e em seguida baixar por "Ids". Isso consome muito tempo.</p> <p>Além disso, infelizmente, ao longo dos anos houve erros de difícil correção. Por exemplo, em alguns anos deixaram de alimentar os nomes dos partidos. Igualmente, em algumas proposições não consta o link para o inteiro teor. Temos de entrar na página, realizar a busca e inserir por contra própria, um a um, os links.</p> <p>Por fim, devo dizer que, assim mesmo, a iniciativa é maravilhosa e me salvou muito tempo, além de me garantir precisão na pesquisa.</p>
Nas Emendas deveria constar AREA DE ATUACAO na planilha que baixamos de DADOS ABERTOS assim não precisaríamos solicitar o envio a CD.
Usar JSON ao invés de XML, separar por ano ou por legislatura os arquivos ao invés da maluquice de AnoAnterior, AnoAtual, OutrosAnos.
mais adiante.
Deveriam ser incluídos vídeos ou arquivos tutoriais para facilitar a utilização dos recursos do site, pois atualmente a navegação não é muito amigável ao usuário comum.
Seria muito importante a compatibilização dos dados disponibilizados pela Câmara com aqueles disponibilizados pelo Senado. Hoje a integração das fontes é extremamente difícil por diferenças conceituais no registro das informações que não são fáceis de endereçar programaticamente.
Poderiam facilitar a forma de acesso, ser algo mais atraente, e acessível.
Todos os processos internos relacionados a qualquer tipo de aquisição deveriam ser disponibilizados, não somente o resultado final. Soubemos de alguns casos de produtos serem comprados contrariando a recomendação de funcionários especializados que participaram do projeto. Casos os processos sejam também publicados, será mais fácil identificar quem são os elementos por trás de possíveis desvios de recursos públicos.
Cota parlamentar (CEAP), zip dos anos anteriores separadas por ano. Webservice para consulta da CEAP por dia, e consulta de informações que foram alteradas depois da publicação.
Informações sobre as obras com irregularidade enviados do TCU ao Congresso poderiam

conter a população de obras do governo(todas), quais foram amostradas (investigadas pelo TCU) e quais foram enviadas ao congresso para análise da CMO e do COI.

BigTable.

Eu trabalhei com os dados das votações em plenário:

Um problema que encontrei foi que o ideCadastro não é único para os deputados, por exemplo um deputado de 1998 pode ter um mesmo ideCadastro que um deputado de 2010...

Para contornar esse problema, e indexar os deputados, eu resolvi usar o nome deles - me deparei com outro problema - os nomes tem falhas de digitação. Alguns faltam acentos outros tem espaços duplicados entre nomes, etc...

Segue a lista de alguns dos nomes que encontrei com falhas:

'ANDRE VARGAS': 'ANDRÉ VARGAS',

'JOSE STÉDILE': 'JOSÉ STÉDILE',

'DUDIMAR PAXIUBA': 'DUDIMAR PAXIÚBA',

'MARCIO REINALDO MOREIRA': 'MÁRCIO REINALDO MOREIRA',

'FELIX MENDONÇA JÚNIOR': 'FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR',

'FABIO TRAD': 'FÁBIO TRAD',

'JOÃO PAULO LIMA': 'JOÃO PAULO LIMA',

'JERONIMO GOERGEN': 'JERÔNIMO GOERGEN',

'JAIRO ATAIDE': 'JAIRO ATAÍDE',

'OSMAR TERRA': 'OSMAR TERRA',

'MARCIO MARINHO': 'MÁRCIO MARINHO',

'LAERCIO OLIVEIRA': 'LAÉRCIO OLIVEIRA',

'EMILIA FERNANDES': 'EMÍLIA FERNANDES',

'SIBA MACHADO': 'SIBÁ MACHADO',

'JOAO ANANIAS': 'JOÃO ANANIAS',

'PADRE JOAO': 'PADRE JOÃO',

'JOSE HUMBERTO': 'JOSÉ HUMBERTO',

'ROGERIO CARVALHO': 'ROGÉRIO CARVALHO',

'JOSÉ C. STANGARLINI': 'JOSÉ C. STANGARLINI',
 'JOSÉ C STANGARLINI': 'JOSÉ C. STANGARLINI',
 'MANUELA DÁVILA': 'MANUELA D`ÁVILA',
 'CHICO DANGELO': 'CHICO D`ANGELO',
 'VANESSA GRAZZIOTIN': 'VANESSA GRAZZIOTIN',
 'FRANCISCO TENORIO': 'FRANCISCO TENÓRIO',
 'CLAUDIO DIAZ': 'CLÁUDIO DIAZ',
 'DR. PAULO CESAR': 'DR. PAULO CÉSAR',
 'ANDRE ZACHAROW': 'ANDRÉ ZACHAROW',
 'ISAIAS SILVESTRE': 'ISAÍAS SILVESTRE',
 'LEO ALCÂNTARA': 'LÉO ALCÂNTARA',
 'CARLOS MELLES': 'CARLOS MELLES',
 'DAVI ALVES SILVA JUNIOR': 'DAVI ALVES SILVA JÚNIOR',
 'WELINTON FAGUNDES': 'WELLINGTON FAGUNDES',
 'WELLINTON FAGUNDES': 'WELLINGTON FAGUNDES',
 'SERGIO CAIADO': 'SÉRGIO CAIADO',
 'TARCISIO ZIMMERMANN': 'TARCÍSIO ZIMMERMANN',
 'CLAUDIO RORATO': 'CLÁUDIO RORATO',
 'MARCIO BITTAR': 'MÁRCIO BITTAR',

As informações disponibilizadas nas fichas de tramitação das proposições deveriam passar por um rigoroso controle. Há muitos erros e faltam informações importantes relacionadas às proposições, especialmente nas fichas de projetos antigos que ainda estão em tramitação e de projetos finalizados já arquivados.

O sistema de transparência é muito confuso. Muito difícil de conseguir uma informação.

Vocês poderiam disponibilizar os dados que nós disponibilizados em formato tabular CSV e em formato de base de dados:

http://observatorio.aeppsp.org.br/base_de_dados

Sugerimos isso porque o acesso aos dados é muito mais democrático em CSV do que em XML ou via Web Service. Se quiserem o código-fonte, só falar que subimos pro GitHub em GPL,

ok? Parabéns pela pesquisa, abraços!
Detalhamento mensal da execução orçamentária de emendas parlamentares à LOA com a devida identificação de autoria da emenda e a geolocalização de sua aplicação.

Fonte: próprio autor.

APÊNDICE D – Divulgação do projeto de pesquisa e *crowdsourcing*

Inicialmente o projeto de pesquisa foi publicado no Blog (2016). A partir do blog foi realizada a divulgação do projeto no Facebook (2016), Transparência Hacker (2016) e Brasília Aberta (2016). As figuras a seguir ilustram as contribuições recebidas e também o aproveitamento de postagens de especialistas.

Figura 1. Publicação do projeto de pesquisa no blog

gustavocruvinel.blogspot.com.br

mais ▾ Próximo blog»

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel - Mestrado Profissional em Poder Legislativo

quinta-feira, 23 de julho de 2015

Projeto de Pesquisa - DEMOCRACIA ELETRÔNICA PARA QUEM? QUEM SÃO, O QUE QUEREM E COMO OS CIDADÃOS AVALIAM OS DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

GUSTAVO WARZOCHA FERNANDES CRUVINEL

Quem sou eu

 Gustavo Warzocha
Seguir 69
Veja o mundo a sua volta, com um leve empurrão e ele se desequilibra....


Visualizar meu perfil completo

Arquivo do blog


- ▼ 2015 (4)
 - ▼ Julho (1)
 - Projeto de Pesquisa - DEMOCRACIA ELETRÔNICA PARA Q...
 - ▶ Junho (1)
 - ▶ Março (2)
- ▶ 2014 (4)

Fonte: Blog (2016).

Figura 2. Divulgação do projeto de pesquisa no Facebook

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel
23 de julho de 2015 ·  ▾


Assim como fiz com os outros trabalhos de mestrado, segue o meu projeto de pesquisa.
O projeto é aberto a colaborações, palpites etc...
"Pretendo que esse projeto seja trabalhado coletivamente sob o controle de pesquisadores pertencentes a outras disciplinas, em uma discussão interdisciplinar orientada para a ação." (Pierre Bordieu)
Boa tarde a todos...








Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel - Mestrado Profissional em Poder Legislativo: Projeto de...

GUSTAVOCRUVINEL.BLOGSPOT.COM | POR GUSTAV...

[Curtir](#) · [Comentar](#) · [Compartilhar](#)

 Renata de Oliveira, Juliana Fonseca, Murilo Bernardes e outras 3 pessoas curtiram isso.

 **Gilson Vasconcelos Dobbin** Boa aposta.
[Descurtir](#) · [Responder](#) ·  1 · 23 de julho de 2015 às 15:41

 Escreva um comentário...  

Fonte: Facebook (2016).

Figura 3. Contribuições para definição do título da dissertação



Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel

4 de setembro de 2015 · 🌐

Ta decidido... o Título da minha dissertação vai mudar... e vou divulgar aqui cada ideia...

Segue objetivo geral e específicos para expressar o que estou querendo.

Novo Título:

"

DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS

Anseios e comportamento de uso no âmbito da Câmara dos Deputados

"

Objetivo Geral: Avaliar a transparência pública da Câmara dos Deputados a partir da interpretação da demanda por dados governamentais abertos(DGA).

Objetivos Específicos:

- analisar o conteúdo dos DGA da Câmara dos Deputados.
- identificar quem usa e para que usa os DGA da Câmara dos Deputados.
- captar os anseios expressos no uso de DGA da Câmara dos Deputados.

Título em 14/09/2015: " DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS Um diagnóstico da Câmara dos Deputados "

Título em 04/09/2015: "DEMOCRACIA ELETRÔNICA PARA QUEM? QUEM SÃO, O QUE QUEREM E COMO OS CIDADÃOS AVALIAM OS DADOS GOVERNAMENTAIS ABERTOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS"

Justificativa para mudança: A ideia da dissertação é defender o fortalecimento da democracia representativa. Logo, colocar no título Democracia Eletrônica, poderia remeter a ideia de que isso seria a solução para os "problemas do mundo". Achei incoerente... Por isso vou mudar...

Título em 06/09/2015: "A influência dos dados governamentais abertos no fortalecimento da democracia representativa"

Justificativa para mudança: Abriu muito a análise. Não conseguiria mostrar/comprovar as relações nesse trabalho de mestrado.

Boa noite a todos...

Curtir · Comentar · Compartilhar

👍 Hérycka Rocha, Alessandra Almeida Campos, André Rehbein Sathler Guimarães e outras 11 pessoas curtiram isso.

 **Frederico Vidigal** Muito longo ..

Descurtir · Responder · 👍 1 · 4 de setembro de 2015 às 20:44

↳  Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel respondeu · 3 Respostas

 **Gilson Vasconcelos Dobbin** A influência dos dados governamentais abertos no fortalecimento da democracia representativa.

Curtir · Responder · 4 de setembro de 2015 às 20:53

↳  Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel respondeu · 7 Respostas

 **Rosinaldo Fonseca Júnior** Gustavo, discordo q vc precise colocar no título o nome da CÂMARA DOS DEPUTADOS. Se na sua dissertação vc definir uma forma de verificar se há ou não influência dos dados governamentais abertos no fortalecimento da democracia representativa e que seja... Ver mais

Descurtir · Responder · 👍 2 · 5 de setembro de 2015 às 04:22

↳  Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel respondeu · 1 resposta

 **Magalhães Sebastião** A forma de financiamento é fundamental. É importante haver mecanismos que permitam que não apenas os ricos tenham acesso ao poder. Com os altos custos de uma campanha essa questão é bem importante

Descurtir · Responder · 👍 1 · 5 de setembro de 2015 às 09:35

↳  Magalhães Sebastião respondeu · 2 Respostas

 Escreva um comentário...  

Fonte: Facebook (2016).

Figura 4. Contribuições para revisão de literatura



Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel
23 de setembro de 2015 · 1 pessoa · 1 comentário

Ta ai minha string de busca, aplicada ao <https://scholar.google.com.br/>, para minha revisão sistemática de literatura sobre Dados Governamentais Abertos na Câmara dos Deputados. Sugestões para aprimoramento são bem vindas.

Língua Portuguesa
(publicidade or transparência or lai) and Internet and accountability and (dados * abertos) and legislativo... Ver mais



Google Acadêmico
SCHOLAR.GOOGLE.COM.BR

Curtir · Comentar · Compartilhar

Michelle Rodrigues, Renata de Oliveira, André Rehbein Sathler Guimarães e outras 2 pessoas curtiram isso.

Guilherme Baufaker Rêgo Sugiro incluir mais bases
23 de setembro de 2015 às 16:30 · Descurtir · 1 curtida

Guilherme Baufaker Rêgo Se você puder compartilhar o protocolo da revisão sistemática, eu posso te ajudar.....
23 de setembro de 2015 às 16:31 · Descurtir · 1 curtida



Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel Valeu Guilherme Baufaker Rêgo ... vamos conversando pra chegar mais próximo de uma verdadeira revisão sistemática...
23 de setembro de 2015 às 18:39 · Curtir · 1 curtida

André Rehbein Sathler Guimarães Use também periódicos da Capes
24 de setembro de 2015 às 06:15 · Descurtir · 1 curtida

Escreva um comentário...

Fonte: Facebook (2016).


Figura 5. Compartilhamento de publicação de especialistas

 **Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel**
23 de maio de 2015 ·  ▾

"hackathons should be seen not as an end in themselves, but as a means to a bigger end: a sustainable, stimulating start to a longer, more established process of innovation."

Com certeza... A incorporação de tecnologia em qualquer meio é um processo... Os HACKATHONS são ferramentas para isso...

Bom dia a todos...




Hackathons – what are they good for? | Open Data Innovation

Hackathons – what are they good for? February 13, 2015February 13, 2015 One of the themes that came up from the interviews in Chile was the idea of a Hackathon....

INNOVATION.OKFN.ORG

[Curtir](#) · [Comentar](#) · [Compartilhar](#)

 Maria Cruvinel, Guilherme Brügger D'Amato e outras 2 pessoas curtiram isso.

Fonte: Facebook (2016).

Figura 6. Compartilhamento de publicação de especialistas

 **Cristiano Ferri Faria**
28 de janeiro às 07:25 · 🌐

Esse texto do Fabiano Angélico merece reflexão aprofundada. Sobre mudanças no Legislativo.



3 medidas para permitir a disrupção no Legislativo em 2016
Por FABIANO ANGÉLICO*Tecnologias disruptivas chacoalham mercados...
FERNANDORODRIGUES.BLOGOSFERA.UOL.COM.BR | POR FERNANDO RODRIGUES

 Curtir  Comentar  Compartilhar

Você, Daniel Shim, André Rehbein Sathler Guimarães, Fabiano Angélico e outras 14 pessoas curtiram isso.

5 compartilhamentos


 **Ada Lemos** Vou ler e passar pra frente.
Curtir · Responder ·  1 · 28 de janeiro às 08:31

 **Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel** Muito bom mesmo... virou a pergunta 9 do nosso questionário....
Curtir · Responder ·  1 · 28 de janeiro às 09:29 · Editado

 **Fabiano Angélico** Carlos Melo, caro, um trechinho deste meu artigo deve-se a tua análise sobre o perfil (mais beligerante, menos conciliador) dos principais atores da política nacional. Ah, e dialoga, de certa forma, com teu artigo "Dinossauros", publicado no Aliás do Estadão.
Curtir · Responder ·  2 · 28 de janeiro às 14:35 · Editado

Figura 7. Contribuições recebidas através do Transparência Hacker e Brasília Aberta

[thackday] Pesquisa de Mestrado - Demanda por dados abertos da Câmara dos Deputados TRANSPARENCIA HACKER x

 **Gustavo Warzocha** gwarzocha@gmail.com via googlegroups.com
to Transparência ▾


Bom dia pessoal,
Sou servidor da Câmara dos Deputados e estou fazendo uma pesquisa sobre a demanda por dados abertos da Câmara dos Deputados.
Pretendo identificar quem utiliza e quais os objetivos da utilização.
Com isso pretendemos melhorar os serviços prestados.


Segue o link para quem quiser dar uma olhada no projeto.


<http://gustavocruvinel.blogspot.com.br/2015/07/projeto-de-pesquisa-democracia.html>


abs,
Gustavo Warzocha


...


 **'Gustavo H. Maultasch de Oliveira' via Transparência Hacker**
Caro Gustavo, e demais colegas da lista, Teremos hoje a 2a edição do evento B...

 **Gustavo Warzocha**
Obrigado Gustavo. Estarei lá. Para ver essa discussão na Web, acesse https://...

 **Everton Zanella Alvarenga**
Olá, Gustavo! Muito legal o tema da sua pesquisa! Segue uma tese de doutorado...

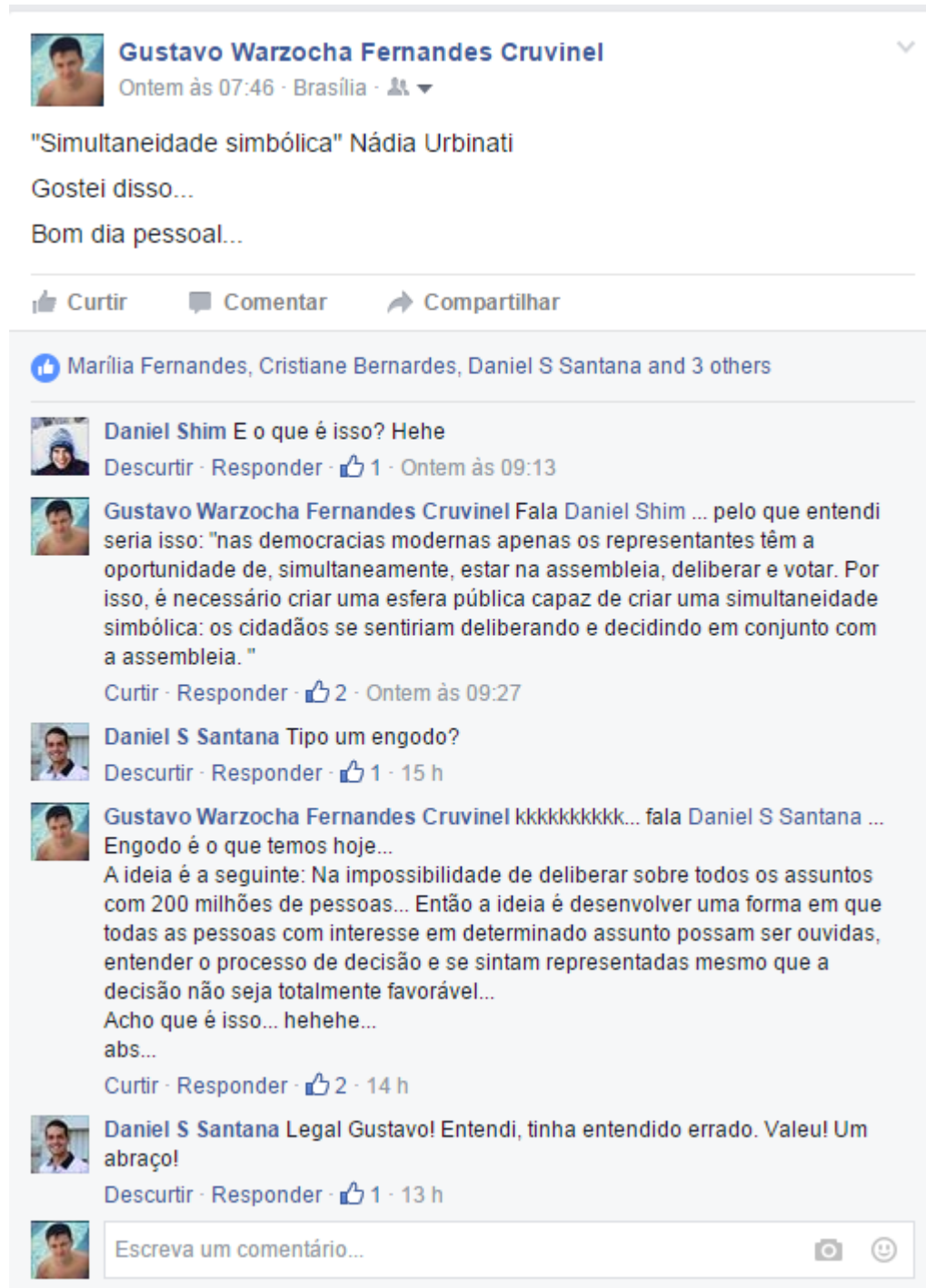
 **Gustavo Warzocha**
Muito obrigado Everton. Vou ler e com certeza vai ajudar muito. abs, Gustavo ...


 **Danilo Oliveira**
Olá Gustavo, muito show o mestrado! Eu tenho uma startup a Openlex (openlex.c...

 **Gustavo Warzocha**
Opa, muito obrigado pelo interesse e pela ajuda Danilo. No momento estou cole...




Fonte: Transparência Hacker (2016).


Figura 8. Interação com a sociedade







Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel
Ontem às 07:46 · Brasília · 



"Simultaneidade simbólica" Nádía Urbinati
Gostei disso...
Bom dia pessoal...



 Curtir  Comentar  Compartilhar



 Marília Fernandes, Cristiane Bernardes, Daniel S Santana and 3 others




 **Daniel Shim** E o que é isso? Hehe
Descurtir · Responder ·  1 · Ontem às 09:13

 **Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel** Fala Daniel Shim ... pelo que entendi seria isso: "nas democracias modernas apenas os representantes têm a oportunidade de, simultaneamente, estar na assembleia, deliberar e votar. Por isso, é necessário criar uma esfera pública capaz de criar uma simultaneidade simbólica: os cidadãos se sentiriam deliberando e decidindo em conjunto com a assembleia."
Curtir · Responder ·  2 · Ontem às 09:27

 **Daniel S Santana** Tipo um engodo?
Descurtir · Responder ·  1 · 15 h

 **Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel** kkkkkkkkkk... fala Daniel S Santana ... Engodo é o que temos hoje...
A ideia é a seguinte: Na impossibilidade de deliberar sobre todos os assuntos com 200 milhões de pessoas... Então a ideia é desenvolver uma forma em que todas as pessoas com interesse em determinado assunto possam ser ouvidas, entender o processo de decisão e se sintam representadas mesmo que a decisão não seja totalmente favorável...
Acho que é isso... hehehe...
abs...
Curtir · Responder ·  2 · 14 h

 **Daniel S Santana** Legal Gustavo! Entendi, tinha entendido errado. Valeu! Um abraço!
Descurtir · Responder ·  1 · 13 h

 Escreva um comentário...  

Fonte: Facebook (2016).

Figura 9. Interação com pesquisadores

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel
14 de março às 11:27 · Brasília · 

Cinco acessos ao questionário sobre a demanda por dados abertos da Câmara dos Deputados vieram da cidade Samara na Rússia... Qual seria o interesse?
A pesquisa continua até 15/04 pessoal..... [Ver mais](#)



 Curtir  Comentar  Compartilhar

 Francisco Javier Ixba Linares, Izolda André e outras 2 pessoas

 **Daniel Shim** é putin querendo te conhecer...
Descurtir · Responder ·  1 · 14 de março às 12:46

 **Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel** putin que pariu... será? kkkkkkkkkkkk....
Curtir · Responder ·  2 · 14 de março às 13:10

 **Daniel Shim** ahAUHauhaUHauhahua
Descurtir · Responder ·  1 · 14 de março às 13:12

 **Max Stabile** Cuidado que tem muito BOT de google analytics. Vc precisa fazer um filtro na visualização para tirar algumas referências estranhas, já fez isso?
Curtir · Responder · 14 de março às 14:16

 **Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel** Fala Max Stabile .. obrigado pelas dicas... ainda não fiz... que parâmetros devo considerar no filtro?
Curtir · Responder · 14 de março às 14:35

 **Max Stabile** dá uma olha aqui:
<http://www.lunametrics.com/.../eliminating-bot-traffic.../>



Eliminating Bot Traffic from Google Analytics Once and For All
LUNAMETRICS.COM

Descurtir · Responder · Remover visualização ·  1 · 14 de março às 14:40

 **Max Stabile** se precisar de ajuda é só gritar
Descurtir · Responder ·  1 · 14 de março às 14:40

 **Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel** Valeu demais... apliquei os filtros do manual... o resultado não mudou... aparentemente não houve bots... de qualquer forma vou aprofundar os estudos nessa área para ter certeza...
Curtir · Responder · 12 h

 **Max Stabile** Opa, tente fazer o filtro e ver o tempo médio. vc tem eventos estranhos?
Curtir · Responder · 12 h

 **Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel** Aparentemente não... veja ... o pico ocorreu quando foi disponibilizado no Portal da Câmara... os outros eventos são mais aleatórios e respondem pelas divulgações que fiz via redes sociais...



Curtir · Responder ·  1 · 12 h

 **Max Stabile** Então tá ótimo!!!!
Descurtir · Responder ·  1 · 12 h

 **Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel** Massa... Valeu pela ajuda... Vou me aprofundar mais nessa parte...
Curtir · Responder · 12 h

Figura 10. Importância da conexão entre as pessoas

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel
9 h · Brasília, DF ·

Finalmente achei uma referência à conexão entre pessoas... Tava tão na cara que não vi... Agradecimentos a Nádia Urbinati...
Boa noite pessoal...

Curtir Comentar Compartilhar

Izolda André, Daniel S Santana e outras 2 pessoas

Daniel S Santana Pois é Gustavo, pesquisei para você, mas achei somente em literatura mística e você estava precisando de algo mais científico, né?
Curtir · Responder · 1 · 8 h

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel Exatamente Daniel S Santana ... Eu precisava na ciência política... De qualquer forma só percebi a importância da questão depois do vídeo que vc me mandou qdo falei sobre o "TUDO SE CONECTA"... Vc ainda tem ele... Gostaria de ver de novo...
Curtir · Responder · 2 · 8 h

Daniel S Santana Documentário "I am você tem o poder de mudar o mundo". Tinha no YouTube, mas tiraram, você acha agora no Netflix. Abraço!
Descurtir · Responder · 2 · 8 h

Escreva um comentário...

Fonte: Facebook (2016).

APÊNDICE E – Sistema de Integração Tecnológica (SIT-Câmara)

Tabela 1. *E-mail* com reportagem sobre SIT-Câmara

De: Renata [mailto:renata14@odisseu.com.br]

Enviada em: terça-feira, 11 de julho de 2006 16:44

Para: Luiz Antonio Souza da Eira; Centro de Informática/CENIN

Assunto: Entrevista para o TIC Brasil

Prezado Luiz Antônio,

Sou repórter do TIC BRASIL um serviço eletrônico, da Odisseu Agência de Informação (www.odisseu.com.br). Para o próximo número, estamos produzindo uma matéria sobre "Serviço de Integração da Câmara dos Deputados".

Entrei em contato há pouco com Débora e informei que estaria enviando um e-mail, daí vão as

perguntas:

1- O que é SIT?

O Portal da Câmara dos Deputados é uma das principais fontes de informação desta Casa e torna possível aos cidadãos e às instituições acompanhar de perto os trabalhos legislativos. O SIT-Câmara - Serviço de Integração Tecnológica da Câmara dos Deputados permite que as instituições atualizem automaticamente seus sistemas de acompanhamento de informações a partir das bases de dados da Câmara dos Deputados evitando retrabalho com digitação e minimizando o risco da perda de informações.

2 - Qual o objetivo?

O Serviço de Integração Tecnológica (SIT-Câmara) vai facilitar o acesso às informações legislativas pelas organizações que acompanham diariamente a tramitação de projetos na Casa. Órgãos públicos, associações de classe, organizações não-governamentais e outras entidades poderão acessar gratuitamente, com mais facilidade, as informações legislativas.

O novo serviço permitirá a importação de dados diretamente do sistema de informações da Câmara para os sistemas das entidades interessadas. As instituições terão acesso, em formato padronizado e estruturado, a informações sobre tramitação de projetos, pauta de sessões do plenário, pauta de reuniões de comissões, currículo e atuação dos deputados, composição de comissões e lideranças legislativas.

A transmissão dos dados será feita diretamente, via internet, para os computadores de cada entidade, sem a necessidade de intervenção humana para seleção e atualização.

3- Qual o público alvo?

Órgãos públicos, associações de classe, organizações não-governamentais e outras entidades

4 - O que vai constar?

Os principais serviços disponíveis são: tramitação de proposições, pauta de sessões do plenário, pauta de reuniões de comissões, informações dos deputados e composição de comissões e lideranças.

5 - Como devem proceder as organizações interessadas em utilizar o Sit-Camara?

As organizações interessadas solicitarão à Diretoria-Geral da Câmara, em formulário próprio que ficará disponível no portal (www.camara.gov.br/sitcamara) o acesso às informações. Será fornecido a elas um endereço de internet onde o serviço ficará disponível.

6 - Que benefícios o SIT trará para os cidadãos e para o governo?

Os principais benefícios para o Governo e para a Sociedade Organizada será a transparência das

atividades legislativas na Câmara dos Deputados e da atuação parlamentar. O novo serviço agiliza o processo de transferência das informações e elimina possíveis inconsistências entre as bases de dados.

Obs: Fico aguardando o retorno o mais rápido possível, a urgência deve-se ao fato que o TIC BRASIL, será veiculado amanhã dia 11/07.

Colocar nome e sobrenome da pessoa responsável pelas repostas e enviar foto para ilustrar a matéria.

Estou com problemas neste outlook e as vezes não recebo as repostas, então por favor, quando responder envie com cópia para denia@odisseu.com.br renatasillveira@gmail.com pra garantir, Desculpe o transtorno.


Desde já agradeço a atenção e conto com sua colaboração.

Renata Silveira
Odisseu - Agência de Informação

Fonte: *e-mail* institucional da Câmara dos Deputados.

Figura 1. Lançamento do Serviço de Integração Tecnológica

Revista da Casa - Câmara dos Deputados, 11/07/2006



Últimas

Câmara facilita acesso a informações

A Câmara lançou nesta terça-feira (11), o **SIT Câmara** - Serviço de Integração Tecnológica, mais um instrumento para facilitar a obtenção de informações atualizadas em seu portal na Internet.

A solenidade de lançamento foi presidida pelo deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), terceiro-secretário da Mesa Diretora. Segundo o deputado, o SIT Câmara facilita o trabalho das entidades que precisam de informações, principalmente daquelas que não mantém assessorias parlamentares.

O serviço vai disponibilizar informações legislativas em formato padronizado e estruturado e também permitirá a importação dos dados do sistema de informações legislativas da Câmara para os sistemas de informação das entidades interessadas.

Entre as informações oferecidas, destacam-se: tramitação de proposições, pauta de sessões do plenário, pauta de reuniões de comissões, informações dos deputados, composição de comissões e lideranças.

O diretor do Centro de Informática da Câmara (Cenin), Luiz Antônio Souza da Eira, afirmou que o SIT Câmara tem condições de fornecer aos interessados a gravação do pronunciamento de um parlamentar dois minutos após concluído o discurso. O texto deste mesmo discurso estará disponibilizado em 30 minutos.

Segundo ele, os mais de 40 mil visitantes diários da página eletrônica da Câmara poderão acessar com rapidez e precisão as informações desejadas, dentre as cerca de 250 mil propostas em tramitação na Casa.

As organizações que se cadastrarem no SIT Câmara receberão, automaticamente, informações relativas às propostas de seu interesse, sempre que houver um avanço em sua tramitação legislativa.

Como usar

As organizações interessadas em utilizar o SIT Câmara deverão encaminhar um ofício à Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, solicitando o acesso aos serviços. Com este ofício, deverá ser encaminhado o formulário "Solicitação de Acesso às Informações Legislativas (webservices)", que está no endereço www.camara.gov.br/sitcamara.

Não é necessária a instalação de equipamentos ou softwares específicos pois a tecnologia utilizada pela Câmara adota padrões de mercado.

Fonte: Revista da Câmara dos Deputados.

Figura 2. Lançamento do projeto Dados Abertos



Últimas

Câmara lança projeto Dados Abertos

A Câmara vai lançar nesta semana o projeto *Dados Abertos*, uma variação do **Serviço de Integração Tecnológica da Câmara dos Deputados (SIT-Câmara)**, que permite a integração de aplicativos de terceiros a bases de dados da Casa. O evento acontece dia 7 de dezembro, quarta-feira, às 16 horas, no Salão Verde.

A ferramenta visa disponibilizar informações legislativas produzidas na Câmara em formato aberto e acessível de forma a permitir a sua reutilização em aplicações digitais desenvolvidas pelo Governo, pela sociedade ou qualquer outro interessado no desenvolvimento desse tipo de aplicação.

Dados disponíveis em formato aberto

- **Dados de proposições:** ementa, autor, data apresentação, regime tramitação (especial, urgência etc.), último despacho, apreciação (órgão), situação (pronta para pauta), link para inteiro teor, andamento, indexação; íntegras, comissões pelas quais passou, relatores e pareceres; emendas, substitutivos e redações finais; votações das proposições (resultado e votos de cada parlamentar).
- **Pauta dos órgãos:** informações sobre sessões/reuniões dos órgãos da Casa (data, hora, local, tipo, objeto, proposições quando reunião deliberativa).
- **Dados de deputados:** nome, sexo, partido, UF, gabinete, anexo, fone, e-mail, comissões em que é titular e suplente (deputados ativos atual legislatura); membros de comissões; líderes e vices das bancadas dos partidos.

Saiba mais sobre o *Dados Abertos* [aqui](#).

Serviço

Evento: lançamento do projeto Dados Abertos

Data: 7 de dezembro, quarta-feira.

Horário: 16 horas

Local: Salão Verde.

Fonte: Revista da Câmara dos Deputados.

Entrevista com Marcus Vinícius Chevitarese Alves, um dos gerentes do projeto dados abertos 2.0 da Câmara

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel:

O que motivou o projeto de dados abertos 2.0 da Câmara dos Deputados? Qual a justificativa do projeto? E relate sua experiência no projeto e as escolhas que foram feitas.

Marcus Vinícius Chevitarese Alves:

A motivação foi criar um ponto único de solicitação de dados abertos.

Uma governança para esses dados abertos, ou seja, definir quem vai produzir aquele dado aberto, quem é o gestor daquela informação, qual a prioridade da informação e quais informações devem ser disponibilizadas.

Basicamente é isso, não havia até então uma governança sobre os dados abertos.

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel:

Então a principal motivação foi a governança? E não uma questão técnica?

Marcus Vinícius Chevitarese Alves:

Sim. Mas tem uma questão técnica também que envolve termos um repositório único de dados abertos, seguindo os padrões utilizados em órgãos do executivo, como por exemplo, a prefeitura de Recife que tem um portal, governo federal tem o dados.gov.br. Eles seguem um padrão de construir um portal de dados abertos.

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel:

Seria para ter uma integração maior com a Infraestrutura nacional de dados abertos?

Proavelmente sim. Mas não só isso, o objetivo principal é facilitar a recuperação daquela informação pois você é o cidadão e tem um lugar que você sabe onde vai encontrar aquele dado aberto.

A principal motivação foi a questão da centralização da disponibilização dos dados abertos e a questão da governança dos dados abertos.

Tanto é que, agora passando para questão ainda da motivação, mas entrando na experiência.

O escopo do projeto que foi cumprido, os dois principais produtos entregues, foram um portal piloto de dados abertos que valida a tecnologia de disponibilização de dados abertos com um Portal único contendo dados e metadados. É uma minuta de governança de dados abertos estabelecendo por onde vão chegar as solicitações, quem vai fazer a triagem, quem vai atender à solicitação de acordo com o tipo dela, quem vai priorizar a solicitação e quem vai executar a solicitação.

Gustavo Warzocha Fernandes Cruvinel:

Solicitação poderá vir de qualquer órgão? Inclusive fora da Câmara?

Marcus Vinícius Chevitarese Alves:

Solicitação venha de quem for. Cidadão, órgão, empresa etc. Então a minuta de governança propôs uma organização, uma proposta de governança para disponibilizar dados abertos a partir das solicitações que vem da sociedade.

Fonte: próprio autor.